

n. 16 2019

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital



Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	03
Riscos e Doenças Ocupacionais dos Profissionais do CME: Uma Revisão Integrativa Silva, Renata Ferreira Fagundes da. Págs. 4 – 18	04
A Importância da Alfabetização em um Ambiente de Letramento: Os Gêneros Textuais como o Elo entre esses dois Caminhos Nascimento, Ana Cristina Melo do. Págs. 19 – 31	19
A Contabilidade Gerencial como Ferramenta de Combate à Sonegação e Corrupção nas Empresas Brasileiras. Correia, Antonio Manoel Cardoso. Págs. 32 – 47	32
Desafios e Reflexões Acerca das Altas Habilidades no Meio Educacional Totumi, Cleber Tiago. Págs. 48 – 58	48
Análise da Eficácia das Intervenções de Reabilitação da Ponte sobre o Ribeirão Mateus Leme na Rodovia BR 262. Carvalho, Davidson Matos. Págs. 59 – 69	59
Jesus Cristo Humano e Divino. Melo, Eduardo da Costa. Págs. 70 – 80	70
A Relevância do Papel do Supervisor Pedagógico na Escola Estadual Professor Gonçalves Couto Localizada na Cidade de Muriaé – Minas Gerais. Lima, Geanini Augusto Pires. Págs. 81 – 89.	81
Assistência do Enfermeiro à Gestante Quanto a Amamentação no Trabalho. Ignácio, Ione Cavalcante. Págs. 90 – 98	90
A Base de Cálculo da Taxa de Licença Incidente sobre a Utilização de Veículos de Divulgação da Cidade de Caxias do Sul – RS.. Silva, Keila Graciele Teles da. Págs. 99 – 107.	99
Dificuldades de Aprendizagem e as Ocorrências das Queixas Escolares: O Olhar dos Docentes no Ensino Fundamental.. Barros, Mariá de Fátima Ferreira. Págs. 108 – 123	108

Editorial

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA BUSCA PELO RESPEITO E HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EM SOCIEDADE

Vivemos em uma sociedade adoecida, a cada dia surge um novo CID para designar doenças que afetam, sobretudo o emocional das pessoas. Nunca se consumiu tanto antidepressivo e ansiolítico como na sociedade atual. Essa é uma triste constatação e também um paradoxo: numa sociedade com tanta tecnologia, com tantos avanços, tantas descobertas, por que as questões mais simples, ligadas ao bem estar e às relações saudáveis, é algo cada vez mais complexo e distante de se alcançar?

Outro fato preocupante em nosso país é o aumento assustador de casos de feminicídio, o que já está se tornando banal e banalizado devido a enorme incidência e a pouca eficiência na solução dos mesmos.

Percebe-se uma desumanização das relações e pelo cenário que se apresenta, não é uma questão de gênero apenas, é algo muito mais complexo, trata-se de uma disputa insana imposta pelo ser humano que está longe de ser uma competição ou competitividade saudável. O que se revela é uma falta de tolerância, respeito, diálogo e misericórdia nas relações humanas de um modo geral.

A desigualdade social crescente, a busca incessante pelo poder, pelo dinheiro, faz lembrar uma frase emblemática do filósofo Confúcio: “Nascemos sem trazer nada e iremos embora sem levar nada, então porque brigar tanto no meio do caminho”.

Torna-se urgente uma reflexão acerca dos valores que nos tornam verdadeiramente humanos e humanizados, é incontestável a importância de se priorizar o diálogo, exercer a paciência, a tolerância ao invés de endurecer as relações.

É cada vez mais perceptível que o que faz sofrer não é a competitividade, a exigência para que sejamos mais capacitados diante das demandas da sociedade atual. O que incomoda é a falta de respeito com opiniões divergentes, a ausência de um espaço para o diálogo, a intolerância e principalmente, a falta de misericórdia.

A misericórdia é o valor que nos diferencia de todas as outras espécies e nos torna eminentemente humanos, pois diz de uma atitude que cabe em todas as situações. Ter misericórdia, é perdoar, ter tolerância, portanto, é uma ação nobre e humana que pode salvar o planeta, pois enfatiza a alteridade e o accountability, que é a responsabilização pela consequência de nossos atos.

Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

RISCOS E DOENÇAS OCUPACIONAIS DOS PROFISSIONAIS DO CME: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Silva, Renata Ferreira Fagundes da*

RESUMO

Introdução: No âmbito hospitalar nada ocorre referente a procedimentos sem que os materiais utilizados sejam processados pelo CME, o que aponta sua relevância logística. Todavia, o trabalho no CME vem acompanhado de particularidades que repercutem diretamente na saúde dos trabalhadores, em seu desempenho e na qualidade da assistência indireta que prestam. Diante disso, foi formulada a seguinte questão: Quais os riscos e doenças ocupacionais desenvolvidos pelos profissionais do Centro de Materiais e Esterilização? **Objetivo:** Desenvolver um levantamento da produção científica sobre as doenças e riscos ocupacionais desenvolvidos pelos profissionais do Centro de Materiais e Esterilização (CME). **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, utilizou-se para a seleção dos artigos, as bases de dados *Lilacs, BVS, Medline, Scielo, Portal da Capes*, tendo como amostra 13 artigos. **Resultados:** Nos estudos analisados constatou-se que os principais riscos e doenças ocupacionais desenvolvidas pelos profissionais do CME foram riscos relacionados a fatores físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, os quais representam fatores capazes de prejudicar a saúde ocupacional. **Considerações finais:** É importante que se reflita sobre o processo de trabalho e a saúde do trabalhador na CME, já que é possível constatar o quanto são vulneráveis os profissionais de enfermagem, pois uma organização de trabalho desfavorável ao bem-estar dos trabalhadores pode ser decisiva para a ocorrência de distúrbios.

PALAVRAS-CHAVE: Doença Ocupacional; Risco Ocupacional; Esterilização; CME.

INTRODUÇÃO

O Centro de Material e Esterilização (CME) é responsável por receber, preparar, esterilizar, guardar e distribuir os materiais processados provenientes das unidades de estabelecimentos de saúde (SOBECC, 2017).

O CME ao receber e ao concentrar material, esterilizado ou não, permite um fácil controle, assim como permite a conservação e manutenção; além disso, padroniza as técnicas de limpeza, preparo, empacotamento e esterilização, facilita o controle do consumo, da qualidade do material e das técnicas de esterilização permitindo maior segurança no uso; assim como mantém reserva de material, a

fim de atender prontamente à necessidade de qualquer unidade hospitalar (PEREIRA, 2010).

No âmbito hospitalar nada ocorre referente a procedimentos sem que os materiais utilizados sejam processados pelo CME, o que aponta sua relevância logística. Todavia, o trabalho no CME vem acompanhado de particularidades que repercutem diretamente na saúde dos trabalhadores, em seu desempenho e na qualidade da assistência indireta que prestam (PEZZI e LEITE, 2010).

Nesse sentido, o CME define-se como uma unidade de risco para o trabalhador de enfermagem, por abranger em suas funções tarefas repetitivas. Para Silva e Valente (2012), as condições de trabalho influenciam no processo laboral e contribuem para determinar o processo de saúde doença dos trabalhadores.

O trabalho exerce papel fundamental na caracterização das condições de vida e de saúde/doença do indivíduo. A forma com que o trabalho está organizado, bem como as condições sob as quais se desenvolve pode provocar doenças, acidentes, desgaste físico e/ou mental aos trabalhadores.

De acordo com os autores Carrara, Magalhães e Lima (2015), os riscos ocupacionais impactam diretamente a Saúde do Trabalhador, expondo-o a acidentes de trabalho e causando-o adoecimentos.

Dessa forma, o CME pode tornar-se um ambiente de risco aos trabalhadores que estão diariamente expostos há muito tempo principalmente pela realização concomitante de várias tarefas, sem a alternância de distribuição das tarefas, reduzido grau de participação e falta de valorização no trabalho no contexto produtivo total, ritmos que abalam a atenção e a capacidade adequada de resposta, descanso e pausa insuficientes, além dos problemas psíquicos (RIBEIRO, CAMARGO, VIANNA, 2008).

Corroborando, Spagnol et al. (2015) ressaltam que o ambiente de trabalho pode ser gerador de prazer, assim como pode também refletir negativamente na saúde dos trabalhadores, gerando sofrimento, tensões, conflitos, estresse, desgaste e adoecimento.

Dessa maneira, o trabalho pode se tornar um fator negativo, funcionando como mediador entre o processo saúde-doença e sofrimento, onde na luta pela sobrevivência o trabalhador se submete a uma jornada exaustiva de trabalho, que associada às condições onde o trabalho se realiza, reflete diretamente na fisiologia do corpo.

Considerando estes aspectos, pode-se mencionar que, ainda que o serviço de saúde tenha como principal finalidade a prevenção e recuperação da saúde de seus clientes, atuar em unidades de saúde demanda em trabalhar em ambiente com vários riscos ocupacionais, fato que contribui para expor o profissional da saúde a diversos prejuízos durante a vida laborativa (CARRARA, MAGALHÃES e LIMA, 2015).

Com base nessas considerações, este estudo tem como objetivo desenvolver um levantamento da produção científica sobre as

doenças e riscos ocupacionais desenvolvidos pelos profissionais do Centro de Materiais e Esterilização (CME). O estudo é relevante, pois esta temática ainda é pouco debatida na comunidade científica sendo a mesma de extrema importância para a prevenção de doenças no local de trabalho.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica, nacional e internacional, acerca das doenças e riscos ocupacionais desenvolvidos pelos profissionais do Centro de Materiais e Esterilização.

A revisão integrativa oportuniza aos profissionais da saúde o acesso rápido aos resultados relevantes de pesquisas que fundamentam as condutas ou a tomada de decisão, o que proporciona um saber crítico. Esse método de revisão apresenta uma síntese dos múltiplos estudos publicados, possibilitando assim conclusões gerais a respeito de uma área específica de estudo de forma a contribuir para aprofundar o conhecimento do tema investigado (MENDES, SILVEIRA e GALVÃO, 2009).

Sendo assim, para o desenvolvimento da seguinte revisão foram percorridas as etapas que são: estabelecimento da questão de pesquisa; busca de artigos nas bases de dados e biblioteca virtual; categorização dos estudos e construção do banco de dados; análise crítica dos estudos; interpretação e discussão dos dados; e apresentação da revisão, sendo descritos a seguir (MENDES, SILVEIRA e GALVÃO, 2009).

Para o procedimento de seleção dos artigos foi formulada a seguinte questão: Quais os riscos e doenças ocupacionais desenvolvidos pelos profissionais do Centro de Materiais e Esterilização?

Para a busca de artigos nas bases de dados e biblioteca virtual, realizou-se uma pesquisa nas seguintes bases de dados: *MEDLINE* (*Medical Literature Analysis and Retrieval System* on-line), disponibilizada pela *PUBMED* da *U.S. National Library of Medicine National Institutes of Health*; *LILACS* (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); no Portal da CAPES e da Biblioteca Virtual *SciELO*, correspondendo ao período de consulta das bases os meses de janeiro e fevereiro de 2019.

Para construção da estratégia de busca foram definidos como descritores em inglês para o *PUBMED*: *Occupation Disease*, *Occupational Risk*, *Sterilization*, os quais foram previamente consultados no *Medical Subject Headings* (MeSH) e para o *LILACS/BVS*, *CAPEs* e *SciELO* foram usados descritores em português: Doença Ocupacional, Risco Ocupacional, Esterilização, consultados previamente no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Na aplicação da estratégia de busca foi utilizado o conector *OR* entre os dois primeiros descritores e *AND* para fazer o cruzamento com o terceiro descritor resultando em um total de 13 títulos após seleção.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão para as bases de dados: estudos que tinham aderência ao tema, e que apresentassem os textos disponíveis nas bases de dados para a seleção; e os critérios de exclusão foram estudos publicados não envolvendo a temática principal sobre os riscos e doenças ocupacionais desenvolvidos pelos profissionais do Centro de materiais e Esterilização.

Foram encontrados ao todo 92 títulos e resumos nas bases de dados *MEDLINE/PUBMED*, *LILACS/BVS*, Portal da Capes e *SciELO*, e após aplicação dos critérios, 05 foram excluídos por serem duplicações e encontrados nas mesmas base de dados pesquisadas e 74 artigos não contemplavam o objetivo do estudo, por se tratar de outros tipos de temas. Dos 92 artigos encontrados, 25 foram localizados na base de dados BVS após o filtro: texto disponível, porém, após a leitura dos resumos, somente 12 publicações atenderam aos critérios de inclusão, já que os outros não respondiam ao objetivo do estudo.

Já na base de dados *LILACS* foram encontrados 26 publicações, desses alguns eram duplicados nas outras bases de dados e apenas 1 atendeu às exigências dos critérios estabelecidos.

Na Biblioteca Virtual *SciELO* não foram encontradas publicações. No Portal da Capes foram encontrados 09 títulos, porém não foram selecionados, pois 01 já haviam sido selecionado em outra base de dados e se repetiu, e 7 não condiziam com o objetivo do estudo.

Desta forma, na base de dados *BVS* foram selecionados 12 títulos e seus correspondentes resumos, e no *LILACS* 1 título.

Não foi delimitado um período de publicação de artigos, devido à possível perda de muitos estudos considerados relevantes para a pesquisa, já que estes contemplavam à temática do estudo. Assim, os artigos encontrados foram publicados entre os anos de 2007 a 2017. Portanto, a presente revisão integrativa refere-se à análise de 13 estudos na íntegra.

A etapa análise crítica dos estudos inclui a realização de leitura na íntegra dos estudos selecionados, a qual foi acompanhada do preenchimento de instrumento de coleta de dados que contempla informações relacionadas à identificação, delineamento, objetivos, método e principais resultados dos estudos (PRODANOV e FREITAS, 2013). A organização dos resultados dos artigos, bem como a apresentação estão descritos em quadro (Quadro 1) e os passos da interpretação e discussão dos dados e apresentação da revisão serão apresentados a seguir.

RESULTADOS

A seguir é apresentado o quadro de identificação dos estudos selecionados.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão – Pelotas – 2019.

AUTOR(ES)	TÍTULO	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADOS	PERIÓDICO
-----------	--------	----------	--------	------------	-----------

AQUINO, J.M; et al	Centro de material e esterilização: acidentes de trabalho e riscos ocupacionais	Investigar a ocorrência de acidentes de trabalho e os principais riscos ocupacionais a que estão expostos os profissionais de Enfermagem em Centro de Material e Esterilização.	Estudo exploratório, transversal, de abordagem quantitativa.	Os danos à saúde mais citados foram as varizes, os problemas oculares, lombalgias, transtornos do sono e lesões na coluna vertebral, esforço físico levando à fadiga muscular, as varizes e o estresse, a lesão por perfurocortante, e queimaduras, além dos riscos de contato com substâncias químicas e exposição a ruídos.	Revista SOBECC, v.19, n. 3, p. 148-154. São Paulo. jul.-set. 2014.
FRIAS, T. F. P.	Avaliação comparativa dos riscos a saúde dos trabalhadores de enfermagem em Centro de material e esterilização	Avaliar comparativamente e a aplicação do instrumento sobre riscos e danos no formato eletrônico e formato impresso em trabalhadores de enfermagem	Estatística descritiva simples	Existência de riscos físicos, ergonômicos, químicos, biológicos e de acidentes. Varizes, problemas osteomusculares e oculares foram os mais relatados como agravos à saúde relacionada ao trabalho.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, Faculdade de enfermagem, 2013.
ARARUNA, A. B.; POSSO, M. B. S.	Centro de material de esterilização: parâmetros espaciais e riscos físicos	Identificar os riscos físicos presentes no Centro de Material e Esterilização de dois Estabelecimentos de Assistência à Saúde (EAS) públicos.	Estudo descritivo-exploratório, de campo, transversal, com abordagem quantitativa.	Foram encontrados riscos e agravos relacionados a fatores físicos, químicos, biológicos e ergonômicos	Revista SOBECC, São Paulo. V. 19, n. 3, p. 142-147, jul.-set. 2014.
SANTOS, I. B. C.; et al.	Equipamentos de proteção individual Utilizados por profissionais de enfermagem Em centros de material e esterilização	Verificar o uso de equipamento de proteção individual (EPI) por profissionais de Enfermagem em Centros de Material e Esterilização (CME).	Estudo quantitativo, realizado com 50 profissionais em dois hospitais de João Pessoa, Paraíba, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado.	Quanto à propensão aos tipos de acidente a que se consideram estar expostos, 58% apontaram os acidentes com materiais perfurocortantes, 20% as queimaduras, 8% com soluções químicas.	Revista. SOBECC, São Paulo. v. 22, n. 1, p. 36-41. jan.-mar. 2017.
GOUVEIA, M. T. O.; OLIVEIRA, V. C.; LIRA, I. M. S.	Riscos ergonômicos em um Centro de Material e Esterilização	Identificar os fatores de risco ergonômicos que os profissionais de enfermagem são submetidos no Centro de material e esterilização.	Estudo descritivo, transversal, por meio da aplicação de instrumentos desenvolvida a partir do Guia de	Riscos Ergonômicos identificados: arquitetura dos postos de trabalho inadequada, a distribuição inadequada de pessoal, ferramentas insuficientes ou	Revista Enfermagem UFPI. V. 5, n. 3.p. 42-47, Jul-Set., 2016.

			Avaliação de Riscos nos Locais de Trabalho	inadequadas de trabalho, manutenção excessiva de uma mesma postura no trabalho. Repetitividade excessiva de movimentos, manejo de cargas, risco de contaminação externa.	
ESPINDOLA, M. C. G.; FONTANA R. T.	Riscos ocupacionais e mecanismos de autocuidado Do trabalhador de um centro de material e esterilização	Investigar riscos ocupacionais e mecanismos de autocuidado utilizados pelos auxiliares e técnicos de enfermagem que trabalham em um Centro de Material e Esterilização	Estudo descritivo, de abordagem Qualitativa. Os dados foram coletados mediante entrevistas, e analisados pelo método da análise temática	O risco ocupacional mais referido foi o físico, caracterizado pelo calor.	Revista Gaúcha Enfermagem, Porto Alegre/RS. V. 33, n. 1, p. 116-23, mar., 2012.
BITENCOURT, V. L. L., et al.	Vivências de profissionais de enfermagem sobre riscos ambientais em Um centro de material e esterilização	conhecer as vivências de profissionais de enfermagem acerca da exposição aos riscos ambientais em um CME.	Estudo qualitativo, coleta mediante a realização de Grupo Focal, análise temática inspirada em Minayo, visando a um processo analítico crítico.	Lesões musculoesqueléticas, ruídos proveniente de fontes diversas, riscos ao manipular agentes químicos, entrar em contato com altas temperaturas, manusear materiais com risco biológico e expor-se ao desconforto acústico, ao espaço físico e mobiliário inadequado.	Revista Mineira Enfermagem. V.19, n. 4, p. 864-870, Outubro, 2015.
LEITE, P. C.; SILVA, A.	Morbidade referida em trabalhadores de enfermagem de um Centro de material e esterilização	Identificar a morbidade referida por esses trabalhadores, bem como suas possíveis causas.	Estudo exploratório-descritivo.	Observou-se que as Queixas mais frequentes foram as do aparelho circulatório, as do sistema osteoconjuntivo e tecido muscular, seguidas dos transtornos mentais e comportamentais.	Ciência Cuidado Saúde. V.6, n.1, p. 95-102, Jan-Mar; 2007.
COSTA, C. C. P.; et al	O trabalho na central de material: repercussões para a saúde dos trabalhadores de enfermagem	Analisar a organização e do processo de trabalho na Central de Material e Esterilização, na perspectiva de interferência no processo saúde-doença dos	Pesquisa qualitativa, descritiva. Utilizou-se a entrevista semiestruturada, associada à observação não participante.	Riscos e agravos relacionados a fatores ergonômicos, biológicos, assim como a repetitividade das tarefas que pode acarretar prejuízos à saúde dos trabalhadores.	Revista enfermagem, Rio de Janeiro, v.23, n.4, p. 533-39, jul-ago, 2015.

		trabalhadores de enfermagem.			
RIBEIRO, R. P.; RIBEIRO, P. H. V.	Indicadores de satisfação e de Condições no trabalho em centros De material e esterilização	Levantar e avaliar os indicadores das condições e de satisfação no trabalho nas CME, a partir da percepção dos seus funcionários.	Estudo epidemiológico o ecológico, com desenho transversal	Percebeu-se que o esforço físico despendido e o volume de tarefas são grandes nos centros de material e podem acarretar vários problemas de saúde ligados ao sistema ósteo-muscular.	Revista SOBECC, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 32-38, out-dez., 2009.
MEDEIROS, K. P.; BEZERRA, A. L. D.; SOUSA, M. N. A.	Riscos ocupacionais e acidentes de trabalho na central de materiais esterilizados de um hospital de cajazeiras - PB	Determinar os riscos ocupacionais que a equipe atuante na CME de uma instituição hospitalar do município de Cajazeiras - PB está exposta, bem como estimar o número de profissionais que já sofreram algum acidente com material perfurocortante.	Pesquisa de campo de caráter descritivo e quantitativo. Os dados foram coletados através de questionário e analisados por meio da estatística descritiva.	Evidenciou-se que a equipe está exposta aos riscos ambientais, situacionais e humanos e 43% dos profissionais já se acidentaram com material perfurocortante.	XXXI Encontro Nacional De Engenharia De Produção. Belo Horizonte/ MG, Brasil, 04-07 de outubro de 2011.
MASSUDA, K. C; et al.	Ocorrência de lombalgia segundo o nível de atividade física em trabalhadores hospitalares	Avaliar o nível de atividade física, a presença de fatores de risco musculoesqueléticos e a ocorrência de lombalgia em profissionais de enfermagem de Centro de Materiais e Esterilização hospitalar.	Estudo de natureza observacional e transversal. Aplicado Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ)	O nível de atividade física influencia a ocorrência de lombalgia, intensidade de dor e índice de incapacidade funcional.	Revista Dor. V. 18, n.1, p. 8-11, Jan-Mar. 2017.
SOUZA, M. C. B.	O trabalho no Centro de Material e Esterilização	Investigar a natureza do trabalho e a importância do gestor no contexto do CME, caracterizando as rotinas das equipes e, considerando as possíveis repercussões à saúde dos trabalhadores.	Estudo descritivo, qualitativo, inspirado na Análise Ergonômica do Trabalho (AET), por meio de entrevistas, e por observações diretas e registro em fotos e filmes.	Denota-se casos de perda auditiva distúrbios osteomusculares, dores lombares, lesões de coluna vertebral, estresse, alterações de humor e hipertensão arterial sistêmica.	Tese de Doutorado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidad e Estadual de Campinas, 2012.

Assim a amostra final constitui-se de 13 (treze) estudos científicos. Em relação ao método utilizado na elaboração da publicação, 5 (cinco) são de estudo qualitativo e 9 (nove) de pesquisa quantitativa.

DISCUSSÃO

A análise dos artigos referentes à temática Riscos e doenças ocupacionais dos profissionais do CME, conforme os descritores estabelecidos possibilitaram descobrir quais são e de que forma os trabalhadores estão expostos à eles.

Nos estudos analisados constatou-se que os principais riscos ocupacionais e doenças ocupacionais desenvolvidas pelos profissionais do CME foram riscos e agravos relacionados a fatores físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, os quais representam fatores capazes de interferir na produtividade, na qualidade da assistência prestada e na saúde ocupacional.

Para Aquino et al. (2014), Araruna e Posso (2014), Frias (2013) e Souza (2012), os danos à saúde, como fadiga muscular, varizes, estresse e lesões na coluna vertebral, foram as doenças mais citadas, uma vez que as mesmas são resultantes das exposições aos agentes físicos, ergonômicos, químicos, biológicos, psicossociais e de acidentes presentes na ambiência do trabalho, sendo estes fatores de riscos capazes de causar injúria à produção, a qualidade, a assistência prestada e a saúde dos trabalhadores.

Corroborando, nos estudos de Medeiros, Bezerra e Souza (2011), todos os profissionais que desenvolvem suas atividades laborais no CME estão sujeitos aos riscos ambientais, situacionais, humanos ou comportamentais, sendo que, metade dos profissionais atuantes neste setor alegou a existência de adoecimento propiciado pelo processo de trabalho. Os sinais e sintomas de alerta foram: dor nas pernas, dor nas costas, desgaste físico, postura viciosa, e irritabilidade.

Muitas vezes, o trabalhador de enfermagem atua num ambiente em geral penoso e insalubre que não oferece condições favoráveis para sua saúde e satisfação pessoal. As condições precárias a que são expostos estes profissionais, seja pelo excesso de atividade física e mental no trabalho, acúmulo de horas trabalhadas, sistema de vínculo empregatício, ou mesmo má remuneração ocupacional no sistema de saúde, é determinante dos acidentes e doenças ocupacionais (CARRARA, MAGALHÃES e LIMA, 2015).

No estudo de Santos et al. (2017), 74% entrevistados afirmaram que estão em risco. Constatou-se que 24% dos profissionais sofreram acidente no trabalho. Quanto à propensão aos tipos de acidente a que se consideram estar expostos, a maioria apontou os acidentes com materiais perfurocortantes, seguido de acidente com queimaduras e com soluções químicas.

Para Aquino et al. (2014) o manuseio de caixas com instrumentais pesados, e movimentos repetitivos podem desenvolver a Lesão por

movimentos repetitivos (LER/DORT), o estresse, por se necessitar de uma atenção na manipulação de artigos, são as que mais cometem os trabalhadores de CME, o que evidencia a necessidade de educação continuada em prol da prevenção e redução de acidentes de trabalho. Da mesma forma, Massuda et al. (2017), identificaram como risco ocupacional a ocorrência de dor lombar. Nos profissionais de enfermagem que atuam em CME, o nível de atividade física influencia a ocorrência de lombalgia, e incapacidade funcional que ocorre porque os trabalhadores do CME carregam objetos pesados diariamente durante a atividade laboral, o que pode causar deslocamento anterior, gerando inclinação da pelve para frente e conseqüentemente um aumento da lordose lombar.

Costa et. al. (2015), também identificaram exposição a riscos e agravos relacionados a fatores ergonômicos, onde os profissionais de enfermagem são submetidos à sobrecarga de peso, visto que, o material de trabalho na CME é pesado, o que demanda intensa força física. Assim, essas atividades, quando realizadas com posturas inadequadas, podem potencializar ainda mais a ocorrência de sérios problemas de coluna e lesões osteomusculares.

Neste mesmo sentido, Ribeiro e Ribeiro (2009) ressaltaram que quanto ao tipo de tarefas realizadas, percebeu-se que a maioria dos trabalhadores realizava tarefas repetitivas e monótonas. Nas subvariáveis Esforço Físico para Realização das Tarefas e Volume de Tarefas no CME, constatou-se que em todos os hospitais essas subvariáveis eram negativas, pois o esforço físico despendido e o volume de tarefas eram grandes acarretando vários problemas de saúde, principalmente àqueles ligados ao sistema ósteo-muscular.

Nessa mesma linha Leite e Silva (2007), também comentaram que na categoria de Queixas relacionadas ao Trabalho, as queixas relativas ao sistema osteoconjuntivo e tecido muscular se destacaram, incluindo nestas as dores nos membros inferiores e no ombro, a bursite e as dores na coluna.

Ainda Gouveia, Oliveira e Lira (2016) comentam em seus estudos que os trabalhadores do CME estão expostos a jornadas de trabalho exaustivas, causando maior desgaste e adoecimento. Dentre os Fatores de Riscos Ergonômicos a que estão expostos destacam-se a arquitetura dos postos de trabalho, a distribuição de pessoal, ferramentas de trabalho, manutenção da mesma postura e posturas não confortáveis.

É comum encontrar nos hospitais, CMEs instalados em áreas pequenas, não apropriada aos trabalhadores, cujos mobiliários e equipamentos também não seguem os princípios da ergonomia.

O CME deve dispor de bancadas e carrinhos com rodízios para transporte de materiais, em número adequado ao volume de trabalho, embalagens de barreira estéril, e locais de trabalho com cadeiras ou bancos ergonômicos com altura adequada (RDC 15).

A NR-17 determina que, quando das tarefas manuais de levantamento, transporte e descarga individual de materiais, deve-se atentar para os limites estabelecidos, para a mulher é proibido o uso de força muscular maior que 20 (vinte) quilos em trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos quando o trabalho for ocasional. Esses limites são influenciados por alguns fatores, como a frequência de levantamento de carga, altura da carga em relação ao solo, tamanho e forma da carga.

Outro achado foi o aumento da frequência dos transtornos mentais e comportamentais, o que leva à reflexão sobre a importância do trabalho na ocorrência deste tipo de distúrbio. Infelizmente, o profissional continua a vivenciar elevados níveis de desgaste, e os elevados índices de desligamentos são indicativos da insatisfação com as condições de trabalho e da potencialização do desgaste entre os trabalhadores (LEITE e SILVA, 2007).

Para esses autores, os resultados mostram que os participantes vivenciam situações geradoras de estresse ocupacional provocadas por diferentes fatores, como as dificuldades impostas pela organização do trabalho, como a escassez de material e de recursos humanos, o desconhecimento por parte das outras unidades assistenciais sobre as atividades desenvolvidas pelo CME, desvalorizando o trabalho nesse local, assim como o ritmo intenso de trabalho.

Outra situação relevante é o calor excessivo ao quais os trabalhadores estão expostos diariamente, durante o turno de trabalho. A exposição aos riscos físicos devido às altas temperaturas e à ventilação deficiente prevalece nos estudos de Costa, et al. (2015).

É válido ressaltar que no estudo de Espindola e Fontana (2012) os participantes mencionaram o calor como o agente que mais os expõe no trabalho. Assim as altas temperaturas podem provocar desconforto, diminuição da produtividade, interferindo de forma negativa na qualidade do reprocessamento dos artigos.

É de se notar como as temperaturas elevadas afetam os profissionais, gerando desconforto, alterações fisiológicas, comprometendo a saúde do trabalhador e seu desempenho profissional devido aos sinais e sintomas que pode apresentar, como a fadiga, erros de percepção e raciocínio, cefaleia, estresses, desencadeando esgotamentos e frustrações (SOBECC, 2017).

Para Bessa et al (2010), o desconforto térmico pode causar danos à saúde dos trabalhadores, acarretando a diminuição da capacidade de concentração e o aumento da fadiga, além de favorecer a incidência de acidentes. Diante disso, é preciso enfatizar que as temperaturas elevadas não são adequadas no ambiente de trabalho em saúde, pois a proliferação de microorganismos se acelera com o calor, elevando o risco de infecções.

A Organização Internacional do Trabalho recomenda temperatura aceitável de 200 C a 250 C, zona de conforto para maioria das pessoas, e umidade relativa entre 30 e 70%, se a carga física de trabalho for leve e não houver calor radiante. À medida que a carga de trabalho física aumenta, necessita-se de temperaturas mais baixas para manter o conforto.

Outra questão citada pela pesquisa de Costa et al. (2015) é a alta exposição ao risco biológico, relacionada, principalmente, ao manuseio de material perfurocortante contaminado. O manuseio de artigos contaminados por material biológico requer grande atenção e cuidado por parte dos profissionais.

Em 2017 foram registrados 450.614 acidentes e doenças do trabalho, pela Previdência Social. São eventos que provocam impactos sociais, econômicos e sobre a Saúde Pública no Brasil. Desses registros, 9700 foram diagnosticadas como doenças relacionadas ao trabalho (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017).

Por outro lado, na pesquisa de Bittencourt et al. (2015), o ruído foi o agente físico mais comum destacado e prejudica a saúde dos trabalhadores de enfermagem. Durante toda a jornada de trabalho, o ruído no CME é constante, sendo proveniente de diversas fontes como, de autoclaves, de seladoras, de lavadoras ultrassônicas, de termodesinfetadoras, do impacto de instrumentais, interferindo no trabalho dos profissionais e conseqüentemente atrapalhando o processo de trabalho.

A NR-07, que trata do programa de controle médico de saúde ocupacional, estabelece diretrizes e parâmetros mínimos para avaliação e acompanhamento da audição do trabalhador, por meio da realização de exames de audiologia; obtenção de subsídios para adoção de programas que visem à prevenção da perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados; e, conservação da saúde auditiva dos trabalhadores.

A exposição ao risco químico foi também encontrada na pesquisa de Bittencourt et al (2015), com o uso rotineiro de ácido peracético e de detergente enzimático.

Pelos expostos, verificou-se pelo Quadro, a presença de muitas fontes de risco nos CMEs, que devem ser corrigidos ou minimizados, seguindo o que é determinado pela Legislação vigente e pela literatura especializada nessa Unidade tão essencial à dinâmica hospitalar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados, pode-se concluir que o CME é um ambiente hospitalar que apresenta um grande risco para o desenvolvimento de acidentes de trabalho, pois compreende todos os riscos em um só lugar. Pôde-se observar que os tipos de risco ocupacional foram: risco físico, risco biológico, risco químico e risco ergonômico.

Evidenciou-se a presença marcante do trabalho como um dos principais fatores responsáveis pelo adoecimento desses

trabalhadores; sugerindo que muitas das queixas relacionadas ao trabalho se tornaram manifestações crônicas nos trabalhadores, assumindo um papel importante na rotina diária e causando repercussões em todos os aspectos de suas vidas.

Diante dos resultados constatou-se que em todos CMEs pesquisados, esses precisam de adequações e implementações para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho dos profissionais que atuam nesses locais, pois acredita-se que a qualidade de vida está diretamente ligada à satisfação que o trabalhador sente ao realizar o seu trabalho, mesmo que este seja cansativo e estressante, mas que seja um local propício para crescimento, mudanças e desafios.

É importante também que se reflita sobre o processo de trabalho e a saúde do trabalhador no CME, já que é possível constatar a presença de riscos ocupacionais específicos da atividade e o quanto são vulneráveis os profissionais a essas condições, pois uma organização de trabalho desfavorável ao bem-estar dos trabalhadores pode ser decisiva para a ocorrência de distúrbios.

Notou-se que nenhum estudo mencionou um programa de assistência voltado para a saúde do trabalhador, que possa proporcionar ginástica laboral durante algum período da jornada de trabalho. Nesse contexto, os programas de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida, os quais incorporam a ginástica laboral como atividade promotora da saúde física e mental dos trabalhadores, são indispensáveis e devem fazer parte da cultura das instituições de saúde.

Acredita-se também que a identificação dos riscos ocupacionais pode contribuir para a prevenção dos mesmos por meio do rastreamento e diagnóstico dos agravos a saúde que podem aparecer em razão do trabalho, além da comprovação de casos de doenças ocupacionais ou danos irreparáveis à saúde do trabalhador.

Dessa forma, tem-se a certeza que com condições de trabalho satisfatórias, a qualidade do serviço prestado será ainda melhor. A implementação de melhorias no trabalho deve ser uma prioridade dos gestores, assim como investimentos em climatização e em reestruturação da área física, de modo a favorecer o conforto, pois trabalhadores satisfeitos tendem a realizar suas atividades com mais atenção, acolhimento, o que contribui para a humanização nas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da diretoria colegiada- RDC n. 15, de 15 de março de 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Brasília; 2012.

AQUINO et al. Centro de material de esterilização: acidentes de

trabalho e riscos ocupacionais. **Revista SOBECC**. São Paulo. v.19, n.3, p. 148-154, jul-set. 2014. DOI: dx.doi.org/10.4322. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/sobecc.2014.023>. Acesso em 02 fev. 2019.

ARARUNA, A. B.; POSSO, M. B. S. Centro de material de esterilização: parâmetros espaciais e riscos físicos. **Revista SOBECC**. São Paulo. v. 19, n. 3, p. 142-147, jul.-set., 2014; Disponível em: http://www.sobecc.org.br/arquivos/artigos/2019/pdfs/site_sobecc_v19n3/05_sobecc.pdf. Acesso em 05 fev. 2019.

BESSA, M. E. P., et al. Riscos ocupacionais do enfermeiro atuante na estratégia de saúde da família. Rio de Janeiro. **Revista de enfermagem UERJ**. V.18, p. 644-9, 2010;

BITTENCOURT, V. L. L, et al. Vivências de profissionais de enfermagem sobre riscos ambientais em um centro de material e esterilização. **Revista Mineira de Enfermagem**. V. 19, n. 4, p. 864-870, out-dez., 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consulta Pública nº 34, de 3 de junho de 2009. Dispõe sobre o funcionamento de serviços que realizam o processamento de Produtos para a saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União; Brasília; jun.2009.. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm>. Acesso em 13 de março 2019

BRASIL. NORMA REGULAMENTADORA – 17- NR-17. Dispõe sobre Segurança e Medicina do trabalho. Brasília: Atlas; 1994.

BRASIL. NORMA REGULAMENTADORA 7 – NR7. Dispõe sobre o Programa de controle médico de saúde ocupacional. 2011.

CARRARA, G. L. R.; MAGALHÃES, D. M.; LIMA, R. C. Riscos ocupacionais e os agravos à saúde dos profissionais de enfermagem. **Revista Fafibe On-Line**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 265-286, 2015.

COSTA, C. C. P.; et al. O trabalho na central de material: repercussões para a saúde dos trabalhadores de enfermagem. **Revista de enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, V. 23, n. 4. p. 533-39, jul-ago, 2015.

ESPINDOLA, M. C. G.; FONTANA, R. T. Riscos ocupacionais e mecanismos de autocuidado do trabalhador de um centro de material e esterilização. **Revista Gaúcha Enfermagem**. Porto Alegre/ RS. V. 33, n. 1, p. 16-23, Mar, 2012.

FRIAS, T. F. P. **Avaliação comparativa dos riscos a saúde dos trabalhadores de enfermagem em Centro de material e esterilização.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, Faculdade de enfermagem, 2013.45f.

GOUVEIA, M. T.O.; OLIVEIRA, V. C.; LIRA, I. M. S. Riscos ergonômicos em um Centro de Material e Esterilização. **Revista de Enfermagem UFPI**, v. 5, n. 3, p. 42-47, Jul-Set, 2016.

LEITE, P. C.; SILVA, A. Morbidade referida em trabalhadores de enfermagem de um Centro de material e esterilização. **Revista Ciência Cuidado e Saúde**. V. 6, n. 1, p.95-102, Jan-Mar, 2007.

MASSUDA, K. C.; et al. Ocorrência de lombalgia segundo o nível de atividade física em trabalhadores hospitalares. **Revista dor**. V. 18, n. 1, p. 8-11, Jan.-Mar., 2017.

MEDEIROS, K. P.; BEZERRA, A. L. D.; SOUSA, M. N. A. Riscos ocupacionais e acidentes de trabalho na central de materiais esterilizados de um hospital de cajazeiras. Paraíba. XXXI Encontro Nacional De Engenharia De Producao. Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil. Cenário Econômico Mundial. Belo Horizonte, MG, Brasil, 04 a 07 de outubro de 2011.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidência de saúde e na enfermagem. **Revista Texto e Contexto Enfermagem**. Florianópolis. V. 17, n.4, p. 758-64, Out-Dez., 2008.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/09/AEAT-2017.pdf>. Acesso em 9 fevereiro 2019.

PEREIRA, M. C. O. Preparo, embalagem, transporte e armazenagem. Associação Paulista de Epidemiologia e Controle relacionada à Assistência à Saúde. Limpeza, desinfecção e esterilização de artigos em serviços de saúde. São Paulo: APECIH – Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. p.83-107. 2010.

PEZZI, M. C. S.; LEITE, J. L. Investigação em central de material e esterilização utilizando a teoria fundamentada em dados. **Revista Brasileira de Enfermagem**. V. 63, n. 3, p.391-6, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, R. P.; CAMARGO, E. M. O. A., VIANNA, L. A. C. Avaliação da temperatura nos centros de materiais esterilizados. **Revista Cogitare de Enfermagem**. São Paulo, v. 13, n.2, p. 268-74, jan-mar., 2008.

RIBEIRO, R. P.; RIBEIRO, P. H. V. Indicadores de satisfação e de Condições no trabalho em centros de material e esterilização. **Revista SOBECC**. São Paulo, V. 14, n. 4, p. 32-38, out.- dez., 2009.

SANTOS, I. B. C.; et al. Equipamentos de proteção individual utilizados por profissionais de enfermagem Em centros de material e esterilização. **Revista SOBECC**. São Paulo, V. 22, n. 1, jan.-mar.; p. 36-41, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANESTÉSICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO (SOBECC). **Práticas Recomendadas da SOBECC: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização**. São Paulo, 7 ed., 2017.

SOUZA, M. C. B. **O trabalho no Centro de Material e Esterilização**. Tese de Doutorado apresentada à Pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SPAGNOL, C. A.; et. al. Escalda-pés: cuidando da enfermagem no Centro de Material e Esterilização. **Revista SOBECC**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 45-52, jan.-mar., 2015.

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO EM UM AMBIENTE DE LETRAMENTO: OS GÊNEROS TEXTUAIS COMO ELO ENTRE ESSES DOIS CAMINHOS.

Nascimento, Ana Cristina Melo do¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo demonstrar a importância da alfabetização ocorrer em um ambiente de letramento, bem como que o uso dos gêneros textuais pode beneficiar o desenvolvimento simultâneo desses dois caminhos. Primeiramente será feita algumas observações em relação a evolução conceitual do termo alfabetização e a progressiva extensão deste em direção ao conceito de letramento. Esta pesquisa também tem o propósito de evidenciar o relacionamento da criança com o mundo letrado e a influência desse convívio com o processo ensino-aprendizagem. O presente artigo será elaborado através de uma pesquisa bibliográfica utilizando como referencial teórico a contribuição de diferentes autores como: Soares (1998); Soares (2017); Ferreiro (2011); Brasil(1997); Brasil (2005), entre outros que versam sobre a temática citada. A partir do levantamento teórico percebe-se a importância de proporcionar atividades que favoreçam o desenvolvimento concomitante, apesar de apresentarem princípios e procedimentos de metodológicos distintos, das aprendizagens de alfabetização e letramento, pois estas são interdependentes, indissociáveis e acontecem simultaneamente. Nesse processo, os gêneros textuais fornecem um conjunto de eventos significativos, quando bem direcionados, fundamentais para a expansão do conhecimento letrado da criança.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Gêneros textuais.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade em constantes transformações e progressivamente mais exigente em diferentes aspectos, onde o homem para acompanhar tantas mudanças deve ser dinâmico e atento as novas tecnologias, saber selecionar e organizar informações relevantes, interpretá-las e avaliá-las criticamente; ser consciente do contexto em que vive e participante de suas decisões, ser capaz de dominar várias habilidades com autonomia, entre as quais estão não só o domínio das aptidões do ler e do escrever, mas também de fazer o uso competente destas nas práticas sociais. Conforme Soares (2017, p. 150), "(...) dos indivíduos já se requer não apenas que

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória – FAVIX e pós-graduada em Educação Especial na Perspectiva de Inclusão pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF.

dominem a tecnologia do ler e escrever, mas também que saibam fazer uso dela (...).”, ou seja, o sujeito deve estar apto para corresponder com autonomia as exigências determinadas pelo mundo letrado.

Frente ao exposto, esse artigo científico com o título: A importância da alfabetização em um ambiente de letramento: os gêneros textuais como elo entre esses dois caminhos, versará sobre a importância da alfabetização ocorrer num ambiente de letramento, no qual os gêneros textuais serão manifestados como um vínculo entre esses dois conhecimentos.

A escolha desse tema deu-se em virtude das necessidades apresentadas por meus alunos frente as atividades que requerem o uso das habilidades de leitura e escrita, outro o motivo foi a relevância em estudar e compreender a temática para melhor direcionar o trabalho pedagógico e auxiliar os discentes nesse processo em que as capacidades de ler e escrever são fundamentais.

Diante disso, é fundamental que a **alfabetização** - processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita - e o **letramento** - desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais - andem de mãos dadas, pois essas aprendizagens, conforme Soares (2017, p. 44), acontecem ao mesmo tempo: “(...) a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos (...)”. Nesse sentido, a democratização da leitura e da escrita é uma condição necessária para o alfabetizar letrando.

A leitura como comportamento absolutamente humano fornece a quem ler ou a quem a ouvi um universo repleto de conhecimentos: de novos lugares, pessoas, histórias... favorece o despertar da criatividade, o desenvolvimento intelectual, assim como o raciocínio, proporcionando a estruturação de ideias, a promoção da capacidade interpretativa e argumentativa de quem lê. Além disso, ler beneficia o exercício da memória, a expansão do vocabulário, melhora significativa da escrita, da comunicação e a compreensão de assuntos variados.

Já escrita como objeto cultural fruto do empenho coletivo da humanidade (FERREIRO, 2011) é um instrumento que possibilitou e possibilita o registro e organização de pensamentos, emoções, ideias, acontecimentos e é essencial para a comunicação e difusão de informações. Ambas são fundamentais para a formação do ser humano e sua participação na sociedade letrada.

Logo, não é suficiente para responder apropriadamente às necessidades sociais da escrita e da leitura, apenas o domínio das capacidades de decodificação e codificação da linguagem escrita em oral e da linguagem oral em escrita, visto que a sociedade exige do indivíduo competências que suplantam essas habilidades.

A partir das considerações expostas, esta pesquisa de cunho bibliográfico

e investigativo, por meio de autores como: Soares (1998); Soares (2017); Ferreiro (2011); Brasil (1997); Brasil (2005), entre outros, tem como objetivo analisar e demonstrar a importância da alfabetização ocorrer em um ambiente de letramento, bem como que o uso dos gêneros textuais pode beneficiar o desenvolvimento simultâneo, apesar de distintos, desses dois caminhos.

Primeiramente será apresentado um breve histórico referente a evolução conceitual do termo alfabetização e a progressiva extensão deste em direção ao conceito de letramento, posteriormente tratar-se-á sobre a importância de a alfabetização ocorrer em um ambiente de letramento. O último capítulo será destinado a apresentar os gêneros textuais como elo entre a alfabetização e o letramento.

DA ALFABETIZAÇÃO AO LETRAMENTO: MUDANÇAS E REFLEXÕES

Conceitos, as práticas relacionadas a eles - métodos -, as habilidades de ler e escrever, o uso competente dessas no meio social, o domínio precário de competências de leitura e escrita – fracasso escolar em alfabetização -, são alguns dos pontos mais recorrentes quando os termos alfabetização e letramento atuam como protagonista em debates no campo educativo e também fora dele.

Ao recorrermos à história é observável que os debates mais acalorados em nosso país, foram frequentemente direcionados às questões dos métodos de alfabetização, onde havia um ansioso empenho na busca pelo melhor método para ensinar ler e escrever. Soares (2017) assinala que na produção acadêmica e científica relacionada à alfabetização houve uma grande predominância da temática, sobretudo nas décadas de 50 e 60. Contudo, no decorrer dos anos, com as mudanças conceituais em torno termo alfabetização, o até então, objeto foco de investigações sofreu um progressivo e evidente decréscimo nos anos de 1970 e 1980.

No Brasil é possível perceber a mudança conceitual de alfabetização através dos entendimentos utilizados pelos censos demográficos. Até por volta da década 1940, era considerado alfabetizado aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era entendido como a capacidade de assinar o próprio nome. A partir de 1950, esse parâmetro sofreu uma significativa mudança, passou-se a considerar alfabetizado aquele capaz de ler e escrever um bilhete simples, isto é, capaz de não apenas saber ler e escrever, mas também, de realizar práticas de leitura e escrita.

Soares (2017) ressalta o critério de anos de escolarização utilizado pelo PNAD – Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios – em função dos quais se caracteriza o nível de alfabetização funcional da população.

(...) ficando implícito nesse critério que após alguns anos de aprendizagem escolar, o indivíduo terá não só aprendido a ler e escrever, mas também a fazer uso da leitura e da escrita. Verifica-se uma progressiva, embora cautelosa, extensão do conceito de alfabetização em direção ao conceito de letramento: do saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita. (SOARES, 2017, p. 34).

Essa ampliação de conceito também foi observada por meio das abordagens da mídia frente as informações e notícias a respeito da alfabetização no Brasil. Essa critica o critério empregado pelo censo, o qual toma como base para considerar uma pessoa alfabetizada apenas o ato de saber ler e escrever um bilhete simples. Segundo Soares (2017), a Folha de São Paulo, em 1991, numa matéria sobre alfabetização, fez uso da palavra “desqualificados” para se referir àqueles, ainda que declarassem saber ler e escrever texto simples, tinham menos de quatro anos de escolarização, nesta situação, considerados analfabetos funcionais. “A mídia vem, pois, assumindo e divulgando um conceito de alfabetização que o aproxima do conceito de letramento”. (SOARES, 2017, p.35).

Frente ao exposto pode-se deduzir que a palavra letramento surgiu da necessidade de denominar comportamentos e práticas do uso das competências de leitura e escrita que suplantam o domínio do sistema alfabético e ortográfico. Soares (2017) relata que a invenção da palavra letramento se fez necessária em virtude da impossibilidade de determinar que a palavra alfabetização assumisse não só a aprendizagem do sistema alfabético, mas também a aprendizagem dos usos sociais e culturais desse sistema. Portanto, a necessidade de contemplar essa amplitude de significados foi que determinou o surgimento do termo letramento.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: A CRIANÇA E O MUNDO LETRADO

Seja um simples letreiro de venda à uma notícia impressa no jornal, por onde quer que andamos há sempre a presença de textos de diversos tamanhos e formas, todos com a intenção de nos comunicarmos alguma coisa. Porém, essa intenção, em algumas circunstâncias, pode não ser alcançada, não em virtude da complexidade do texto em si, mas pela vulnerável capacidade interpretativa de quem tenta ler, pois a faz de forma mecânica, ou pela ausência da habilidade de leitura, refletindo assim uns dos principais problemas que ainda assola a educação brasileira: o fracasso no processo de alfabetização. Soares (2017) enfatiza que:

(...) dos indivíduos já se requer não apenas que dominem a tecnologia do ler e do escrever, mas

também que saibam fazer uso dela, incorporando-a a seu viver, transformando-se assim seu “estado” ou “condição”, como consequência do domínio dessa tecnologia. (p.150).

As imposições estabelecidas pela sociedade determinam que o indivíduo esteja apto para correspondê-las satisfatoriamente, posto que, a dinâmica do mundo letrado, a comunicação, a notável exigência de níveis de leitura e de escrita elevada e o uso dessas tecnologias em diferentes práticas sociais, nas quais aquele está sujeito a participar, convida-nos a refletir sobre as aprendizagens de alfabetização e letramento, bem como melhor direcioná-las na esfera educativa.

Mas o que vem a ser alfabetização e letramento? Segundo Soares (2017), o termo alfabetização em seu sentido próprio e específico corresponde ao processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita, em outras palavras, é o processo de aprendizagem pelo qual é desenvolvido a habilidade de ler e escrever. Já o vocábulo letramento, diz respeito ao desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais. De acordo com a autora, “Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e a escrever dentro de um contexto onde a leitura e a escrita tenham sentido e façam parte da vida do aluno.” (SOARES,1998, p. 190).

Perante a esses esclarecimentos, é relevante planejar e implementar estratégias que possam apresentar a leitura e a escrita de forma significativa, onde este significado resultará das conexões estabelecidas entre os procedimentos propostos em sala e o cotidiano das crianças, levando-as a desempenhar um papel ativo na construção do seu próprio conhecimento.

Antes mesmo da criança entrar na escola, essa já tem um certo grau de interação, independentemente da classe social, com práticas de leitura e escrita. Isso se dar com a convivência em ambientes em que tal ação é realizada. Cabe ressaltar que os conhecimentos são formados e interpretados numa visão particular da própria criança, que percebe a presença da escrita no ceio da sua vivência. “A criança se vê continuamente envolvida, como agente e observador, no mundo ‘letrado’”. (FERRERO, 2011, p. 56). Essas experiências possibilitam a construção de noções e fundamentos basilares para o domínio do sistema alfabético e da capacidade de usá-los com autonomia nas práticas sociais.

(...) as crianças convivem com a escrita – umas, mais, outras, menos dependendo da camada social a que pertençam, mas *todas* convivem – muito antes de chegar ao ensino fundamental, e antes mesmo de chegar a instituições de educação

infantil, e nessa convivência vão construindo sua alfabetização e seu letramento: seu conceito de língua escrita, das funções do ler e do escrever, seu conhecimento de letras e números, a diferenciação entre gêneros e portadores de textos – as informações que veem os adultos buscarem em rótulos, as histórias que lhes são lidas em um livro, em uma revista, os bilhetes que as pessoas escrevem ou leem... (...) (SOARES, 2017, p. 139, grifo do autor).

Portanto, a criança traz consigo conhecimentos, conceitos, atitudes e saberes específicos sobre a leitura e a escrita oferecidos dentro do contexto cultural em que vive, logo, fundamentais para o desenvolvimento dessas habilidades. “Imersa em um mundo onde há a presença de sistemas simbólicos socialmente elaborados, a criança procura compreender a natureza destas marcas especiais.” (FERREIRO, 2011, p. 44). Pode-se dizer que ela chega em pleno processo de alfabetização e letramento, pois nasce numa sociedade letrada e cercada de material escrito onde haverá momentos em que presenciará pessoas fazendo uso da leitura e da escrita.

Essas situações influenciam a criança em querer ampliar o convívio com a escrita – segurar no lápis, usar o papel, manusear livros, etc. Elas têm uma grande capacidade de aprender aquilo que lhe é ensinado e dependendo de como é feito esse procedimento ele poderá influenciar fortemente no progresso, na continuidade e no aprimoramento dessas habilidades. Ferreiro (2011) menciona que o fato de a criança agir como leitor antes de lê-lo, fará com que essa aprenda precocemente o essencial das práticas sociais ligadas à escrita.

“Além de conceitos e conhecimentos, as crianças vão também construindo, em seu contexto social e familiar o interesse pela leitura e pela escrita e desejo de acesso ao mundo da escrita” (SOARES, 2017, p.139). Nesse cenário, é imprescindível que a escola valorize os conhecimentos, as experiências e as noções construídas fora das paredes da instituição, visto que, esses princípios trazidos pelas crianças são essenciais para que essas ampliem a convivência e a amizade com o mundo da escrita aprimorando, com a devida mediação docente, o uso com autonomia dessas habilidades nas práticas sociais.

É importante ressaltar o papel da instituição escolar frente a responsabilidade de oportunizar às crianças, principalmente as que têm um convívio menos frequente com material escrito, o acesso e a convivência com diversos portadores de textos e com práticas de leitura e de escrita que façam sentido para elas, dando assim, continuidade a essas aprendizagens.

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO OCORRER EM UM AMBIENTE DE LETRAMENTO

É notório a importância das habilidades da leitura e da escrita para a formação do ser humano e sua participação na sociedade como cidadão consciente dos fatos que acontecem em sua volta. Nesse ponto de vista, para que o aluno possa exercer esse papel com independência perante as disposições da esfera social, ensino e realidade devem andar juntos com o propósito de encaminhar para a sala de aula uma aprendizagem viva e significativa, na qual os discentes possam enxergar a importância e a aplicabilidade desses conhecimentos – leitura e escrita – não apenas no âmbito escolar, mas também, nas práticas da vida cotidiana.

Por implicar decisivamente nas atividades sociais, é perceptível a necessidade de manter e ampliar as experiências e o contato de quem está se alfabetizando com as práticas sociais de leitura e escrita. A escola como espaço que oportuniza o acesso ao conhecimento precisa criar situações que possibilitem ao aprendiz essa proximidade, visando o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz dessas habilidades que satisfaçam as necessidades pessoais, bem como, as exigências da sociedade letrada.

Fala-se muito em um ambiente alfabetizador, o qual tem o objetivo de disponibilizar um conjunto de situações em que a leitura e a escrita sejam usadas de forma real e significativa, nas quais, as crianças tenham a oportunidade de participar ativamente. Seguindo esse raciocínio, o envolvimento das crianças nesses eventos de letramento caracteriza um ambiente alfabetizador e o contexto organizado e direcionado onde há a presença e o frequente relacionamento com textos variados configura a constituição de um ambiente de letramento, ou seja, esses dois caminhos mesmo manifestando procedimentos e características específicas, quando favorecidos, acontecem ao mesmo tempo.

Na perspectiva apresentada, torna-se fundamental para o andamento harmônico desse aprendizado, que os termos alfabetização e letramento caminhem de mãos dadas independentemente de compreenderem princípios e metodologias de aprendizagem distintas, uma vez que, um não é pré-requisito para que o outro aconteça, eles se complementam e acontecem simultaneamente.

Para Soares (2017) esses dois processos não são independentes, mas interdependentes e indissociáveis, onde a alfabetização é desenvolvida de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, atividades de letramento, e este, por seu turno só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. Ela argumenta que se essas aprendizagens forem desenvolvidas separadamente, ou se desenvolver uma em detrimento da outra, a criança terá certamente uma visão parcial e, portanto, distorcida do

mundo da escrita. A autora ainda afirma que é um equívoco separar alfabetização e letramento, pois:

(...) no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas, e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional da escrita – *alfabetização* – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o *letramento*. (SOARES, 2017, p.44-45, grifo do autor).

Portanto, visto que o ingresso da criança ao mundo da escrita se faz por meio da ocorrência concomitante desses dois processos, é conveniente que haja um ambiente desafiador que desperte o interesse, a curiosidade e oportunize ao aluno situações de aprendizagem significativa, onde a aplicabilidade da leitura e da escrita possam ser vistas de forma concreta, ou seja, contextualizada com a realidade social dos educandos e assim possibilitar a eles o convívio com a cultura letrada.

Sabendo que a criança traz consigo conhecimentos próprios a respeito da leitura e da escrita, é indispensável, que a escola atenda a responsabilidade que a ela é incumbida, a de viabilizar o acesso do aluno aos diversos portadores e tipos de textos, de promover uma aprendizagem significativa e prazerosa, bem como, criar situações de uso real dos conhecimentos oferecidos, isto é, proporcionar nessa circunstância, que a *alfabetização*, o ensino e o aprendizado do sistema a escrita alfabético-ortográfica, se desenvolva num ambiente de *letramento*, envolvimento em atividades variadas de leitura e escrita. Desta forma, a criança, ao mesmo tempo em que é alfabetizada também desenvolverá as capacidades de letramento.

Brasil (1997, p.29) comenta que “As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura.” Mostrar desde a alfabetização a relevância e a utilidade da leitura bem como da escrita para a vida, com o auxílio de atividades diferenciadas em que o aluno atue com protagonismo, influenciará fortemente no desenvolvimento dessas habilidades e fortalecerá a amizade da criança com o mundo da escrita.

OS GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCOLA

Instrumentos culturais construídos historicamente pelo esforço humano a partir das necessidades comunicativa em diferentes contextos, os gêneros textuais, são incontáveis e permeiam o mundo contemporâneo. Segundo Schneuwly e Dolz *apud* Farias *et al.* (2017, p. 4), “são instrumentos culturais disponíveis nas interações sociais.

São mutáveis e relativamente estáveis. Emergem em diferentes domínios discursivos e se concretizam em textos, que são singulares.” Saber usá-los nas diversas circunstâncias em que for necessária a comunicação por intermédio de texto é um requisito crucial para o exercício da cidadania.

Esse artefato tão visível no dia a dia, por ser uma exigência determinada pelo meio social, deve estar presente na instituição escolar para promover um convívio estreito entre aluno e os diferentes gêneros textuais. Nessa oportunidade, duas aprendizagens expressivas serão estimuladas: a alfabetização e o letramento.

OS GÊNEROS TEXTUAIS COMO ELO ENTRE A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO.

Mesmo sem perceber, no cotidiano, as pessoas estão em contato e fazem uso de diferentes tipos de textos. Ao lerem e escreverem mensagens no celular, ao lerem uma receita de bolo, revistas, bulas de remédio, panfletos, anúncios, manual de instruções; ao escreverem uma lista de compras, um bilhete etc., aquelas fazem uso com certa frequência da diversidade de textos que circulam socialmente, cada qual com destinatários, estruturas e finalidades comunicativas específicas, sendo portanto, um elemento que faz parte das exigências práticas da vida diária.

Ferreiro (2011, p. 97) comenta que “É provavelmente através de uma ampla e contínua participação nesse tipo de situações sociais que a criança acaba conseguindo compreender por que a escrita é tão importante na sociedade.” Elas presenciam no cotidiano, adultos realizando tais atos, observam atentamente esses comportamentos e tentam, desde muito cedo, compreender o andar dessas ações.

A diversidade de texto presente fora da instituição escolar é basilar para a expansão do conhecimento letrado da criança e deve ser valorizada e utilizada pelo professor. Trazê-la para a sala de aula será uma oportunidade de favorecer os discentes que têm menos acesso à essa variedade, garantindo e ampliando, desse modo, o acesso à cultura escrita por parte desses alunos.

A partir do levantamento dos conhecimentos prévios da criança, da observação dos comportamentos e atitudes que ela tem frente ao uso da escrita na vida cotidiana, o professor poderá conduzir melhor a prática pedagógica, estabelecer metas, organizar estratégias, planejar atividades que o faça chegar o mais perto possível do universo do aprendiz e assim estreitar ainda mais as relações entre a criança e o mundo da escrita. Nessa perspectiva, é determinante reconhecer a dimensão da utilidade dos gêneros textuais perante a incumbência destinada a escola:

O desafio que se coloca para a escola é o de alfabetizar letrando. Isto é, fazer com que a criança se aproprie do sistema alfabético e ortográfico da língua garantindo-lhe, ao mesmo

tempo, plenas condições de usar essa língua nas práticas sociais de leitura e de escrita. (BRASIL, 2005, p.14)

Frente a missão colocada, é imprescindível que o professor esteja preparado e consciente da importância de se alfabetizar letrando, compete a ele encontrar instrumentos capazes de promover a integração e a participação dos alunos em práticas sociais da cultura escrita, contemplando conjuntamente a essa performasse a aquisição do código alfabético e ortográfico por meio do desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita.

Como a alfabetização e o letramento, mesmo com suas singularidades, são assimilações que acontecem ao mesmo tempo, os gêneros textuais aparecem como grandes aliados para o andamento concomitante dessas duas aprendizagens, posto que a diversidade textual está presente no cotidiano da criança, este contato, independentemente da frequência, é um alicerce indispensável para que ocorra, com a devida intervenção docente, a ampliação do grau de letramento e a consequente apropriação do universo da escrita por parte da criança.

Segundo Brasil (1997, p.29), "Não se formam bons leitores oferecendo materiais de leitura empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita." Diante dessa consideração, é imprescindível que seja possibilitado ao aluno a interação com diferentes tipos de textos para que ele perceba a rica pluralidade textual, as características e a finalidade de cada um, assim como a importância de saber usá-los frente as exigências determinadas pela sociedade.

Os gêneros textuais são elementos fundamentais para desenvolvimento da aprendizagem das crianças na perspectiva do letramento. Eles oferecem um conjunto de eventos significativos que podem ser trabalhados pelo professor. Essas atividades quando incorporadas à vivência do aprendiz é um convite para uma aprendizagem prazerosa e um vínculo para a construção do conhecimento.

Algumas das inúmeras atividades que podem ser realizadas na classe, por exemplo, é a leitura de histórias para os discentes. Se devidamente planejada e desenvolvida, é uma iniciativa que favorecerá o letramento, visto que essa atividade levará o aluno a habituar-se com a presença do portador de textos, com a escrita, a linguagem oral e as características dessa usadas para relatar os fatos do conto.

Além disso, o docente poderá modular a voz de acordo com os personagens, analisar com a criança as ilustrações e o título presentes na capa do livro, com o intuito de estimular o aprendiz a fazer suposições sobre o que discorrerá na narrativa e assim poder

confrontar as possibilidades com o que realmente aconteceu no final da história. Essa ação beneficiará o desenvolvimento da atenção, da escuta, da comunicação oral, bem como estimulará a criatividade e a memória.

Outra atividade interessante é o uso do gênero textual receita, onde as crianças com a ajuda do docente podem lê-la e através das instruções preparar um bolo, uma torta... nessa atividade o que era somente texto se transforma e com esse exercício poderão compreender a importância da habilidade de leitura para a obtenção do produto descrito na receita, além disso, elas irão reconhecer na prática algumas das principais funções da língua escrita: o registro e a comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada percebe-se que o domínio mecânico da ação de decodificar e codificar a linguagem escrita em oral e a linguagem oral em escrita não é suficiente para corresponder apropriadamente às necessidades sociais da leitura e da escrita, uma vez que, as determinações do mundo letrado exigem do indivíduo competências que excedem essas habilidades.

Tendo em vista essa realidade, procurou-se demonstrar nesse artigo a importância da alfabetização acontecer num ambiente em que o letramento se faça presente, dado que, essas duas aprendizagens quando favorecidas acontecem simultaneamente, contribuindo desta maneira para que o aluno seja alfabetizado e letrado ao mesmo tempo e assim se apropriar com autonomia do mundo da escrita.

Com relação aos gêneros textuais, percebemos a importância de serem trabalhados no processo de alfabetização e letramento, pois, além de ser uma estratégia que promove uma aprendizagem significativa e prazerosa ao aluno, é um forte elo entre essas duas aprendizagens. Trazê-los para a sala de aula é uma oportunidade de democratizar a vivência de práticas de uso da leitura e escrita principalmente aos alunos que têm menos familiaridade com a variedade textual.

Diante dessas considerações, do atual cenário educativo e dos seus respectivos desafios no que diz respeito à alfabetização e ao letramento, a busca por conhecimentos que contemplem as constantes mudanças impostas pela sociedade letrada é necessária para que os educadores tenham conhecimento sobre a dimensão da conciliação dessas aprendizagens e do papel decisivo que os gêneros textuais dispõem para o alfabetizar letrando e o letrar alfabetizando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Alfabetização e letramento na infância**. Boletim 9. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/edu>

cacao/uploadAddress/150630AlfabetizacaoeLetramento%5B7276%5D.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997. 144p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>> Acesso em: 03 de abril de 2019.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v.6).

FARIAS, Andressa da Costa. **Material impresso e gêneros textuais**. – 2.ed.rev. – Florianópolis: IFSC, 2013. 50 p.: il.;28cm. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204765/2/Pos%20Midias%20-%20Mat%20Imp%20Gen%20Text%20-%20MIOLO.pdf>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

FARIAS, Clotildes e Sousa; BARBOSA, Áureo José; XAVIER, Cristiana de Jesus; CALIXTO, Ludmila Moraes; CUNHA, Maria Rita. **Os gêneros textuais em sala de alfabetização: contribuições para o ensino da leitura e escrita**. Mato Grosso: CONPEDUC, 2017. Disponível em: <<http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/conpeduc/conpeduc2017/paper/download/2861/1464>> Acesso em: 03 de maio de 2019.

LOPES, Janine Ramos; ABREU, Maria Celeste Matos de; MATTOS, Maria Célia Elias. **Caderno do educador: alfabetização e letramento 1**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 68 p.: il. -- (Programa Escola Ativa). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5707-escola-ativa-alfabetizacao1-educador&Itemid=30192> Acesso em: 07 de abril de 2019.

SANTOS, Terezinha da Costa. **Alfabetizar Letrando**. Revista Brasileira de Educação e Saúde-REBES. V.4, n.1, p. 07-11, Pombal-PB, jan.-mar., 2014. Disponível em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/download/2617/2026>> Acesso em: 28 de abril de 2019.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em:

<<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/22.p>> Acesso em: 20 de abril de 2019.

SOARES, Magda Becker. **Letramento. Um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Alfabetização e Letramento.** 7.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Alfabetização: a questão dos métodos.** 1.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

A CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE À SONEGAÇÃO E CORRUPÇÃO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Correia, Antonio Manuel Cardoso

RESUMO

O trabalho buscou discutir o papel da contabilidade gerencial como ferramenta de combate à sonegação e corrupção nas empresas, pois no Brasil e no mundo, a sonegação e a corrupção são problemas que afetam o desenvolvimento político, econômico e social, estima-se que a sonegação chegue a 1 trilhão de dólares no mundo. Neste contexto, este estudo busca responder a seguintes questões: qual o papel da contabilidade gerencial no combate a corrupção e sonegação tributária na economia do Brasil? Após o levantamento, análise e interpretação de artigos, reportagens e publicações oficiais do governo, pode-se observar que a sonegação é uma das formas de corrupção, porém, não é a única, pois o próprio sistema eleitoral brasileiro com seus 25 mil cargos comissionados, permitem que a corrupção seja um fato nas próprias eleições. Novos mecanismos foram criados, como a Lei da Responsabilidade Fiscal no ano de 2000 e a Lei da Ficha Limpa, onde melhoraram o controle da corrupção, mas fatos observados constatam que elas não são o suficiente para mudar o cenário. Para resolver o problema relacionado aos instrumentos confiáveis de controle, a contabilidade gerencial assume um papel de grande importância, pois através de seus controles as empresas podem minimizar as questões da sonegação fiscal e a própria corrupção que afeta diretamente o bom andamento dos negócios. E este trabalho tem o objetivo de mostrar uma parte da realidade e orientar com deveria ser o sistema através da contabilidade gerencial, para pôr fim a essa onda que fragiliza muito nosso país.

PALAVRAS CHAVES: Contabilidade gerencial. Sonegação. Corrupção. Controle.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil está em destaque em todos os meios de comunicação, porém, este destaque não é muito positivo para o país, pois traz à tona situações de sonegação e corrupção claras no poder público e privado, onde ambos formam uma união ilícita para arrecadar fundos para os seus próprios interesses, tanto através da sonegação quanto pela própria corrupção.

A corrupção é um problema antigo que tem recebido grande destaque nos últimos anos, tornou-se um fenômeno de grande interesse e atenção tanto nacional quanto mundial. As recorrentes notícias sobre

as práticas ilícitas, tanto no setor público quanto no privado, provocaram um maior interesse em assuntos relacionados a corrupção.

O debate sobre as motivações da conduta humana é antigo e inconclusivo, tornado clássico em autores como Rousseau corrupção como problema prioritário, há análises formadas (1978) e Hobbes (2004). Ainda que não se resolva o dilema da natureza humana, se oportunista ou altruísta, pondera-se que é adequado procurar uma síntese das diferentes contribuições na área de *compliance*: a promoção de certo grau de confiança, o uso de instrumentos de controle e o cuidado com sistemas que mesmo involuntariamente incentivem condutas corruptas ajudam a lidar com o problema da corrupção (SANTOS et al., 2013).

Teixeira (2006) cita que a corrupção é empregada em distintos sentidos, sendo utilizada quando há a identificação do uso de bens públicos para interesses privados, ou como sinônimo de suborno, extorsão, tráfico de influência, nepotismo, fraude, propina, desvio, dentre outros.

Para Zinnbauer (2012), Missangyl et.al. (2008), Aidt (2003 apud MIARI, 2015), a corrupção gera perdas financeiras em quase todos os países e envolve desvios de mais de US\$ 1 trilhão (um trilhão de dólares) por ano no mundo todo (ZINNBAUER, 2012).

Porém, a corrupção não é destaque somente das grandes economias, mas também em pequenas economias e economias emergentes. A corrupção sistemática e persistente aparentemente é comum em países em desenvolvimento e países desenvolvidos (MISANGYI et al., 2008; AIDT, 2003).

Para Pereira (2005) a corrupção, não é algo que acontece em uma sociedade como um desastre natural, trata-se da atividade de pessoas e grupos reais que traficam influências em um dado ambiente de oportunidades, de recursos e de limitações. Essas ações e escolhas costumam provocar estragos em governos e regimes inteiros, mas quase sempre afetam a política de maneira mais específica, refletindo a natureza e a continuidade do desenvolvimento das sociedades em que ocorrem. A corrupção depende das relações entre Estado e sociedade, e dos modos pelos quais riqueza e poder são mantidos e utilizados.

Ao tratar a corrupção como um problema essencialmente econômico, Carraro (2006) discorre que as políticas econômicas não são neutras, trazem benefícios e custos, alteram preços relativos, modificam ganho e modificam a forma como os agentes nacionais e maximizadores de renda se comportam, pois num mercado competitivo a remuneração dos fatores de produção depende de sua produtividade.

Menor remuneração de capital pode afugentar investidores que deslocarão seu capital para países com índice menor de percepção de corrupção no mundo.

Os escândalos político-financeiros implicam ligações ocultas entre poder econômico e político que são consideradas impróprias, e ao serem divulgadas detonam escândalos, que revelam um estilo de governo no qual as normas burocráticas são personalissimamente distorcidas, reinventadas ou esquecidas em benefício de algum grupo intimamente ligado aos que governam (MIRANDA, 2008).

Para Power (2003) a incidência de corrupção varia enormemente entre as sociedades, de rara até sistemática, com alguns países em desenvolvimento tendo menos incidentes com corrupção do que algumas nações desenvolvidas.

Sodré e Alves (2010) destacam que a corrupção não é privativa do Brasil ou de países em desenvolvimento. Estudos recentes demonstram tratar-se de fenômeno decorrente de fragilidades institucionais, que prejudicam a *accountability* e a efetividade do controle sobre a gestão pública.

Observando o contexto apresentado, os autores apresentam alguns dos problemas relacionados a corrupção e sonegação fiscal, onde ferramentas de controle como os da contabilidade gerencial, podem ser utilizados para minimizar os problemas de sonegação e corrupção dentro das empresas.

A contabilidade gerencial por sua vez atua como uma ferramenta de controle e gestão de grande importância para as pequenas empresas, pois tem a função de auxiliar os administradores na tomada de decisão e nos planejamentos através de seus controles, fazendo assim com que as empresas se mantenham com mais segurança no mercado.

A contabilidade gerencial, segundo Veiga (2011), através de suas ferramentas, atua como uma forma de controle e gestão de grande importância para as empresas, pois tem a função de auxiliar os empresários na tomada de decisão e nos planejamentos, de forma a ajudar que se mantenham com mais segurança no mercado.

Mário et. al. (2013), complementa afirmando que a contabilidade gerencial utiliza todas as informações internas da empresa, as quais podem ser geradas da produção, das finanças, dos recursos humanos ou da estrutura organizacional em si. Tais informações, auxiliam diretamente os gestores na tomada de decisão através dos relatórios contábeis.

De forma a obter melhores resultados na gestão empresarial, faz-se necessário o uso da contabilidade gerencial para criar métodos e alternativas que visam diminuir custos operacionais e de produção, tornando assim, uma ferramenta indispensável, já que uma empresa desorganizada e sem as informações contábeis adequadas, tende a ter dificuldades para o desenvolvimento financeiro e consolidação no

mercado. O presente artigo tem como objetivo demonstrar, através de pesquisa em artigos, jornais, revistas e sites oficiais, o papel da contabilidade gerencial no combate a corrupção e da sonegação tributária brasileira.

Neste contexto, este estudo busca responder a seguintes questões: qual o papel da contabilidade gerencial no combate a corrupção e sonegação tributária na economia do Brasil?

CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial nada mais é do que a vida financeira de uma empresa, pois ela fornece ao contador todos os dados e informações contábeis necessárias para que se possa fazer o planejamento e o controle de maneira a assegurar o uso apropriado dos recursos das entidades. As informações geradas pela contabilidade gerencial podem auxiliar os gestores a melhorar a qualidade das operações, reduzir custos operacionais, bem como elaborar previsões e orientações para projetar o futuro de suas atividades, sendo capaz de realizar comparações em relação a concorrência de mercado (VEIGA, 2011).

Desta forma, a contabilidade gerencial, conforme apresenta Crepaldi (2008), é direcionada a fornecer informações relevantes para os usuários internos de maneira a proporcionar auxílio do planejamento e tomada de decisão, desempenhando métodos e formas para incrementar planilhas, relatórios e outras ferramentas a fim de viabilizar dados para a elaboração de orçamentos, comparações de mercado, mix de produtos, correta definição de preços, metas e objetivos da empresa.

Na visão de Constante (2010), a contabilidade gerencial estabelece informações ao contador sobre dados de diversas áreas, podendo e devendo ser informado aos gestores das organizações para estabelecerem as decisões sobre como minimizar perdas e aumentar a lucratividade e, com isso, reduzir os riscos de erro nos investimentos.

A contabilidade gerencial, busca através de seus relatórios financeiros, auxiliar tanto o contador quanto as empresas na tomada de decisões, pois a mesma estrutura informações financeiras que permitem a análise da empresa como um todo, favorecendo assim o entendimento dos resultados realizados.

Com o auxílio da contabilidade gerencial, os gestores têm subsídio para as tomadas de decisões fundamentadas em informações contábeis precisas, melhorando seus processos e corrigindo as prováveis falhas em cada área que demonstrou prejuízo ou diminuição nos lucros. É através dessa área que a empresa determinará o que deve ser feito para que a empresa tenha um crescimento conforme a realidade do comércio, diminuindo os riscos da mortalidade empresarial, desemprego em massa ou redução de quadro de funcionários (VEIGA, 2010).

Iudícibus (2009, p.21) afirma que todo procedimento, técnica, informação ou relatórios contábeis feitos “sob medida” para que a administração os utilize na tomada de decisão entre alternativas confiantes, ou na avaliação de desempenho recai na contabilidade gerencial.

Percebe-se que uma contabilidade bem-feita é a que elabora, com seus relatórios, as informações contábeis de maneira correta. É fonte principal na tomada de decisões das empresas, onde as mesmas devem utilizar dessas informações para ajudar com que a empresa fique mais competitiva no mercado. Na contabilidade de modo geral pode se dizer que tem especialista em várias áreas, com características diferentes e na contabilidade gerencial também tem um contador com atitudes e características diferenciadas dos demais (IUDÍCIBUS, 2009).

Siqueira *et al.* (2009), afirmam que o contador tem papel fundamental dentro das empresas, auxiliando os gestores, não apenas com as obrigações fiscais, mas disponibilizando informações fundamentais das entradas e saídas, evidenciando a situação da empresa frente a alguma dificuldade de cunho administrativo ou comercial.

O contador gerencial deve se aprimorar para realizar essa atividade, pois deve possuir amplo conhecimento da contabilidade geral e da própria empresa, conhecendo as práticas de aquisição de produtos ou realização de serviços, para então fomentar seu parecer aos administradores da empresa. Este profissional deve ser conhecedor aprofundado no assunto para realizar análises de relatórios e suprir os administradores de informações pertinentes à saúde da empresa (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2012).

Rosa e Santos (2010), mostram sobre a evolução do papel do contador, pois sua função foi ampliada para atender as mudanças do mercado acelerado, gerando informações essenciais aos gestores das empresas, pois é a contabilidade que trabalha com dados que determinam a ocorrência ou não de lucratividade, e é o administrador que deve saber se seus negócios estão de acordo com o que previa ou se deve tomar medidas para aumentar a rentabilidade da empresa.

Iudícibus (2009), afirma que a melhor forma de fazer os relatórios é detectar uma das decisões erradas que vem sendo tomadas pelos administradores por não consultar os relatórios contábeis e através disso demonstrar que a decisão poderia ter sido tomada de forma correta.

Pizzolato (2000), enfatiza que o papel do contador tem diferença dos demais interessados na informação contábil, pois ele afirma que o contador é um gerente de informação, sendo responsável pela obtenção, classificação e preparo dos relatórios contábeis para a

tomada de decisão nas empresas, como também, é responsável por fornecer as informações corretas ao fisco.

No quadro a seguir, o autor Atkinson et. al. (2000), apresenta a diferença entre a contabilidade gerencial e a financeira, onde, segundo eles, a contabilidade gerencial pode auxiliar os colaboradores a melhorar a qualidade das operações, reduzir custos operacionais e otimizar as operações relacionadas aos clientes.

Quadro 1: Características Básicas da Contabilidade Financeira e Gerencial

	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Clientela	Externa: Acionistas, credores, autoridades tributárias	Interna: Funcionários, administradores, executivos
Propósito	Reportar o desempenho passado às partes externas; contratos com proprietários e credores	Informar decisões internas tomadas pelos funcionários e gerentes; feedback e controle sobre desempenho operacional; contratos com proprietários e credores
Data	Histórica, atrasada	Atual, orientada para o futuro
Restrições	Regulamentada: dirigida por regras e princípios fundamentais da contabilidade e por autoridades governamentais	Desregulamentada: sistemas e informações determinadas pela administração para satisfazer necessidades estratégicas e operacionais
Tipo de informação	Somente para mensuração financeira	Mensuração física e operacional dos processos, tecnologia, fornecedores e competidores
Natureza da informação	Objetiva, confiável, precisa, auditável, consistente,	Objetiva e sujeita a juízo de valor, válida, relevante, acurada
Escopo	Muito agregada: reporta toda a empresa	Desagregada: informa as decisões e ações locais

Fonte: Adaptado de Atkinson et al (2000 p. 38).

Tanto a contabilidade gerencial quanto a financeira são de extrema importância, enquanto uma é essencial para analisar o desempenho da organização e elaborar estratégias para auxiliar na tomada de decisões direcionando para ações futuras, a outra é fundamental para a manutenção adequada das demonstrações contábeis. Apesar das diferenças, ambas são utilizadas como ferramentas da administração interna, para avaliar o desempenho da organização.

SONEGAÇÃO

Inicialmente para compreender os termos, define-se que para entender a sonegação é preciso considerar como a fiscalização de impostos é caracterizada pelos fiscais: um processo no qual se avalia, ao mesmo tempo, o controle do cumprimento das ordens sob o aspecto legal e administrativo, e sob o aspecto da regularidade de execução (MIRANDA, 2008).

Para Franco (2015), a sonegação fiscal pode ser caracterizada quando o contribuinte se utiliza de procedimentos que infrinjam espontaneamente a lei fiscal ou o regulamento fiscal, sendo a carga

tributária no Brasil um dos fatores determinantes para a sonegação, que por sua vez, pode gerar a corrupção. Para Siqueira e Ramos (2005) a sonegação fiscal tem como determinante fundamental a vontade do contribuinte. É o contribuinte que decide se ele vai honrar suas obrigações ou se vai se evadir.

O Sindicato Nacional de Procuradores da Fazenda Nacional, SIPROFAZ (2017), apresenta dados preocupantes em relação a sonegação no Brasil, pois em 2016, a sonegação brasileira teve uma evasão de 22,9% da arrecadação, que equivale a R\$ 474,4 bilhões ou 7,6% do PIB de 2016. Em relação ao exercício de 2015, houve um incremento no montante estimado de evasão de R\$ 24,3 bilhões, ou seja, um crescimento de aproximadamente 5% na sonegação do país, demonstrando claramente que as tentativas governamentais em diminuir a sonegação não estão causando grande impacto.

Quando se aborda a sonegação fiscal, não há como deixar de mencionar sobre a elisão fiscal, que pode ser conceituada como a maneira pela qual os indivíduos reduzem seu próprio imposto de uma maneira não desejada pelos legisladores, mas que, no entanto, não foi expressamente prevista e proibida por lei. A elisão fiscal decorre de um ato lícito, um negócio permitido por lei que seja realizado com vistas a uma economia fiscal, procedimento que pode disfarçar a intenção de burlar o fisco (SIQUEIRA, 2005).

A sonegação difere da elisão por ser ilegal e sujeita a punições, mas em relação a função econômica são similares e dificilmente distinguidas, ou seja, ambas podem ser interpretadas como normais nos poderes públicos e iniciativa privada. Para Siqueira (2005) baseada na diferença entre os pagamentos efetivos e a obrigação legalmente prevista, a sonegação ou evasão fiscal é definida como uma deficiência específica de arrecadação, internacionalmente conhecida como "*tax gap*".

Para Franco (2015) a questão da sonegação pode ser vista sob diferentes óticas, pelos olhos do Estado que deixa de arrecadar os tributos, diminuindo sua receita. E sob a ótica dos contribuintes sujeitos a uma tributação crescente e pesada, não conseguindo, muitas vezes, arcar com suas obrigações financeiras. O impacto econômico da corrupção é reconhecido como significativo e, se a corrupção é importante economicamente, então se torna importante medi-la (ABRAMO, 2005).

OS IMPACTOS DA SONEGAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Quando a carga tributária é muito alta e a probabilidade de detectar a sonegação é baixa, é economicamente racional para pessoas físicas e jurídicas sonegarem. Elementos culturais interferem na frequência e intensidade da sonegação, mas fato é que a sonegação está presente em todas as sociedades (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, 2015).

A Procuradoria da Fazenda Nacional estima que a sonegação gire em torno de R\$ 500 bilhões ao ano. Se essa corrupção tributária fosse reduzida drasticamente, daria provavelmente para fazer o ajuste fiscal, diminuir tributos incidentes sobre a indústria, de modo a estimular a economia e ainda gerar um superávit primário considerável (VILLAS-BOAS, 2015)

O Sindicato Nacional de Procuradores da Fazenda Nacional - SIPROFAZ (2017), apresenta dados preocupantes em relação a sonegação no Brasil, pois em 2016, a sonegação brasileira teve uma evasão de 22,9% da arrecadação, que equivale a R\$ 474,4 bilhões ou 7,6% do PIB de 2016. Em relação ao exercício de 2015, houve um incremento no montante estimado de evasão de R\$ 24,3 bilhões, ou seja, um crescimento de aproximadamente 5% na sonegação do país, demonstrando claramente que as tentativas governamentais em diminuir a sonegação não estão causando grande impacto.

Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (2015) a mensuração da evasão fiscal, tanto no Brasil, quanto nos outros países, é repleta de complicações e dificuldades. A maior delas se refere aos dados disponíveis e a sua baixa confiabilidade. Vários métodos têm sido usados em todo o mundo para a estimação, sobretudo, da evasão.

Ainda segundo o SIPROFAZ, alguns deles tentam medir de forma direta e outros de forma indireta. Entre os métodos diretos podemos citar os que se utilizam de: 1) contas nacionais, 2) controles diretos; 3) pesquisas de orçamento domiciliar; 4) pesquisa de comportamento do contribuinte. Os métodos indiretos estão geralmente associados à estimativa da economia informal, que uma vez estimada, é associada à "sonegação fiscal".

CORRUPÇÃO

Claramente presente em todos os âmbitos dos poderes públicos e com o financiamento do setor privado, a corrupção está em destaque não só no Brasil, mas a nível mundial, pois ela não é exclusividade de países pobres, emergentes ou desenvolvidos. Todos estão sofrendo com este tipo de ato ilícito, o qual tem impacto financeiro nos governos e um sofrimento sentido diretamente pela população, que por sua vez, não recebe investimentos nos serviços básicos que são de seu direito.

Para Souza (2011), a corrupção corrói a dignidade do cidadão, contamina os indivíduos, deteriora o convívio social, arruína os serviços públicos e compromete a vida das gerações atuais e futuras. O desvio de recursos públicos não só prejudica os serviços urbanos, como leva ao abandono de obras indispensáveis às cidades e ao país. Ao mesmo tempo, atrai a ganância e estimula a formação de quadrilhas que podem evoluir para o crime organizado e o tráfico de drogas e armas. Um tipo de delito atrai o outro, e quase sempre estão associados. Além disso, investidores sérios afastam-se de

idades e regiões onde vigoram práticas de corrupção e descontrole administrativo.

Os efeitos da corrupção são perceptíveis na carência de verbas para obras e manutenção dos serviços públicos, o que dificulta a circulação de recursos a geração de empregos e riquezas. Os corruptos drenam os recursos da comunidade, uma vez que tendem a aplicar o grosso do dinheiro desviado longe dos locais onde aconteceram os delitos para se esconderem da fiscalização da Justiça e dos olhos da população (SOUZA, 2011).

Miari, Mesquita e Pardini (2015) comentam que a palavra corrupção deriva da expressão em latim *corruptionis*, que é a conjugação de 2 termos *cum* e *rumpo* (verbo interromper). Significa uma interrupção total, interromper tudo, interromper completamente. Corrupção também significa interrupção ou desvio do código moral ou comportamento social. A palavra também contém um sentido negativo que qualifica ações ou condições associadas com degeneração, perversão ou suborno.

Carraro, Fochezatto e Hillbrecht (2006) comentam que existem duas escolas que tratam da corrupção, a primeira relata uma iniciativa de defender a corrupção como uma forma de incentivo ao crescimento econômico e investimentos. Promovedora de eficiência, inspirada, principalmente, pelos trabalhos de Leff (1964) e Huntington (1968) cujo pensamento argumenta que a corrupção acelera o crescimento econômico pelo seguinte motivo: a existência de um aparato institucional ineficiente, lento, moroso na tramitação de documentos, processos ou liberações pode gerar um custo adicional para o investidor que se vê preso na armadilha da lentidão burocrática.

A outra escola, segundo os autores, é a escola que vê na corrupção uma fonte de redução de eficiência, pois a prática da corrupção criaria dentro do governo uma relação entre o burocrata e a sociedade baseada no clientelismo. Nesse caso a máquina do Estado estaria sendo usada para outros fins que não a promoção do crescimento econômico. O principal argumento desta escola é que a existência de corrupção dentro do Estado faz com que burocrata crie regras ineficientes para, justamente, atrair mais propina.

Assim, ao pagar uma propina ao empresário estaria entrando em um sistema que exigiria dele novos e maiores pagamentos de propina cada vez que a oferta do serviço dependesse de uma autoridade maior, encarecendo o investimento e aumentando o custo de transação. A existência de maiores custos de transação inviabilizaria a implementação de novos projetos, resultando em menor crescimento econômico.

Klitgaard (1991, apud Miari; Mesquita; Pardini, 2015), apresenta uma análise sobre a corrupção baseada em três proposições. A primeira, que reconhece que a corrupção é um fenômeno multidimensional que pode aparecer em organizações de qualquer natureza. Ela manifesta-

se em contextos internos e externos. A segunda, deve-se considerar a corrupção como a ação de grupos ou pessoas cujo padrão ético não se ajusta ao padrão ético definido pela sociedade que fazem parte e a terceira que aponta ao fato de as pessoas terem livre arbítrio e agirem de acordo com seus valores próprios em vez de seguirem valores estabelecidos pelos padrões legais.

Tanto as escolas abordadas quanto as proposições abordadas, não formam um consenso em relação a corrupção, pois alguns autores comentam por ela ser um certo impulsionador da economia, outros comentam que ela reduz a eficiência, e outros que consideram a corrupção como um fenômeno multidimensional relacionada a grupos com interesses que não acompanham os padrões éticos da sociedade. Miari, Mesquita e Pardini (2015), relatam que nos últimos anos um grande número de atos corruptos, nos setores público e privado, vem sendo sistematicamente denunciados e acompanhados por diversos meios de comunicação. "Ainda que tardio", segundo Lima (2008, p. 481), trata-se de um processo de profissionalização do jornalismo brasileiro e o conseqüente surgimento do jornalismo investigativo. "Os escândalos midiáticos representam a ação de controle social mais saliente em termos de luta contra a corrupção" (LIMA, 2008, p.481 apud MIARI; MESQUITA; PARDINI,2015).

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa consiste do método e das técnicas que o pesquisador utiliza para realizar a pesquisa. Para Kourganoff (1990) a pesquisa é um conjunto de investigações, operações e trabalhos intelectuais ou práticos que tenham como objetivo a descoberta de novos conhecimentos, a invenção de novas técnicas e a exploração ou a criação de novas realidades.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva onde busca-se descrever, registrar, analisar e interpretar os dados sem manipulá-los (MARCONI, LAKATOS, 2005). A característica desse estudo descritivo, de natureza qualitativa, é a de demonstrar o impacto da sonegação fiscal na economia do Brasil, bem como identificar as possíveis causas da sonegação.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em fontes já publicadas, como livros, monografias, estudos realizados por órgãos, como o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário –IBPT e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, artigos científicos e revistas especializadas. Também será utilizada a fonte documental, que são documentos, disponíveis em sites federais oficiais, como o portal da Receita Federal do Brasil, entre outros, com o objetivo de apresentar dados atualizados e tornar a pesquisa mais robusta.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O crescimento da sonegação fiscal observada nos últimos anos, contribui ou acompanha diretamente ao aumento dos impostos, pois

o governo, afim de equilibrar suas contas, busca arrecadar mais e quanto mais aumenta mais as empresas buscam alternativas ilícitas para equilibrar o seu caixa e buscar uma maior competitividade no mercado.

A partir do estudo realizado em fontes publicadas, observou-se que a sonegação no Brasil vem crescendo, pois, os dados históricos apresentam crescimentos anuais deste ato ilícito no país, acompanhando o crescimento da carga tributária nacional.

Segundo Rosa (2006), a carga tributária brasileira, no período compreendido entre 1966 e 1970, foi aumentada de 19,0% do PIB para 26,0% do PIB, e no período de 1988 a 1990, foi aumentada de 22,4% para 28,8% do PIB, no restante do tempo, a carga tributária veio tendo um crescimento sutil e gradativo, o que provocou nos contribuintes, uma natural acomodação e adequação à situação, porém, mesmo sutil a carga tributária passou, segundo o site oficial da Receita Federal do Brasil, de 26,77 do PIB em 1995 para 33% em 2016. Pode ser observado que nos últimos 20 anos, apesar do crescimento sutil, o aumento foi de aproximadamente 7% do PIB.

A carga tributária pode ser vista como um motivo para a sonegação, pois ela pode variar, por exemplo, de 12,55 % de impostos sobre o leite a 53,03% de impostos sobre a gasolina, dando uma média de 33% do total do PIB brasileiro.

Para a economia, segundo Carraro, Fochezatto e Hillbrecht (2006) há muitas razões pelas quais economia e corrupção estão relacionadas. Primeiramente, pela redução das receitas e aumento dos gastos públicos, a corrupção pode contribuir para a geração de déficits fiscais, que por sua vez, podem ter consequências inflacionárias.

Em segundo lugar, a existência de corrupção em uma economia pode afugentar (ou desestimular) o investidor privado a realizar novos investimentos, pois a sua existência, além de elevar o custo do investimento, eleva também a incerteza quanto ao seu sucesso, o que acaba afetando negativamente o crescimento do país (Mauro, 1995). Terceiro, de acordo com Al-Marhubi (2000), o governo tem na *seigniorage* um motivo para criar inflação.

A existência de corrupção na coleta de impostos e de evasão fiscal motiva o governo a transformar o imposto inflacionário em mais uma fonte de receita governamental, gerando mais inflação.

Um dos grandes problemas observados neste estudo é que, além da falta de instrumentos confiáveis de controle e de estrutura para fiscalizar, o pagamento dos impostos depende diretamente de cada empresa privada e do livre arbítrio dos gestores que fazem parte da sua Administração. Este livre arbítrio proporciona que empresários busquem alternativas ilegais para sonegar e buscam nesta sonegação uma estratégia de custo menor para as suas empresas ou simplesmente ela pode ser classificada como um aumento nos lucros

destas organizações e, conseqüentemente, caracteriza-se como uma forma de corrupção.

Percebe-se que uma contabilidade bem-feita é a que elabora, com seus relatórios, as informações contábeis de maneira correta. É fonte principal na tomada de decisões das empresas, e as empresas devem utilizar dessas informações contábeis para ajudar com que a empresa fique mais competitiva no mercado onde atuam. Na contabilidade de modo geral pode se dizer que tem especialista em várias áreas, com características diferentes e na contabilidade gerencial também tem um contador com atitudes e características diferenciadas dos demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar o papel da contabilidade gerencial no processo de combate à sonegação e corrupção na economia brasileira. Após os levantamentos realizados, leituras e análises, observou-se que, tanto a sonegação quanto a corrupção, são claras e estão enraizadas no Brasil.

A pesquisa demonstrou que a sonegação, apesar de não ser o único motivo, pode gerar corrupção. Quando empresas deixam de pagar seus impostos, permitem que estes valores, além de uma estratégia que possibilita maiores lucros, financiem campanhas políticas eleitorais através do ilícito, porém comum, caixa dois, presente em muitas empresas nacionais e multinacionais, fato este anunciado amplamente pela imprensa brasileira nos últimos anos.

As causas do surgimento da corrupção no Brasil são muito amplas, envolvendo tanto aspectos sociais, quanto empresariais e políticos. A corrupção é tão presente no cenário brasileiro, que muitas palavras que a acompanham são comuns nas discussões empresariais, políticas e sociais, tais como: jeitinho, cervejinha, molhar a mão, jabá, capilé, negociata, por fora, taxa de urgência, propina, rolo, esquema, falcatrua etc.

No Brasil, observa-se que a falta de transparência nos governos, uma baixa participação da população nas decisões políticas e a impunidade a corrupção, são características do sistema político brasileiro, os quais constituem uma tendência em facilitar as ações corruptas. Para complementar, existe uma tendência em profissionalização política, aumentando os custos de campanhas, as quais são comumente financiadas por empresários dispostos e buscar vantagens econômicas com a eleição de determinados candidatos, em todos os poderes públicos, tanto no municipal, estadual e no nacional.

Para análise, observa-se que no Brasil, são mais de 25 mil cargos comissionados que podem ser substituídos a cada nova eleição, favorecendo pessoas e favores concedidos nas campanhas eleitorais, ou através de dinheiro "investido" ou favores concedidos. Se for analisado este fato, o próprio sistema eleitoral brasileiro favorece a corrupção, pois através destes cargos, os eleitos podem favorecer determinada pessoa ou empresa usando o próprio sistema legal.

A história da política brasileira apresenta claramente que a tão proclamada democracia representativa, não é democrática e nem representativa. Não se percebe no Brasil a soberania popular, há pouca responsabilidade dos eleitos com relação aos eleitores, e, quando existem, são poucos os mecanismos de controle dos eleitos após as eleições, um contexto no qual o combate efetivo à corrupção se torna muito difícil.

Muitos foram e são os esforços para controlar, identificar e punir a corrupção no Brasil, pois novas leis e novos instrumentos estão sendo utilizados e criados para diminuir ou até, no melhor cenário possível, eliminar este ato ilegal da política e da sociedade brasileira.

Outro importante passo da Justiça Brasileira no combate a corrupção foi a criação da Lei Complementar nº 135 de 4 de junho de 2010, a Lei da Ficha Limpa, a qual altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

A Lei da Ficha Limpa, trouxe mais oxigênio no combate a corrupção, pois criou normas, procedimentos e punições aos políticos que tiverem qualquer tipo de condenação por crimes cometidos no passado através da sua inelegibilidade, ou seja, se caso tiver algum crime não poderá se candidatar para nenhuma eleição durante o período de 8 anos.

Após todas as discussões apresentadas neste trabalho, conclui-se que, com os esforços aplicados com o controle, aplicação e criação de novas leis, o Brasil está buscando diminuir a corrupção no cenário político, porém, estes esforços não estão sendo suficientes para minimizar tal problema, porém, as empresas podem buscar combater estes problemas relacionados internamente com ferramentas da contabilidade gerencial e empresarial, ou seja, através dos controles que ela oferece, os gestores podem minimizar ou até eliminar a sonegação fiscal e, de forma indireta, combater a corrupção brasileira.

Para incentivar pesquisas futuras, sugere-se que sejam feitos novos levantamentos para analisar o impacto financeiro que a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei da Ficha Limpa estão ocasionando no combate a corrupção no Brasil, como também, pesquisar dentro das empresas como são aplicadas as ferramentas contábeis na prática organizacional.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas. **A dificuldade de Medir a Corrupção**. Novos Estados - CEBRAP, nº 73, 2005.

ANDREOLI, Antonio Inácio. **Causas estruturais da corrupção no Brasil.** Disponível

em: <http://www.dnit.gov.br/download/institucional/comissao-de-etica/artigos-e-publicacoes/artigos-sobre-etica/Causas%20Estruturais%20da%20Corrupcao%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 05 de jul. 2019

ATKINSON, Anthony A. [et al.]. **Contabilidade Gerencial.** Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2000.

BORDIN, Luís Carlos Vitali. **Administração tributária: características gerais, modelos de organização, tendências internacionais e autonomia.** Brasília, nov. 2002.

CARRARO, André et al. **O impacto da corrupção sobre o crescimento econômico do Brasil: aplicação de um modelo de equilíbrio geral para o período 1994-1998.** Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia, ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2006.

CONSTANTE, Fabrício. **A contabilidade como ferramenta gerencial aplicada em uma empresa do ramo industrial-comercial.** São José/SC: CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, 2010. Disponível em: <<https://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/Contabilidade-como-ferramenta-gerencial.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CHRISTENSEN, John. **Paraísos fiscais e corrupção**—uma luta global. Observatório da Cidadania, 2007, 39-43.

FRANCO, Luciana Viana da Silva. **A sonegação fiscal como consequência da alta carga tributária brasileira.** 2015. 52 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto Brasiliense de Direito Público – IDB, Escola de Direito de Brasília, Brasília, 2015.

FERREIRA, Alexandre Henrique Salema. **Corrupção política e atividade tributária.** *Dat@ Venia*, 2009, 1.1: 36-75.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

JUNIOR, Raimundo Frutuoso de Oliveira. **A análise econômica do direito e o uso da curva de Laffer na efetivação do direito fundamental à vedação do confisco tributário,** 2011. 299 f.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LIMA, Emanuel Marcos; REZENDE, Amaury José. **Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer.** Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2006/2006_ENAPG330.pdf. Acesso em 04 de jul. de 2019.

MIARI, Renata C, Mesquina, José M. C., Paridini, Daniel J. **Eficiência de Mercado e Corrupção Organizacional: Estudo dos Impactos Sobre o Valor dos Acionistas.** *Braslian Business Review*. Vitória, ES, 2015.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A criminalização da sonegação fiscal e das fraudes no Brasil. *Revista SJRJ*, Rio de Janeiro, n. 22, 2008.

PEREIRA, José Matias. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 4, n. 1, 2008.

PINTO, Francisco Roberto. "Responsabilidade social e sonegação no Brasil." *A questão social no novo milênio*. 2004.

PIZZOLATO. Nélio D. **Introdução a contabilidade gerencial**. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

POWER, Timothy J.; GONZALEZ, Júlio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 51, 2003.

ROSA, Dêneron Dias. **A evolução da carga tributária no Brasil**. 2006. Disponível em <http://egov.ufsc.br./portal/conteudo/evolu%C3%A7%C3%A3o-da-carga-tribut%C3%A1ria-no-brasil>. Acesso em 06 de jul. de 2019.

ROSA, Liliane Lessa Santos; SANTOS, Sheyla Veruska do. **A importância da contabilidade gerencial para a administração**. 2010. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/A-IMPORTANCIA-DA-CONTABILIDADE-GERENCIAL-PARA-A-ADMINISTRACAO.pdf>>. Acesso em: 03 de jul. 2019

SILVA JÚNIOR, Osmar Lino da; SILVA, Fernando Linhares da; MORAES, Luciana da Silva. **A contabilidade gerencial como ferramenta subsidiária do processo decisório: Um estudo de caso da empresa "F"**. 2012. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/contabilidade-gerencial->

como-ferramenta-subsidiaria-do-processo-decisorio-um-estudo-de-caso>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SILVA, Maurício. Corrupção: tentativa de uma definição funcional. **Revista de Administração Pública**, v. 28, n. 1, p. 18-23, 2013.

SIQUEIRA, Renata Carreira de; SANTOS, Vilma da Silva; VELLOSO, Viviane Fushimi; QUINTAIROS, Paulo César Ribeiro; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido. Aplicação da contabilidade gerencial no processo de tomada de decisão nas empresas. **XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**. Universidade do Vale do Paraíba, 2009. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0878_1279_01.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL. **Sonegação no Brasil - Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação do Exercício de 2014** Março, 2015. Disponível em <http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos-pdf/sonegacao-no-brasil-uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2014.pdf>. Acesso em 06 de jul. 2019

_____. **Sonegação no Brasil – Uma estimativa do Desvio da Arrecadação do Exercício de 2016. Março de 2017**. Disponível em: <http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos-pdf/sonegacao-nobrasil%E2%80%93uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2016.pdf>. Acesso em 06 de jul. 2019

SOUZA, Laurita Rosa dos Santos. **Ética e combate à corrupção no processo orçamentário municipal**. Especialização em Gestão Pública Municipal – Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Maringá, 2011.

VEIGA, Windsor Espenser; SANTOS, Fernando de Almeida. Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas: Atualizado pela Legislação até Abril de 2011 (Leis nºs 11.638/07, 11.941/09 e NBC T 19.41). São Paulo: Atlas, 2011.

VILLAS-BOAS, Marcos De Aguiar. Sonegação Fiscal supera em muito os valores da corrupção pública. **Revista Direito UNIFACS**, n. 186, 2015.

DESAFIOS E REFLEXÕES ACERCA DAS ALTAS HABILIDADES NO MEIO EDUCACIONAL

Totumi, Cleber Tiago

- **RESUMO:**

O trabalho teve como objetivo abordar conceitos teóricos que podem colaborar com o espaço escolar sobre as altas habilidades, além de identificar o comportamento social e interativo dos alunos com essas peculiaridades, e perceber como os profissionais podem articular-se no espaço escolar e lidar com esses sujeitos. Ao trazer discussões das relações afetivas e sociais que devemos possuir entre a família, ambiente escolar e profissionais da educação. Através da pesquisa bibliográfica podemos pontuar que esses indivíduos sofrem com as relações sociais no ambiente escolar e as dificuldades de articulação entre esse conjunto de relações. Dessa forma, identifica-se a necessidade de um conhecimento mútuo entre os profissionais, colegas e até mesmo dos familiares ao lidar com essa diferença singular. Assim, buscamos mais conhecimento para adquirir estratégias de como lidar e não excluir essas crianças com tais habilidades, que de alguma forma sofrem com todo esse processo de adaptação no ambiente escolar. Ao lembrar que somos autores em busca de conhecimentos, e essa busca nos proporciona um enriquecimento que possamos melhorar como profissionais da educação.

PALAVRAS CHAVE: Altas habilidades. Ambiente escolar. Desafios na educação.

- **INTRODUÇÃO**

As dificuldades no meio educacional pode-se perceber somente em diagnósticos com transtornos, onde o indivíduo apresentar um desenvolvimento menor que os demais da turma que está inserido. E muitas vezes esquecemos que existem as altas habilidades e os superdotados no meio educacional e são deixados de lado. Percebe-se que muitas vezes por não saberem lidar com esses novos conhecimentos, tanto por não saber lidar como por achar menos importante comparado a outras dificuldades de ensino aprendizagem existentes na escola.

O estudo em questão está sendo desenvolvido por estar no meio educacional em sala de aula e perceber a falta de sensibilidade existente em muitos casos, e não perceber um olhar sobre esse tema em especial na escola. A problemática seria, existe casos nas escolas ou fechamos nossos olhos para esse indivíduo com essa característica? A escola tem suporte e preparação para receber esse sujeito?

Importante pensarmos que quando surgir esses casos de altas habilidades no ambiente escolar, a primeira reação é achar que não é relevante buscar ajuda, e por ter a certeza que não são tão problemáticos para o ambiente escolar.

Nesse ponto acabamos sendo negligentes em não pensarmos nesses sujeitos. E que, em muitos casos estão precisando mais de ajuda do que possamos imaginar, principalmente quando falamos na relação social no ambiente Escola.

Esse estudo visa compreender alguns conceitos teóricos e as suas características que compõem essas Altas Habilidades e superdotação, que por meio dos estudos bibliográficos. Além de, pensarmos no papel da família, escola como um todo em seu ambiente. E possamos desenvolver um trabalho sem discriminação entre os alunos dentro da instituição. Além de, perceber como podemos trabalhar e levar uma interação enriquecedora para os alunos com necessidades especiais. Perceber como nos profissionais da educação podem adquirir conhecimento sobre o tema, e não simplesmente apontar e destacar se são menos necessitados de atendimento especializados.

A metodologia será embasada na pesquisa bibliográfica, por meio dos estudos teóricos sobre o tema. E abordar como por muitos anos passados com essa diversidade educacional de inclusão escolar, e que agora precisamos parar e refletir sobre muitas questões emergentes em nossa sociedade, em especial, em nossa educação. Os profissionais da educação estão cada vez mais tendo que se capacitar e desenvolver estudos mais aprofundados sobre temas emergentes no século XXI. Essa demanda está chegando com grande proporção e não podemos fugir de desenvolvermos e termos contato com uma diversidade de crianças, seja ela com transtornos ou com uma inteligência acima da média.

As altas habilidades por muitos anos foi vista como uma solução e não um problema social, porque seria mais fácil pontuar seus pontos positivos do que negativos no ambiente escolar. Outro ponto que para os profissionais é de grande relevância é o apoio da escola e sua gestão pedagógica. A equipe e todos que podem contribuir com o andamento dos trabalhos educacionais e especializado com grande proporção nas escolas.

Com isso o trabalho buscou desenvolver reflexões e demonstrar os desafios existentes, por meio de trabalhos que discutem a temática, e também, com bases das políticas públicas de educação, como SOUZA (2013), Carvalho (2004), e SIMONETTI, (2010) que apresentam reflexões sobre as Altas Habilidades e que

podem fazer toda a diferença ao expandir os conhecimentos sobre situações vivenciadas e estudos teóricos em sua totalidade.

Por fim, foi feito apontamentos através de pesquisas desenvolvidas e como todo esse processo de inclusão social está se encaminhando no meio educacional. E como tudo pode ser desenvolvido, e os meios com que a escola em conjunto com a comunidade, profissionais podem fazer dar certo esse olhar sobre novas demandas de alunos especiais. E pontuar os pontos negativos e positivos que podemos chegar ao pensarmos como uma equipe coesa na escola pode fazer toda a diferença.

- **REFLEXÕES, DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NOS AMBIENTES ESCOLARES**

Na sociedade temos muitas relações que devem ser repensadas e as políticas públicas que são criadas para amparar nossa população, seja especial, questões étnicas, acessibilidade, dentre outras. Assim, afunilando os espaços que tudo isso se complementa podemos pensar no espaço escolar, sobre nosso tema as altas habilidades de alguns educandos. Com isso, percebemos que a concepção de ser inteligente é relativa, e com o passar dos anos, a prática pedagógica pode e deve ser repensada cada dia em sala de aula, especialmente, no que compete à identificação das necessidades educacionais especiais do aluno e seu ensino. Dessa forma:

A partir da década de 80 do século passado, novas teorias sobre inteligência ampliam a visão sobre superdotação e, na década de 90, as pesquisas cognitivas foram enriquecidas com o desenvolvimento das neurociências. A relação entre psicologia cognitiva e neuropsicologia se estreita e a interface entre o cérebro e o comportamento humano é cada vez mais investigada. As teorias de processamento da informação substituem as visões mais estáticas da inteligência humana, definida na psicométrica como aptidões ou quocientes de inteligência estáveis da mente [...]. (SIMONETTI, 2010, p.17).

Os estudos sobre ser superdotado são usados para identificar crianças que de alguma forma se destacam das demais, podendo ser em atividades específicas ou gerais dentro do seu cotidiano. A definição de superdotados descrita pelo MEC que são considerados superdotados seriam os sujeitos que apresentam desempenho mais aguçado, ou seja, pontos mais relevantes em sua aprendizagem. Tendo uma capacidade geral, um conhecimento intelectual específico, além de, um pensamento criativo em sua produção de ensino.

De acordo com as Diretrizes para educação especial (MEC, 1995), o tipo intelectual seria aquele que apresenta flexibilidade e fluência do pensamento, capacidade de pensamento abstrato para fazer associações, produção ideativa, rapidez do pensamento, julgamento crítico, capacidade de resolver e lidar com problemas; o tipo acadêmico apresenta aptidão acadêmica específica concentração, rapidez de aprendizagem, boa memória; o tipo criativo apresenta originalidade, imaginação, capacidade para resolver problemas de forma diferente e inovadora; tipo social que revela a capacidade de liderança e persuasão; o tipo criativo, que apresenta flexibilidade, facilidade de auto expressão; o tipo psicomotor, que se destaca nos esportes, agilidade e resistência e finalmente os tipos especiais, que

revelam destaques nas artes lásticas, músicas e literatura (SOUZA, 2013, p.14).

Para diagnosticar uma criança com Altas Habilidades e superdotação, não basta pontuar que tenha uma facilidade de conhecimento, mas deve ser pensada em que grau essa facilidade pode ser considerado uma habilidade acima do esperado. E também pensar como se pode lidar com todo esse processo de ensino que deve ser diferenciado e planejado em sua totalidade educacional. Percebe-se que:

Os alunos com AH/SD são público-alvo da Educação Especial e necessitam de Políticas Públicas que amparem e garantam sua real inclusão no ensino regular comum, pois percebe-se que estes não têm suas necessidades atendidas em razão das dificuldades no processo de identificação, assim como dos mitos que os circundam (BRANCO; TASSINARI; CONTI; ALMEIDA, 2017, p.3).

Os sujeitos que estão nesse rol da população especial e que são diagnosticadas com base em pesquisas, não são atendidas ou tem medo de se manifestarem no ambiente escolar. De acordo com a LDB nos termos do Artigo 24, V, "c", da Lei 9.394/96: que expõe a resolução do Conselho Nacional de Educação: as escolas da rede regular de ensino de alguma forma devem prever e prover na organização de suas classes comuns: (..) IX – atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, e com isso, desenvolver atividades no currículo escolar, com desafios e recursos nos espaços em comum da escola, e também, nas salas de recursos ao ensino contemplando as diversas necessidades dos alunos. Assim:

A identificação e avaliação dos alunos com altas habilidades e superdotação é processual e contínua, podendo ocorrer a partir da observação do professor sobre os alunos que se destacam dentre os demais alunos da turma. Depois os pais devem ser consultados sobre o dia a dia dessa criança no ambiente familiar, verificando se é percebida essa habilidade ou se a família tem estimulado essa área na criança. Verificar como o aluno se apresenta em relação aos demais alunos. Realizar avaliação pedagógica, para que se revele realmente a área da habilidade ou superdotação e quais as dificuldades que esse aluno possui; e fazer testes deve ente padronizado para que se chegue a um resultado concreto, e finalmente inserir esse aluno nos programas adequados, levando ao desenvolvimento de suas potencialidades. O aluno com altas habilidades e superdotação pode ser descoberto em qualquer uma das etapas da escolarização, mas o quanto antes for identificado poderá ter mais atendimento especializado e ser estimulado dentro de sua área de interesse. Cabe essa responsabilidade ao professor de estar redimensionando seu olhar através de estudos, pesquisas e formações continuadas estar fazendo um diagnóstico minucioso e detalhado desses alunos, para que se possa trabalhar dentro da área de interesse desses alunos e orientar a família como lidar com essa superdotação (SOUZA, 2013, p.15).

Como afirma o estudioso esses alunos com essas habilidades podem ser identificados em qualquer uma de suas etapas de escolarização, e essa identificação fica a cargo do professor que está acompanhando essa criança, pois está diariamente ligado social e emocionalmente. E quando

isso for identificado deve ser analisar a sua área de interesse e perceber como pode desenvolver as atividades e deixar esse educando o mais confortável possível no ambiente escolar. Entretanto, percebemos que esse aluno tem as mesmas dificuldades de se relacionar com os demais colegas como qualquer outro aluno que precisa de atendimento especializado, por se sentir diferente dos demais em algum momento de sua vida escolar.

Por isso, a importância de o papel dessa instituição de ensino desenvolver capacidades e incentivos ao professor, para que possam buscar especializações na área educacional de atendimento especial e de inclusão desses alunos. Esse profissional em conjunto com a escola tem desafios ao lidar com crianças com essas especificidades, pois quanto mais conhecimento tiver será fundamental para o sucesso de todo o processo.

[...] o primeiro problema que a criança bem-dotada enfrenta, em sala de aula, é o tempo de espera. Ela perde muito tempo, pois, de um modo geral, apreende mais rápido e, desta forma, resolve as situações escolares mais depressa que os colegas, e, como resultado, está sempre esperando que os outros terminem o que já fez. Para preencher esse espaço vazio, algumas crianças voltam-se para si mesmas, alienando-se voluntariamente do que está acontecendo em sala de aula, distraíndo-se, deixando passar o tempo. Esse tipo de comportamento pode criar um desinteresse por parte do aluno com relação ao trabalho escolar, e acabar baixando sua produção ao mínimo necessário. Alguns, inclusive, aprendem a trabalhar num ritmo mais lento para acompanhar seus colegas e tornar a aula menos tediosa. Outros vão simplesmente preencher o tempo vago com outras atividades, que em nada tem haver com o conteúdo ministrado, que podem ser desde ler um livro ou historinhas em quadrinhos, desenhar, ou até cometer indisciplina. Seja qual for a situação adotada pela criança, o resultado final é sempre uma ameaça sobre a criança, que além de ser considerada inconveniente pelos professores, terá seu potencial totalmente ou parcialmente intocado, a ponto de se tornar um aluno "médio" na escola e, provavelmente, na vida. (HELETZ, 2004 apud SOUZA, 2013, p.17).

Podemos perceber que, se não houver um acompanhamento e conhecimento claro sobre as Altas Habilidades educacionais, o aluno não terá um bom desenvolvimento na escola. E aquilo que poderia ser algo para ser pontuado positivamente vai ser deixado de lado, e essa criança desenvolverá traumas e perda da motivação educacional. Por isso, que esse processo é muito delicado e deve sempre se pensar nas consequências dos atos desse planejamento aos alunos especiais, em especial essa temática abordada, sobre as altas habilidades. Segundo RECH e FREITAS (2005,s/p): "dessa forma, muitos professores acabam encaminhando essas crianças para uma avaliação psicológica, temendo que elas sejam hiperativas ou que apresentem algum distúrbio de aprendizagem". E o que poderia ser algo positivo e vantajoso, tanto para o aluno como para a escola acaba sendo apresentado como um grande problema, pois os profissionais, a família serão uma nova rotina e uma forma diferente de lidar com esse indivíduo.

No ambiente escolar pensando em uma Educação Inclusiva deve-se observar todas as demandas que este espaço possa apresentar durante sua trajetória escolar. Além do que cada vez mais estamos vivenciando casos diferenciados, e que por muito tempo não se tinha a visão dessa complexidade que está sendo presente no século XXI em nossa educação.

No âmbito das políticas educacionais, inicialmente, as diretrizes básicas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto (Brasil, 1995) consideravam superdotados (ou portadores de altas habilidades) aqueles alunos que apresentavam notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual, aptidão acadêmica ou específica (por exemplo, aptidão matemática), pensamento criativo e produtivo, capacidade de liderança, talento para artes visuais, artes dramáticas e música e capacidade psicomotora (FLEITH, 2006, p.14).

E com isso, o ensino/aprendizagem passa a ser revisitado com mais frequência, porque é um sistema vivo, aonde lidamos com seres humanos em toda a sua complexidade com pensamentos diversos. Neste caso, a educação inclusiva que seria a forma mais correta de lidar com esse meio dito "diferente", que chega desde os anos iniciais na pré-escola, passando pelo ensino fundamental e médio, e chega hoje nas instituições de ensino superior. E as estratégias/metodologias são muito importantes para esse processo. Observa-se algumas:

- A aprendizagem deve ser centrada no aluno. Leve em consideração os interesses e habilidades dos alunos.
- Implemente atividades de enriquecimento em sala de aula, como, por exemplo, dramatizações, produção de histórias etc.
- Investigue os interesses, os estilos de aprendizagem¹ e de expressão dos seus alunos ou observe-os de forma a identificar seus interesses, pontos fortes e talentos.
- Analise e modifique o currículo existente de forma a identificar e eliminar redundâncias e incrementar unidades que sejam desafiadoras para os alunos e estimule o aluno a avaliar seu desempenho em uma atividade ou tarefa.
- Valorize produtos e ideias criativas.
- Situe os alunos nos grupos com os quais melhor possa trabalhar. Dê oportunidade aos alunos de desenvolverem atividades com outros de mesmo nível de habilidade.
- Ofereça ao aluno oportunidade de visitar e observar locais variados (ex.: parques, jardim zoológico, jardim botânico, teatros, comércio, galerias de arte, museus, lojinha de animais domésticos, feira, praça etc).
- Evite rotular o aluno de superdotado. Trate as diferenças individuais como um fato natural. Lembre-se de que nem sempre o aluno superdotado terá um desempenho excelente em todas as áreas ou atividades (FLEITH, 2006, p.22-23).

A escola passa a ser um dos espaços que essa criança passa grande parte de suas experiências, que é, no âmbito escolar. Tanto a escola como os órgãos competentes devem se preparar para receber quaisquer indivíduos, seja ele, especial ou não, com altas habilidades ou com transtorno de desenvolvimento educacional.

(...) atividades que favoreçam o aprofundamento e o

enriquecimento de aspectos curriculares aos alunos que apresentam superdotação, de forma que sejam desenvolvidas suas potencialidades, permitindo ao aluno superdotado concluir em menor tempo a educação básica, nos termos do Artigo 24, V, "c", da LDBEN. (BRASIL, MEC/SEESP, 2001, p. 48-49).

A escola, independente do caso a ser trabalhado deve-se garantir que todos os estudantes que estejam no ambiente escolar tenham direito ao estudo e com conclusão mais rápida nessa educação básica. E que o docente e a escola possam trabalhar para a melhoria do ensino, e em especial a esse sujeito com essa peculiaridade de aprendizagem. Sobre o papel do docente importante pensar que:

O mundo em que vivemos exige que os educadores desempenhem papéis que vão muito além de transmitir conhecimento e cultura. Assim, nesta fase de evolução histórica de paradigmas, não podemos nos limitar a repensar a educação especial, como se sua inexistência pudesse solucionar todos os problemas das escolas. A proposta inclusiva requer outro tipo de mudanças, muito mais ampla, envolvendo a educação como um todo (Carvalho, 2004, p.137- 138).

Com isso, podemos perceber como o tema é importante e o acompanhamento pedagógico desde a organização dos estudos, o apoio dos familiares no desenvolvimento das atividades é um ponto muito relevante, para que todo esse processo possa se concluir com maestria nas escolas. Ao desenvolver uma educação inclusiva estamos pensando em um currículo que agrega, soma e leva todos da equipe institucional a sair da sua zona de conforto, e leva a reflexão coletiva e positiva na educação. Não se pode mais fingir que essas questões não nos atingem, pois são atendimentos necessários e que devem ser discutidos para que estejam presentes no plano de ação da escola. A preocupação para esses os sujeitos com Altas Habilidades e Superdotação tende a ser repensadas. Entretanto, percebe-se que muitos estão preocupados em discutir e levar uma melhoria em como um todo, mas ainda é insuficiente para garantir o sucesso de todo o processo.

O processo de inclusão não se pode definir ou mesmo estabelecer um modelo predefinido para ser seguido, deve, sim, abrir um leque de possibilidades em nossos horizontes no ambiente escolar para que consigamos diagnosticar nosso público como indivíduos ímpares e ativos a sua maneira, e do seu jeito. Com isso:

É fato comprovado à sociedade que as crianças não aprendem apenas com o professor, mas também com as outras crianças. As estratégias de aprendizagem cooperativa têm efeitos positivos no rendimento escolar, na autoestima, nas relações sociais e no desenvolvimento pessoal. (BRASIL, 2003, p.165).

O desenvolvimento e atendimento educacional especializado buscam com que os profissionais em sala de aula possam ter subsídios para obter um resultado positivo nas atividades propostas, e assim, em conjunto com a equipe pedagógica, podem agregar aos atendimentos que surgirem durante o período escolar. Os educadores podem fazer a diferença ao pensarmos que o aluno com altas habilidades/superdotação faz com que

todo o trabalho e dedicação desenvolvida pelo professor sejam válidos. Por isso, vemos profissionais que são autores fundamentais para que tudo seja finalizado com êxito. Assim:

A escola regular, enquanto ambiente plural e segundo a Constituição Federal, deve retratar a sociedade como ela é. Neste sentido, deve reconhecer que cada indivíduo tem necessidades particulares. Mesmo que a escola seja eminentemente o lugar do coletivo, é fundamental que haja uma reflexão sobre a escola que queremos, onde a educação seja pensada a partir de cada um, visando o pleno desenvolvimento de todos. (SENRA, 2008, p.19-20).

Na escola percebemos que a diversidade acontece e partimos de processos significativos de ensino, e esse meio nos leva a refletir sobre o que pode ser desempenhado. Assim, deixar fluir as necessidades que este ambiente nos proporciona no ensino e em nossas vidas é fundamental para uma educação de sucesso e de qualidade.

Pensar a construção da educação inclusiva de alunos de altas habilidades/superdotados na pré-escola envolve superar desafios que vão desde a organização dos sistemas de ensino, passando pela escola e pela família, garantindo condições escolares de qualidade que favoreçam a formação de cidadãos brasileiros que poderão, definitivamente, contribuir para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática (FLEITH, 2006, p.26).

As dificuldades sobre os alunos com dificuldades de aprendizagem podendo ser de transtornos ou mesmo sobre o tema aqui percorrido sobre as Altas Habilidades/Superdotação são muitas, e se não buscarmos desenvolver estudos, formular divulgação sobre o tema e incentivar as pessoas que temos que enfrenta-las não iremos evoluir e trazer benefícios significativos em nossa sociedade. A inclusão está presente em nossa vida, e por hora está se disseminando cada vez mais, e atuar de forma passiva não mudará o que precisamos sobre os discursos prontos. Devemos nos posicionar e levantar a bandeira de profissionais com uma opinião mais crítica mediante todas as demandas.

• **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para finalizar toda a reflexão sobre esse trabalho realizado por meio da pesquisa bibliográfica sobre as Altas Habilidades e Superdotação, que traz um pouco sobre a conscientização de que muitos ainda não têm a noção de como lidar com tanta diversidade. Isso cabe não somente a escola, mas a nós professores, e também a direção das escolas, que com mais busca por conhecimento podemos finalizar todo o processo, e se conscientizar de que é uma instituição viva com sujeitos ditos normais, em conjunto com os demais que ficam agregados a mercê de todos, e entre seus porquês e dúvidas que somente vamos sanar com o tempo.

Devemos nos conscientizar de que a participação de todos não é somente um meio de participação passiva, mas ativa e que para mover os olhares sobre essa inclusão especial devemos ser, críticos.

Além de, observar sobre as reflexões feitas acima de que a família também faz parte integradora de conhecimento. Os responsáveis devem adquirir conhecimento sobre o assunto, porque os pais ainda possuem dúvidas que não são respondidas com clareza, e assim, ficam a mercê de todos os medos existentes. As Altas Habilidades, parece algo mais fácil de

lidar, mas que nos encanamos em pensar que seria algo menos trabalhoso e deixamos de levar em consideração o sentimento desse sujeito. E observar que as dificuldades sobre a inclusão são as mesmas e devem ser repensadas como outra qualquer no que diz respeito às educações especiais e inclusivas no ambiente escolar.

Dessa forma, essa criança somente vai gostar da escola quando houver de forma afetiva atividades que contemple suas particularidades e necessidades. Contudo, depois que a escola e os professores, em conjunto com a família se dedicarem em formar um plano de ação coerente, teremos o sucesso em nosso ensino de inclusão.

Os pais de um superdotado precisam ser claros com seu filho, explicando que ele tem um talento especial, mas que não é melhor do que os outros. As orientações tanto da escola como dos pais em casa parecem poucas ações, mas que fazem toda a diferença em suas vidas. É importante ressaltar que no grupo social é a diversidade de talentos que traz a diversão e o desenvolvimento e que cada pessoa tem uma contribuição valiosa a dar. Ele precisa ter a certeza de que seus pais o compreendem e de que poderá falar quando quiser sobre suas dificuldades. Dessa maneira, a família o ajudará no desenvolvimento de uma boa autoestima independente de sua habilidade. Além de, estimular a socialização que é outro fator primordial para esse processo de integração escolar.

O atendimento especializado nas escolas cumpre uma função extremamente importante, pois tem a conscientização de todos da organização escolar e não somente de duas pessoas. O seu engajamento vai mudar qualquer ensino aos poucos. Além disso, a escola não deve ser só um lugar de aprendizagem, mas passa em algum momento a desempenhar também um campo de ação na vida afetiva desse sujeito. Os profissionais são autores fundamentais, para que consigamos diagnosticar as adversidades dos alunos e levar para a direção da escola as demandas que possam aparecer nesse ambiente. E logo desenvolver um planejamento de ações e formações de inclusão social.

• REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAHSD. **Associação Brasileira para Altas Habilidades/ Superdotados**. Disponível em: <<http://www.altashabilidades.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; TASSINARI, Ana Maria; CONTI, Lilian Maria Carminato; ALMEIDA, Maria Amélia. **Breve histórico acerca das altas habilidades/ superdotação: políticas e instrumentos para a identificação**. Educação, Batatais, v. 7, n. 2, p. 23-41, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.ppgees.ufscar.br/documentos/breve-historico-artigo>.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 394/96 de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 692/71 de 11 de agosto de 1971. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 de agosto de 1971.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Habilidades/Superdotação volume 3: O aluno e a Família**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p.13-28.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação para o atendimento educacional a os alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CORNÉLIO, M.; SILVA, M.M. **Inclusão escolar: realidade ou utopia?** Lins, São Paulo. 2009.

DECLARAÇÃO de **Salamanca e linha de ação**, Brasília, DF, CORDE, 1994. GOLDSTEIN, Michael; GOLDSTEIN, Sam. **Hiperatividade: como desenvolver a capacidade de atenção da criança**. Campinas: Papyrus, 1998.

FLEITH, Denise de Souza. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: altas habilidade/superdotação. [4. ed.] / elaboração Denise de Souza Fleith. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

KONKIEWITZ, Elizebete Catelon. **Aspectos neurológicos dos Processos de aprendizagem**. Curso de Psicopedagogia. Dourados, 2007.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Edição Especial: Inclusão**. São Paulo: Abril, n. 24, jul. 2009. p. 10-14.

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Galdino. **Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 34, n. 2, p. 243-254, ago. 2008.

SENRA, A. H. [et. Al.] . **Inclusão e Singularidades: um convite aos professores da escola regular**. Belo Horizonte: Scriptum, 2008.

SIMONETTI, Dora Cortat. **Dotação e Talento: indicadores neuropsicológicos**. Vitória: GSA, 2010.

SOUZA, Vanessa Stefani de. **Altas Habilidades e Superdotação: Uma reflexão sobreo tema**. 2013. Disponível em:

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4481/1/MD_EDUMTE_2014_2_8_1.pdf . Acesso em 16 jun. 2019.

XAVIER. Amanda Vanessa de Oliveira. **A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular. 2012. Disponível em:** <http://www.arcos.org.br/artigos/a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular/> . Acesso 16jun.2019.

(1) ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIBEIRÃO MATEUS LEME NA RODOVIA BR-262

Carvalho, Davidson Matos¹

(2) RESUMO

O sistema rodoviário federal brasileiro é constituído em grande parte por pontes construídas antes de 1984. Essas pontes possuem geometria e capacidade de carga incompatíveis com o tráfego atual. Neste cenário, o objetivo deste trabalho foi a avaliação dos procedimentos de alargamento e reforço uma ponte de concreto armado que foi reabilitada, visando atender às novas exigências de uma rodovia que foi duplicada. O estudo também inclui a comparação do seu desempenho com a ponte nova, em concreto armado e protendido, que foi construída ao lado para receber a pista nova. Essa comparação se mostra adequada, considerando que ambas as pontes estão inseridas no mesmo microclima, sob as mesmas características de tráfego e possuem vãos e extensões semelhantes. As pontes avaliadas estão localizadas sobre o Ribeirão Mateus Leme, na rodovia BR-262 no município de Juatuba, Minas Gerais. A ponte reabilitada possui 40,0 metros de extensão e a ponte nova 44,0 metros. Os procedimentos de reabilitação consistiram no acréscimo de largura da laje existente, aumento de seção da laje, das vigas principais e dos apoios, além de intervenções de recuperação. Os resultados obtidos permitem conhecer a eficácia das intervenções realizadas, sob o ponto de vista da durabilidade, contribuindo para a melhoria de projetos futuros de reabilitação de pontes.

PALAVRA-CHAVE: Pontes Rodoviárias em concreto armado. Alargamento e reforço. Reabilitação. Desempenho.

INTRODUÇÃO

As pontes que compõem a malha rodoviária federal brasileira foram construídas a partir da década de 40, juntamente com a edição das primeiras normas brasileiras (DNIT, 2004a). A partir de então, houve uma evolução das ferramentas de cálculo, dos materiais utilizados nas obras, das técnicas construtivas e dos veículos que utilizam as rodovias, resultando em diversas atualizações de normas ao longo do tempo e conseqüentemente num perfil bastante heterogêneo de pontes, com características diferentes como classe, geometria, cargas móveis de projeto, tipos de barreiras de segurança e guarda-corpo, que variam de acordo com a data de construção. Considerando que o crescimento da malha rodoviária brasileira teve seu ápice nas décadas de 1960 e 1970, verifica-se que grande parte das pontes de concreto armado foi construída antes de 1984, ou seja, são anteriores à vigência da norma NBR-7188 (1984) e por isso necessitam de obras de reforço para adequação da sua capacidade portante.

Existe uma demanda crescente por obras de alargamento e reforço estrutural de pontes em rodovias brasileiras. Grande parcela delas, além de apresentarem problemas de natureza estrutural (seja pela deterioração da

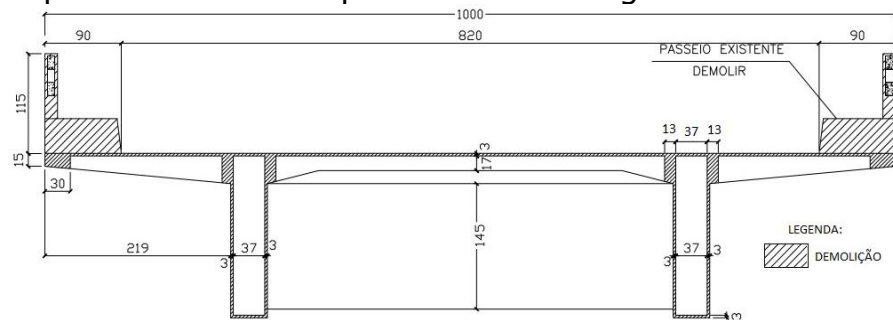
estrutura ou pela desatualização quanto aos carregamentos móveis exigidos pelas normas vigentes e efetivamente transmitidos pela frota de veículos atual), também apresentam seções transversais insuficientes para a demanda de tráfego atual (VITÓRIO e BARROS, 2014).

De acordo com relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), de um total de 5.612 obras de artes especiais – OAEs pertencentes à malha rodoviária federal, 4.105 apresentam problemas de estreitamento de pista. Um levantamento recente realizado pelo DNIT identificou um total de 7.644 OAEs pertencentes à malha rodoviária federal, incluindo pontes, viadutos e passagens inferiores. Existem atualmente 4.752 OAEs cadastradas no Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais do DNIT - SGO, sendo 255 classificadas como condição problemática e seis como crítica. (DNIT, 2018).

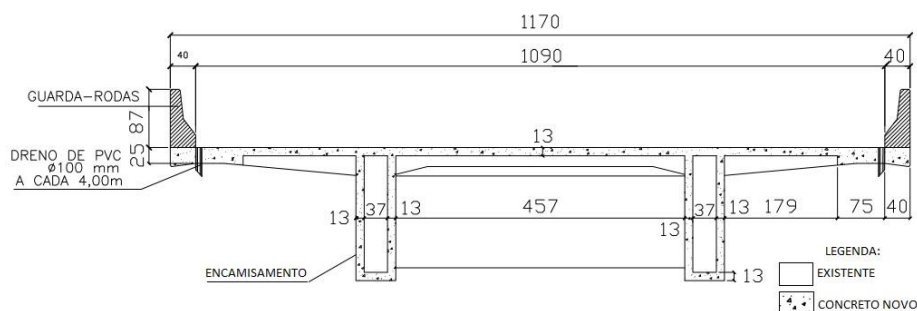
Segundo Vitório (2013), as atividades de alargamento e reforço de pontes rodoviárias começaram a chamar a atenção da comunidade técnica brasileira a partir de meados da década de 90, quando tiveram início diversas obras de duplicação e/ou alargamento de importantes rodovias. Essas obras alertaram para a necessidade de maiores estudos sobre as intervenções estruturais em pontes e viadutos. Em pesquisa realizada por Oliveira (2013), foram apontados alguns aspectos nas intervenções de reforço estrutural realizadas em pontes de concreto armado, que inevitavelmente comprometeram a durabilidade das estruturas e dos próprios elementos de reforço implantados. Essas informações trazem contribuições importantes para projetos futuros.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo foi descritiva e qualitativa, lançando mão de conhecimentos adquiridos através de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Desta forma, este trabalho propõe um estudo de caso real, com objetivo de avaliar o desempenho das intervenções de alargamento e reforço empregadas em uma ponte que foi reabilitada, visando atender às novas exigências de uma rodovia que passou por obras de duplicação, inclusive comparando o seu desempenho com a outra ponte construída ao lado para receber a pista nova. Essa comparação se mostrou adequada, considerando que ambas as pontes estão inseridas no mesmo microclima, submetidas às mesmas características de tráfego e possuem vãos e extensões semelhantes. Inicialmente foi realizado um estudo detalhado das pontes, abrangendo projeto original da obra antiga, projetos de alargamento e reforço, projeto da ponte nova, relatórios de execução e inspeções que foram realizadas anteriormente. Em seguida, as pontes foram avaliadas através de inspeções visuais realizadas "in loco", de acordo as normas vigentes. As pontes estão localizadas sobre o Ribeirão Mateus Leme, na rodovia BR-262, no município de Juatuba em Minas Gerais. A figura 1 mostra uma vista geral das pontes avaliadas.

metros, que correspondia à largura de cada pista após a duplicação (duas faixas de rolamento e acostamento). Foi previsto também o reforço estrutural da ponte visando readequá-la para o trem-tipo TB-45 (450 kN), a substituição dos aparelhos de apoio, do pavimento e das juntas de dilatação, a troca dos guarda-rodas e guarda-corpos por barreiras de segurança do tipo New Jersey e intervenções de recuperação da estrutura existente. O método de alargamento adotado consistiu no aumento da largura das lajes existentes, sem a adição de novos apoios e de novas vigas ao tabuleiro, utilizando-se apenas concreto armado convencional. O reforço da superestrutura baseou-se no aumento da seção transversal dos elementos estruturais com acréscimo de armaduras. O projeto previa a demolição dos guarda-corpos, dos guarda-rodas e de 30 cm nas extremidades das lajes em balanço, além do apicoamento de 3 cm na superfície superior da laje e nas faces das duas longarinas, com objetivo de preparar a superfície, mantendo-a com aspereza suficiente para possibilitar a aderência do novo material do reforço com o concreto velho. Foi executada a concretagem de uma sobrelaje com espessura de 13 cm, juntamente com a nova laje cuja largura era de 1,15 m em cada lado da ponte, as novas barreiras New Jersey e o reforço de 13 cm nas faces das longarinas. Foram instalados drenos de PVC Ø100 mm nos dois lados da ponte. Detalhes do projeto de alargamento e reforço da superestrutura são apresentados na figura 3.



(a) Projeto de demolição (DNIT, 2006).



(b) Projeto de forma e concretagem (DNIT, 2006).

Figura 3 – Detalhes do projeto de alargamento e reforço da superestrutura.

O reforço dos pilares e dos tubulões foi realizado também com aumento da seção transversal. O procedimento previu o apicoamento em toda a sua superfície, colocação de armadura adicional e concretagem. A seção transversal dos pilares foi aumentada em 13 cm em cada face. Foram implantados também consoles nos topos dos pilares com objetivo de apoiar os macacos hidráulicos que foram utilizados para a substituição dos aparelhos de apoio. Os novos aparelhos de apoio instalados são móveis do tipo neopreme fretado, com espessura de 39 mm e dimensões de 45 x 60

cm. A figura 4 mostra detalhes de projeto do reforço estrutural executado nos apoios.

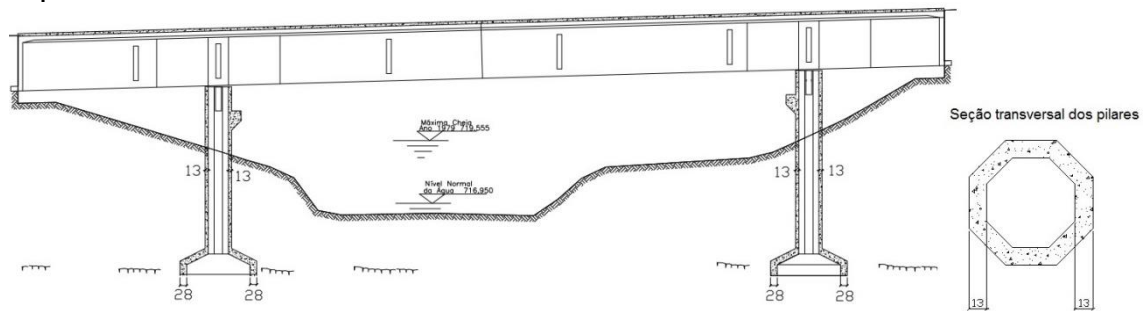
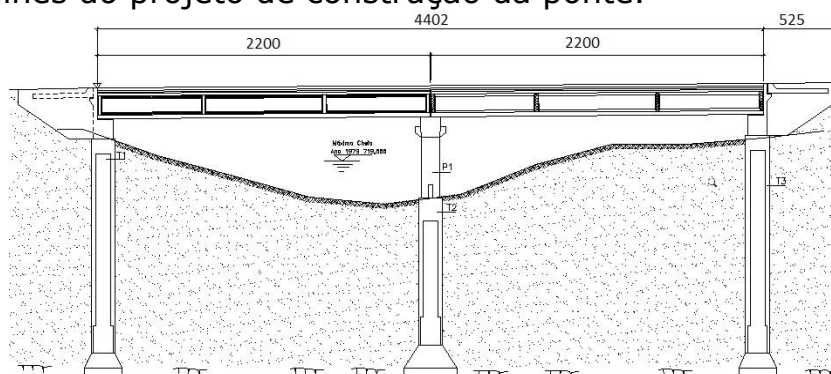


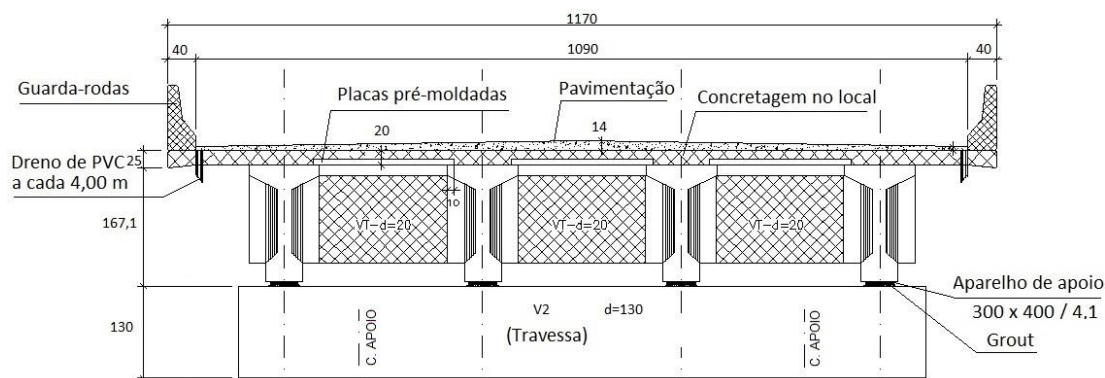
Figura 4 – Detalhes do projeto de reforço da meso e infraestrutura (DNIT, 2006). Além das intervenções de alargamento e reforço estrutural, o projeto de reabilitação previu dois procedimentos para recuperação da estrutura existente: recuperação de fissuras na face inferior das lajes e recuperação das transversinas e cortinas. Esses procedimentos foram previstos para os locais que não receberam intervenções de reforço estrutural e somente onde fosse necessário.

DESCRIÇÃO DA PONTE NOVA

A ponte nova, Classe 45 toneladas, foi projetada em 2006 por empresa contratada pelo DNIT, para a elaboração dos projetos de duplicação da rodovia BR-262 entre os municípios de Betim e Nova Serrana. A obra foi implantada no período de abril de 2009 a julho de 2010, servindo como desvio de tráfego durante as obras de reabilitação da ponte existente e a partir de julho de 2011 passou a integrar a rodovia duplicada. Esta ponte possui 44,0 metros de comprimento, com dois vãos de 22,0 metros e largura total de 11,70 metros. A superestrutura é composta por uma grelha, sendo uma laje sobre quatro vigas principais pré-moldadas protendidas, apoiadas em uma travessa no apoio central e em dois encontros nas extremidades, além das transversinas e lajes de transição. O apoio central é formado por dois pilares unidos por vigas de contraventamento em sua base. A infraestrutura é formada por seis tubulões, sendo um em cada pilar e dois em cada encontro. A estrutura da ponte é composta ainda por alas nos encontros, juntas de dilatação entre o tabuleiro e os encontros, 16 aparelhos de apoio móveis tipo neoprene fretado com espessura de 41 mm e dimensões de 30 x 40 cm, barreiras de segurança do tipo New Jersey e drenos de PVC Ø100 mm a cada 4,0 metros, nos dois lados. A figura 5 mostra detalhes do projeto de construção da ponte.



(a) Vista longitudinal da ponte nova (DNIT, 2006).



(b) Seção transversal da ponte nova (DNIT, 2006).
 Figura 5 – Detalhes de projeto da ponte nova.

INSPEÇÕES ANTERIORES

Após a conclusão das obras de duplicação da rodovia, as primeiras inspeções foram realizadas pela concessionária Triunfo-Concebra, responsável pela concessão deste segmento da rodovia BR-262 a partir de março de 2014. Foi realizada uma inspeção cadastral em 11 de abril de 2014 e inspeções rotineiras são realizadas anualmente. Os principais danos identificados nas inspeções já realizadas são apresentados no quadro 1.

Quadro 1 – Principais danos identificados nas inspeções já realizadas.

Ponte	Ano	Danos Identificados
Reabilitada	2014	Diminuição da seção transversal da via, devido à criação de um passeio para pedestres no local onde seria o acostamento; Vegetação sem manutenção; Cabeça do pilar necessita reparo; Passeio com detritos.
Reabilitada	2015	Proteção vegetal insuficiente nos taludes; Problemas no sistema de drenagem e infiltrações nos encontros; Trincas nas alas; Concreto deteriorado nas barreiras de segurança; Problemas de manutenção em pingadeira e drenos.
Reabilitada	2016	Proteção vegetal insuficiente nos taludes.
Nova	2014	Estreitamento de pista devido à criação de um passeio para pedestres no acostamento; Ausência de pingadeiras nos balanços laterais; Vegetação sem manutenção; Passeio com detritos.
Nova	2015	Proteção vegetal insuficiente nos taludes; Problemas no sistema de drenagem e infiltrações nos encontros; Trincas nas alas; Concreto deteriorado nas barreiras de segurança; Problemas de manutenção em drenos e ausência de pingadeiras.
Nova	2016	Proteção vegetal insuficiente nos taludes.

RESULTADO DAS INSPEÇÕES REALIZADAS EM 2017

As pontes foram vistoriadas no dia 27 de dezembro de 2017, sete anos e sete meses após a construção da ponte nova e seis anos e cinco meses após a reabilitação da ponte antiga. Foram realizadas inspeções visuais, seguindo os critérios estabelecidos pelas normas NBR 9452 (ABNT, 2016) e DNIT 010/2004 (DNIT, 2004b), com o objetivo de avaliar o estado atual das duas pontes. Foram realizados também ensaios não destrutivos para verificação das espessuras de cobertura das armaduras, por meio de um equipamento detector de metais da marca Bosch, modelo D-tect 150 Professional. Serão

apresentados a seguir os principais danos e/ou anomalias identificados em cada ponte.

INSPEÇÃO REALIZADA NA PONTE REABILITADA

Conforme já havia sido relatado em inspeções anteriores, há um estreitamento de pista na ponte devido à existência de um passeio de pedestres no local onde deveria haver a continuidade do acostamento. O pavimento apresentava alguns defeitos sobre as juntas de dilatação, que geram certo desconforto para os motoristas. As juntas estavam completamente obstruídas pelo revestimento asfáltico, impedindo a livre movimentação da superestrutura e propiciando a deterioração do material de vedação. Existia um acúmulo de água considerável no piso da passarela, em função de falhas no sistema de drenagem da ponte, que traz riscos aos pedestres e prejuízos à durabilidade da laje devido à infiltração dessa água. A superestrutura apresenta diversos danos decorrentes de falhas em drenos e pingadeiras, que não estão desempenhando bem o seu papel, permitindo a percolação de água pela laje nos dois balanços laterais da ponte. A presença de água na superfície inferior da laje pode resultar no fenômeno da lixiviação, aumentando a porosidade do concreto, diminuindo sua resistência e o tornando mais vulnerável a outros ataques (HELENE, 2003). Foram verificadas falhas de concretagem no reforço das longarinas, onde foi realizado o serviço de apicoamento na face inferior para receber a nova camada de concreto, mas os locais onde se apoiam os pilares não foram recompostos, deixando exposta parte da armadura. Além disso, existiam algumas fissuras nas camadas de reforço da face inferior das longarinas, com abertura máxima de 0,3 mm, também relacionadas a falhas de execução.

Os danos mais graves identificados nesta ponte estão na mesoestrutura. Foram observados sinais de esmagamento do concreto no topo dos pilares, manifestados através de fissuras e deslocamentos. Provavelmente esses danos foram causados pela concentração de tensões de compressão no topo dos pilares, como consequência do posicionamento inadequado dos aparelhos de apoio, que deveriam estar centralizados na seção transversal dos pilares, mas em alguns casos observou-se o não atendimento a essa exigência do projeto. Essas falhas no posicionamento dos aparelhos de apoios causaram ainda uma deformação excessiva desses elementos. A infraestrutura encontra-se aparentemente em bom estado de conservação, considerando que não há nenhum sinal de recalque ou deslocamento de fundação em toda a ponte. Foram identificadas apenas algumas erosões e ausência de proteção vegetal nos taludes das duas extremidades da ponte, que precisam ser corrigidos a fim de se evitar a ocorrência futura de algum problema de instabilidade na fundação ou na contenção da pista.

Nos ensaios de pacometria, verificou-se cobrimento de armadura insuficiente em algumas faces das longarinas e nas vigas de contraventamento dos pilares. Nos pilares, o cobrimento estava um pouco abaixo da espessura especificada pelo projeto. A Figura 6 mostra os principais danos identificados na ponte rehabilitada.



(a) Estreitamento de pista na ponte.



(b) Junta de dilatação obstruída.



(c) Acúmulo de água no piso da passarela.



(d) Falha no funcionamento dos drenos e da pingadeira.



(e) Falha de concretagem, com armadura exposta nas longarinas.



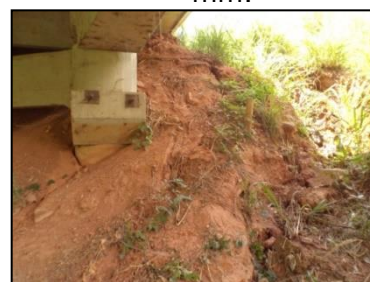
(f) Fissura horizontal no reforço da longarina, com abertura de 0,3 mm.



(g) Trinca e deslocamento do concreto no topo do pilar.



(h) Deformação do aparelho de apoio de neoprene.



(i) Ausência de proteção vegetal e erosão no talude.

Figura 6 – Principais danos identificados na ponte reabilitada.

INSPEÇÃO REALIZADA NA PONTE NOVA

A ponte nova apresenta estreitamento de pista pelos mesmos motivos da ponte antiga. Há um leve assentamento do aterro na entrada da ponte, que provocou um desalinhamento vertical da barreira de segurança. Verificaram-se algumas fissuras relacionadas à corrosão de armadura nos guarda-corpos. As juntas de dilatação estavam completamente obstruídas pelo revestimento asfáltico, impedindo a livre movimentação da superestrutura e propiciando a deterioração do material de vedação.

Os principais problemas patológicos identificados na superestrutura estavam relacionados ao mau desempenho do sistema de drenagem. Além de não existirem pingadeiras, observou-se que muitos drenos possuíam comprimento insuficiente para afastar o fluxo de água da superestrutura e também havia infiltração ao redor dos drenos. Havia um deslocamento do concreto na extremidade da laje, com exposição de armadura, provavelmente provocado pela restrição à movimentação da superestrutura imposta pela obstrução da junta de dilatação.

Os danos relacionados à mesoestrutura estão concentrados nos dois encontros. Ambos apresentam excesso de umidade, infiltração de água, manchas escuras, eflorescência e biodeterioração. Observou-se a existência de detritos e muita umidade no apoio das longarinas nos encontros, sendo recomendada sua limpeza a fim de se evitar prejuízos ao funcionamento adequado dos aparelhos de apoio. A infraestrutura encontra-se aparentemente em bom estado de conservação, considerando que não há nenhum sinal de recalque ou deslocamento de fundação. Nesta ponte também foram identificadas algumas erosões e ausência de proteção vegetal nos taludes das duas extremidades.

Nos ensaios de pacometria, verificou-se cobertura insuficiente apenas na face inferior de uma longarina, nos dois pilares e na viga de contraventamento. A Figura 7 mostra os principais danos identificados na ponte nova.



(a) Estreitamento de pista na ponte.



(b) Desalinhamento vertical da barreira New Jersey.



(c) Fissura com abertura de 2,0 mm no guarda-corpo.



(d) Junta de dilatação obstruída.



(e) Desplacamento na laje, com corrosão exposta.



(f) Mancha de infiltração na laje e na longarina.



(g) Excesso de umidade e manchas no encontro.



(h) Ausência de proteção vegetal e erosão no talude.



(i) Detritos no apoio de uma longarina no encontro.

Figura 7 – Principais danos identificados na ponte nova.

ANÁLISE COMPARATIVA DE DESEMPENHO

De maneira geral, as duas pontes apresentaram um desempenho satisfatório, não existindo nenhum dano significativo que possa afetar a sua integridade estrutural no curto prazo ou a sua funcionalidade. A figura 8

mostra um gráfico com as notas técnicas atribuídas a cada ponte, de acordo com os critérios estabelecidos pela norma NBR 9452 (ABNT, 2016).

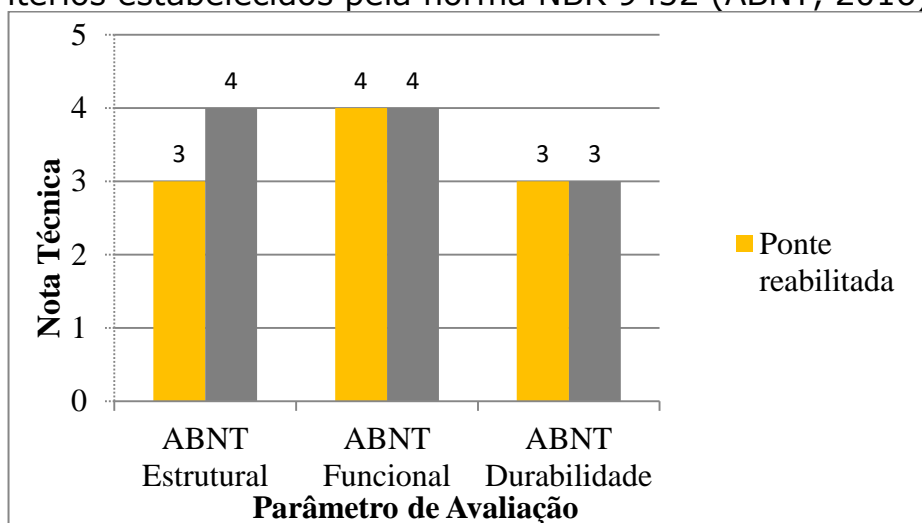


Figura 8 – Notas técnicas atribuídas às duas pontes.

As notas técnicas da ponte reabilitada, segundo os parâmetros estrutural e de durabilidade da ABNT, foram influenciadas negativamente pelos danos nos pilares causados por falhas na instalação dos novos aparelhos de apoio. As erosões nos taludes das pistas de acesso afetaram o desempenho de ambas as pontes no parâmetro da durabilidade. De acordo com as classificações obtidas, foram recomendadas ações de médio prazo para a correção das anomalias detectadas na ponte reabilitada e também para a correção das erosões nos taludes das duas pontes. Os demais elementos que receberam aumento de seção transversal (longarinas, sobrelaje e tubulões) e os balanços da laje que foram alargados apresentaram bom desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados obtidos durante as inspeções e considerando o nível de deterioração de cada ponte, verifica-se que a ponte reabilitada teve um desempenho ligeiramente inferior à ponte nova que foi construída ao lado.

Os principais danos identificados na ponte reabilitada não se referem à reincidência de problemas patológicos tratados durante a obra ou falha nas intervenções de alargamento e reforço. Assim, pode-se concluir que as intervenções de alargamento e reforço, especificamente, foram eficazes neste caso.

Verificou-se a ocorrência de danos comuns às duas pontes. Os sistemas de drenagem se mostraram ineficientes, não conseguindo atingir o objetivo de coletar a água pluvial da pista e proteger a superestrutura das pontes. As juntas de dilatação encontram-se totalmente obstruídas pelo revestimento asfáltico, comprometendo o seu perfeito funcionamento e a durabilidade da estrutura como um todo. Foram criados passeios para pedestres no local onde deveria haver a continuidade dos acostamentos, trazendo prejuízos à segurança dos usuários da rodovia devido ao estreitamento de pista nas pontes. Por fim, nota-se a necessidade de uma maior atenção às atividades de manutenção das pontes. Além de garantir a segurança e o conforto dos usuários da rodovia através da execução de serviços de limpeza de pista,

devem incluir também pequenos serviços corretivos, com baixo custo e grande impacto na durabilidade da estrutura.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 7188: Carga móvel em ponte rodoviária e passarela de pedestre.** Rio de Janeiro, 1984.

____. **NBR 9452: Inspeção de pontes, viadutos e passarelas de concreto.** Rio de Janeiro, 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. **Manual de Inspeção de Pontes rodoviárias.** Rio de Janeiro, 2004a.

____. **Norma DNIT 010/2004 – PRO – Inspeções em pontes e viadutos de concreto armado e protendido - Procedimento.** Rio de Janeiro, 2004b.

____. **Dados retirados do Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais - SGO.** Acesso em 16/01/2018.

HELENE, Paulo (ed.). **Manual de Reabilitação de Estruturas de Concreto: Reparo, Reforço e Proteção.** Red Rehabilitar, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, C.B.L. **Análise da eficácia de métodos de reforço de pontes rodoviárias de concreto armado.** Dissertação – Curso de Pós-Graduação em Construção Civil, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Acórdão 725/2012– Plenário.** Brasília, 2012.

VITÓRIO, J.A.P. **Um estudo comparativo sobre métodos de alargamento de pontes rodoviárias de concreto armado, com a utilização das normas brasileiras e eurocódigos.** Tese de doutorado na Universidade do Porto, Portugal, 2013.

VITÓRIO, J.A.P.; BARROS, R.M.M.C. **A utilização do Eurocódigo em Projetos de Alargamento e Reforço de Pontes Rodoviárias de Concreto.** VII Congresso Brasileiro de Pontes e Estruturas. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

JESUS CRISTO HUMANO E DIVINO

Melo, Eduardo da Costa²

RESUMO

Este artigo busca mostrar quão grande é a importância do assunto, Jesus Cristo humano e divino. Utilizando a metodologia descritiva conseguiu-se identificar a sua origem, nascimento, família, bem como, através da pesquisa observou-se o cumprimento das profecias registradas na Bíblia Sagrada, pois cumpriu sua missão humana e divina na terra, morreu, ressuscitou e retornou ao céu. Dentre fatos e mitos, se perguntou por muitos anos se realmente Jesus Cristo existiu ou se foi fruto da imaginação humana. Como a própria história universal prova que de fato ele existiu, a descoberta realizada através das Escrituras Sagradas, livros e artigos, comprova a autenticidade da história e nos dá certeza que ele é humano e divino.

PALAVRAS-CHAVE: Jesus Cristo. Humano. Divino.

INTRODUÇÃO

Dentre vários aspectos Jesus Cristo é uma pessoa singular, sendo que o mais importante é que Ele centraliza o evangelho da graça de Deus. Ele mudou a face da história, pois, através dele a eternidade invadiu o tempo. Deus se fez homem e a vida humana adquiriu, por meio de sua redenção, um significado que a eleva acima da ordem natural e a apropria para a comunhão e obra de Deus. Dessa maneira, o conhecimento dele se faz necessário, haja vista que Jesus Cristo sendo homem quando veio a esta terra, também manifestou a sua natureza divina. Este assunto contribuirá de forma eficaz mostrando que o homem Jesus também é Deus.

É de suma importância tal assunto, pois, quando se acredita usando apenas a fé, para falarmos aos céticos sem a ciência, a argumentação se torna vazia. Será de grande contribuição para a área acadêmica, um assunto que há abordagens nesse meio, porém pouca ênfase, digo, na área da metafísica. Quando se prova algo, é fácil se falar do assunto com propriedade, de maneira que seu trabalho ganha crédito e gera potencialidade na educação das pessoas, bem como, vida social aprimorada e facilita o crescimento cultural de uma nação.

A sociedade necessita de esclarecimentos de vários assuntos, inclusive, sobre a identidade de Jesus. A história de Jesus está cercada de indagações, tais como: De fato Jesus Cristo existiu? Se existiu, porque há dúvidas que Ele foi e é também Deus? Existe possibilidade de haver algum engano por parte dos religiosos e historiadores em relação à verdadeira identidade de Jesus Cristo?

Quanto à existência de Jesus é fato, pois, a própria história universal aponta para essa realidade e existem provas suficientes de seu nascimento, vida na terra e morte.

Sobre a deidade, dificilmente o ser humano aceitaria um Deus andando no meio das pessoas, tendo comportamento terráqueo, abraçando gente pecadora e afastada da sociedade e ainda trazendo uma mensagem diferente daquilo que se esperava do Messias que pelo volume de profecias, sua força e poderio avassalariam o Império Romano (pelo menos era o pensamento dos hebreus na chegada do Emanuel) e mudaria tudo para os judeus. Era um tanto difícil aceitar que aquele “Jesus” para alguns, fosse o Senhor esperado, pois, não tinha características de rei e nem nobre, vindo de uma cidade humilde, pois o chamavam Jesus de Nazaré, e muitos pensavam que havia nascido neste lugar, contudo, nasceu em Belém e fora criado em Nazaré.

“O evangelho escrito por Lucas na Bíblia Sagrada, narra o nascimento de Jesus, situando-o no contexto das profecias bíblicas e do judaísmo de seus dias. O silêncio profético que durava quatrocentos anos, foi rompido pelas manifestações divinas na Judéia. A plenitude dos tempos havia chegado e o Messias agora seria revelado! O nascimento de Jesus significava boas novas de alegria para todo o povo. Os pobres e os piedosos seriam os primeiros a receberem a notícia. Dessa forma, Deus mostrava que a salvação, por Ele provida, alcançaria todos os homens” (Gonçalves, 2015, p. 6)³.

² Eduardo da Costa Melo, Pós-Graduando em Gestão Eclesiástica no Instituto Souza

³ GONÇALVES, José, O nascimento de Jesus, 2015.

O cristianismo se fundamenta em Jesus Cristo e na fé e obediência de seus discípulos. Ele é uma pessoa que deixou marcas profundas na história do mundo. O homem já produziu muito em matéria de religião, ciência e pensamentos inspirados em Sua pessoa. Muitos são os entendimentos sobre Jesus e as definições sobre Sua pessoa, mas existiu apenas um Jesus Cristo. O Deus homem teve sua identidade revelada através de suas atitudes e como mostra a história que morreu e ressuscitou, ainda que muitos estudiosos digam que não, contudo, não conseguiram encontrar os restos mortais caso não tenha acontecido à ressurreição. Depois de se levantar da morte, é visto por mais de quinhentas testemunhas e ainda permaneceu na terra por espaço de quarenta dias. Após isso, como ele era e é Deus, voltou ao seu lugar, céu. Ele é chamado Jesus Cristo, que quer dizer, Salvador Ungido. “No principio era o Verbo e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (BÍBLIA, João 1,1). “E, sem dúvida alguma, grande é o mistério da piedade: Aquele que se manifestou em carne foi justificado em espírito, visto dos anjos, pregado aos gentios, crido no mundo e recebido acima, na glória” (BÍBLIA, 1 Timóteo 3,16). “Jesus Cristo, que é eternamente a segunda pessoa da trindade e compartilha de todos os atributos divinos, tornou-se plenamente humano. Ao entrar no mundo como ser humano, Jesus assumiu características humanas, ainda que escolhesse voluntariamente exercer seus poderes divinos apenas de modo intermitente a fim de cumprir sua missão redentora” (IBADEP, 2005, p. 67) ⁴.

Permanecendo o que era, tornou-se o que não era. Eternamente Deus quando Se encarnou, Jesus continuou sendo Deus e se tornou humano. Ele era verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

A observância da trajetória de Jesus Cristo, nos dar clareza de que ele não nasceu para reinar e libertar seu povo do domínio dos romanos. Jesus foi um homem divino que cuja sua missão foi libertar o homem em seu interior trazendo refrigério para alma. Nesse fator ponderante muitas pessoas tinham dúvidas da sua humanidade ou divindade, pois quando ele falava, pregava, ensinava e agia, sua forma era diferente, por que uns sentiam medo, outros temores, quando outras pessoas tinham inveja e ódio e na maior parte acontecia mudanças em suas vidas em situação de caráter, moralidade e direcionamentos.

A bíblia é um livro espiritual e qualquer ser humano para experimentá-la deve ler ou estudá-la com fé, buscando manter um equilíbrio entre os dois mundos. Aqui não se faz apologética ao livro de Deus, mas um convite a buscar por si o conhecimento das Escrituras Sagradas e nessa busca, se começa a ter o entendimento sobre a vida e obra de Jesus Cristo, bem como, todo o conceito das duas naturezas.

Diferentemente de qualquer outra pessoa, Jesus foi o divisor da história da humanidade, pois, ficaram estabelecidos antes e depois de Cristo os fatos e acontecimentos do universo. Grandes vultos surgiram ao longo dos séculos, mas ninguém superou a este homem em matéria de conhecimento, sabedoria, transformação e fazer com que muita gente o seguisse fazendo-os seus discípulos e atualmente, pudéssemos ter a maior religião do mundo, o Cristianismo.

O Senhor Jesus Cristo veio ao mundo a fim de viver uma vida impecável, para servir de exemplo de perfeição e retidão. Para ser um modelo pelos quais seus discípulos poderiam orientar a própria conduta.

Veio ao mundo por meio de um milagre, e vivido uma vida milagrosa, porém, a razão central da encarnação era a sua morte.

Na cruz se descobre o evento central de toda a história. Ela diferencia o cristianismo dos demais sistemas religiosos. O cristianismo recebe sua maior significação, não através da vida e ensinamentos de seu fundador, por importantes que sejam tais coisas, mas através de sua morte.

Dentro desse quadro, descobrimos que, a ressurreição de Cristo é o âmago da mensagem cristã, o que mostra que a esperança do evangelho é escatológica em sua natureza.

Em muitas religiões, seguem-se os dogmas, doutrinas, rituais como que para se exercer uma crença ou não ser diferente de outras pessoas. Há até quem diga que, em outras seitas ou religiões se encontre algum refúgio ou alívio para seus problemas, mas, no cristianismo

³ IBADEP, Instituto Bíblico das Assembleias de Deus do Estado do Paraná, A Trindade, 2005.

diferentemente das demais, se encontra um salvador que tira sua culpa, trazendo paz interior e oferecendo um presente chamado salvação.

No Brasil, não existe uma religião oficial, sendo nosso país estado laico, contudo, como herança da colonização portuguesa, herdamos o catolicismo que até meados do século 19, esteve predominando. Atualmente, maior parte da população é cristã, sendo assim, crê em Jesus Cristo e além de acreditar que ele é o salvador, também acreditam que Ele foi humano e divino.

A HUMANIDADE DE JESUS

Como o objetivo deste estudo é identificar pontos que correspondam à realidade de Jesus Cristo, é bom que se saiba como estava a situação do país onde Jesus nasceu nesta época.

Para que se possa compreender o contexto político daquela ocasião, é preciso lembrar que o Império Romano dominava a terra de Israel desde 63 a.C. e assim seu poder e influência abrangem todo o contexto do novo testamento. No nascimento de Jesus, César Augusto era o Imperador, Herodes “o Grande” havia sido nomeado o Rei da Judéia. Quando Herodes morreu, seu reino foi dividido entre seus filhos: Herodes Antipas, Herodes Filipe e Arquelau, contudo, Arquelau não conseguiu manter nas regiões de Samaria, Judéia e Idumeia, e um procurador romano foi nomeado. Pôncio Pilatos foi o quinto procurador e governou região antes governada por Arquelau, porém, ele não tinha jurisdição sobre a área da Galileia e Pereia pertencentes a Herodes Antipas. Após a morte de César Augusto, seu enteado Tibério César assumiu o Império Romano. Era dele a imagem estampada na moeda sobre a qual Jesus afirmou: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus” (BÍBLIA, Lucas, 20,25). A efígie do imperador na moeda servia para tornar conhecido o rosto do seu governante.

Nessa época a situação política e a instabilidade social pairavam no ar. O poder de Roma era contrastado por agitações, inquietação popular e também pelos diversos grupos político-religiosos judeus. Apesar da ocupação, os israelitas tinham permissão para manter seus costumes e tradições religiosas, enquanto não conflitassem diretamente os interesses do Império. Desse modo, a política romana era caracterizada pelo domínio romano, mas o poder interno era exercido pelo Sinédrio o tribunal para julgamento e aplicação das leis judaicas. Cada cidade poderia ter um Sinédrio local formado por 23 membros. O grande sinédrio composto por setenta ou 71 membros era a mais elevada corte judaica. Reunia-se em Jerusalém e tinha o poder de resolver todas as questões que estavam além da competência das cortes locais. O processo e o julgamento de Jesus evidenciam a complexidade do sistema político e legal existente naquele início de século, caracterizado pela confusão entre a autoridade romana e a jurisdição religiosa judaica.

Como pode se observar, conhecer a terra de Israel da época de Jesus é importante para fazermos uma reflexão atual, na medida em que nos possibilita ver e compreender, ainda que tenha passado mais de dois mil anos, o contexto da sociedade judaica do início do primeiro século. Se não analisarmos as influências culturais daquele tempo, deixaremos de assimilar muitos feitos e obras de Jesus.

O ser humano fora criado por Deus conforme a sua imagem e semelhança, entretanto, teve sua imagem corrompida pelo pecado, pois, desobedecera ao Criador (Gênesis 3.6). O projeto inicial do Senhor era que o homem fosse feliz e vivesse imortalmente, e a própria criação usou um meio para não ter prosseguimento o plano inicial de Jeová. Daí surgiu à necessidade de restauração do ser para que houvesse uma reconciliação com Deus e isso só seria possível através de outro homem e nesse caso, humano, porém, divino. A graça de Deus que é o favor imerecido nos alcançou quando envia o Senhor Jesus Cristo na forma mais bela e mostrando ao mundo que esse é o plano do início.

O NASCIMENTO DE JESUS NO CONTEXTO PROFÉTICO

Antes da real chegada de Jesus ao mundo, houve várias profecias que é de suma importância aqui relatar. Vale a pena registrar que o primeiro a profetizar acerca da vinda de Jesus Cristo foi Deus (Jeová) ainda no jardim do Éden na ocasião em que Adão e Eva havia pecado por desobedecerem às Palavras de Deus. “E porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua semente e a sua semente; esta de ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (BÍBLIA, Gênesis 3,15).

ABAIXO SERÃO RELATADAS OUTRAS PROFECIAS DO ANTIGO TESTAMENTO:

“O povo que andava em trevas viu uma grande luz, e sobre os que habitavam na região da sombra de morte resplandeceu a luz” (BÍBLIA, Isaías 9,2).

“Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; e o principado está sobre os seus ombros; e o seu nome será Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz” (BÍBLIA, Isaías 9,6).

“Por que foi subindo como renovo perante ele e como raiz de uma terra seca; não tinha parecer nem formosura; e, olhando nós para ele, nenhuma beleza via, para que o desejássemos” (BÍBLIA, Isaías 53,2).

“Era desprezado e o mais indigno entre os homens, homem de dores, experimentado nos trabalhos e, como um de quem os homens escondiam o rosto, era desprezado, e não fizemos dele caso algum” (BÍBLIA, Isaías 53,3).

“Verdadeiramente, ele tomou sobre si as nossas enfermidades e as nossas dores levou sobre si; e nós o reputamos por aflito, ferido de Deus e oprimido (BÍBLIA, Isaías” 53,4).

“E tu, Belém Efrata, posto que pequena entre milhares de Judá, de ti me sairá o que será Senhor em Israel, e cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade” (BÍBLIA, Miqueias 5,2).

“Eis que eu envio o meu anjo, que preparará o caminho diante de mim; e, de repente, virá ao seu templo o Senhor, a quem vós desejais; eis que vem, diz o Senhor dos Exércitos” (BÍBLIA, Malaquias 3,1).

PROFECIA NO NOVO TESTAMENTO:

“E, no sexto mês, foi o anjo Gabriel enviado por Deus a uma cidade Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um varão cujo nome era José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria. E, entrando o anjo onde ela estava disse: Salve agraciada; o Senhor é contigo; bendita és tu entre as mulheres. E, vendo-o ela, turbou-se muito com aquelas palavras e considerava que saudação seria esta. Disse-lhe, então, o anjo: Maria, não temas, porque achaste graça diante de Deus, eis que em teu ventre conceberás e darás luz a um filho, e pôr-lhe-ás o nome Jesus” (BÍBLIA, Lucas, 1.26-31).

“E eu, em verdade, voz batizo com água, para arrependimento, mas aquele que vem após mim é mais poderoso do que eu; não sou digno de levar as suas sandálias; ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo” (BÍBLIA, Mateus 3,11).

“Em sua mão tem a pá, e limpará a sua eira, e recolherá no celeiro o seu trigo, e queimará a palha com fogo que nunca se apagará” (BÍBLIA, Mateus 3,12).

a) **Cânticos e profecia:** “No relato do nascimento de Jesus há duas belíssimas poesias de Maria a mãe de Jesus, e de Zacarias, o sacerdote (BÍBLIA, Lucas 1.46-55,67-79). Esses cânticos são de natureza profética e como Abraão (BÍBLIA, Lucas 1.55). Por outro lado, Zacarias afirma da mesma forma que tal visitação era o cumprimento do que Deus havia prometido na antiguidade aos profetas (Lucas 1.70). O nascimento de Jesus, não se tratava, portanto, de um evento sem nexos com a história bíblica. Foi um fato que aconteceu na plenitude dos tempos e testemunhou o cumprimento da promessa de Deus” (BÍBLIA, Gálatas 4.4), (Gonçalves, 2015, p. 7) ⁵.

b) **O espírito profético:** “Já observamos que, na teologia de Lucas, o Espírito Santo ocupa um lugar especial. Encontramos dezessete referências ao Espírito Santo no terceiro evangelho e cinquenta e quatro no livro de atos dos apóstolos. Isso é significativo se levarmos em conta que Mateus fala apenas doze vezes no Espírito Santo e Marcos seis, Lucas focaliza o revestimento do Espírito, mostrando que o dom profético, silenciado no período Inter bíblico, foi revivificado com a chegada do Messias. Não é à toa que a maioria das referências ao Espírito, nesse evangelho, ocorra nos dois primeiros capítulos que relatam o nascimento de Jesus” (BÍBLIA, Lucas 1.41-67; 2.25-27), (Gonçalves, 2015, p. 8) ⁶.

O NASCIMENTO DE JESUS DE FORMA LITERAL

A concepção de Jesus resultou de uma ação direta do Espírito Santo. Ele foi concebido no ventre da virgem Maria sem semente masculina. Isso, de modo nenhum ensina a perpetuidade da

⁵ Gonçalves, José, Jesus o homem perfeito – O evangelho de Lucas, o médico amado, 2015.

⁶ GONÇALVES, José, O nascimento de Jesus, 2015.

virgindade de Maria, nem envolvimento biológico-divino algum na encarnação que negue a virgindade da mãe de Jesus (Mateus 1.18-25).

Naturalmente, não foi fácil para José que estava compromissado em casar com Maria entender que a mesma estaria grávida e sem a menos ter contato com homem. Diante disto, ficara mais fácil acusa-la de adultério, pois, para este grave pecado também teria uma grande consequência. Para ajudar no cumprimento da profecia, Deus dá um sonho àquele que seria pai adotivo de Jesus (Mateus 1.20-23), para que ele soubesse e compreendesse que o que estava gerado em seu ventre, fora concebido pelo Espírito Santo, ou seja, uma ação divina que nunca havia acontecido na história do mundo antigo, pelo menos nenhuma menção até o momento.

Uma informação importante é que José era justo e temente a Deus e quando acorda acredita na mensagem divina, dando sequência ao plano traçado pelo Eterno.

“Jesus nasceu numa data desconhecida, que poderia ser o ano quatro antes da nossa era (antes da morte de Herodes, o Grande), ele nasceu em Belém da Judéia” (CORBIN, 2009, p. 8)⁷. Nasceu como todo ser humano de forma natural, embora com diferencial milagroso e assim teve a natureza humana aliada à Sua divindade. Foi o nascimento virginal de Cristo que tornou possível a existência da natureza humana sem a herança do pecado. Jesus foi concebido pelo Espírito Santo e assim teve a herança do pecado de Adão quebrada ao nascer. Conforme Lucas 1.35, Deus declara que Seu filho nasceria Santo.

“Jesus nasceu em Belém, ao sul de Jerusalém, mas passou a infância e juventude em Nazaré, cidade próxima ao mar da Galileia, no Norte. Belém, o lugar onde Jesus nasceu, é hoje uma região em conflito” (Guia Cristão de Leitura da Bíblia, CPAD, p. 21).

a) Ele teve um corpo humano

Veio ao mundo em carne. “No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade” (BÍBLIA, João, 1.1,14).

Ele é humano de fato, mas é sem pecado e diferente de qualquer outro ser humano. Seu significado não se encontra na comparação dele com outras pessoas, mas sim no contraste com elas e tal singularidade é especialmente vista no seu nascimento miraculoso e em sua vida sem pecado.

b) Ele teve desenvolvimento intelectual e físico

Os versículos apontam para o crescimento de um menino nas áreas física, intelectual e espiritual. “E o menino crescia e se fortalecia em espírito, cheio de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele”, “E crescia Jesus em sabedoria, e em estatura, e em graça para com Deus e os homens”. (BÍBLIA, Lucas 2,40,52).

c) Ele sentiu emoções humanas

São analisados alguns versículos, **compaixão**: “E, vendo a multidão, teve grande compaixão deles, porque andavam desgarrados e errantes como ovelhas que não tem pastor”. (BÍBLIA, Mateus 9.36), **amor**: “Disseram, pois, os Judeus: Vede como o amava” (BÍBLIA, João 11.36), **pesar**: “Jesus chorou”, “Então, lhes disse: A minha alma está cheia de tristeza até a morte; ficai aqui e vigiai comigo” (BÍBLIA, João 11.35; Mateus 26.38) e **indignação**: “Jesus, porém, vendo isso, indignou-se e disse-lhes: Deixai vir os pequeninos a mim e não os impeçais, porque dos tais é o Reino de Deus” (BÍBLIA, Marcos 10.14).

d) Ele teve desejos humanos

Ele tentou não sofrer: “E, indo um pouco adiante, prostrou-se sobre o seu rosto, orando e dizendo: meu pai se é possível, passa de mim este cálice; todavia, não seja como eu quero, mas como tu queres” (BÍBLIA, Mateus 26.39), **Obedecer**: “E aconteceu que, completando-se os dias para a sua assunção, manifestou o firme propósito de ir a Jerusalém” (BÍBLIA, Lucas 9.51).

e) Ele teve necessidades humanas

Ele sentiu fome: “E, tendo jejuado quarenta dias e quarenta noites, depois teve fome” (BÍBLIA, Mateus 4.2), sede: “Depois, sabendo Jesus que já todas as coisas estavam terminadas, para que a

⁷ CORBIN, Alan, A história do Cristianismo, 2009.

Escritura se cumprisse, disse: Tenho sede” (BÍBLIA, João 19.28), **sono**: “E eis que, no mar, se levantou uma tempestade tão grande que o barco era coberto pelas ondas; ele, porém, estava dormindo” (BÍBLIA, Mateus 8.24) e cansaço: “E estava ali à fonte de Jacó, Jesus, pois, cansado do caminho, assentou-se assim junto da fonte. Era isso quase à hora sexta” (BÍBLIA, João 4.6).

f) Ele foi reconhecido como homem

Por Si mesmo: “Porque o Filho do Homem veio buscar e salvar o quem se havia perdido” (BÍBLIA, Lucas 19.10) e também pelos outros: “Não é este o filho do carpinteiro? E não se chama sua mãe Maria, e seus irmãos, Tiago, e José, e Simão, e Judas? (BÍBLIA, Mateus 13.55; 1 Timóteo 2.5).

g) Ele foi chamado de filho

Essa palavra descreve não só descendência, mas também parentesco imediato. São três expressões diferentes no Novo Testamento: Filho de Maria: “Não é este o carpinteiro, filho de Maria e irmão de Tiago, e de José, e de Judas, e de Simão? E não estão conosco suas irmãs? E escandalizavam-se nele” (Marcos 6.3), Filho de Davi: Dizendo: Que pensais vós do Cristo? De quem é filho? Eles disseram-lhe: De Davi, disse-lhes ele: Como é então, que Davi, em espírito lhe chama Senhor, dizendo: disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos por escabelo de teus pés, se Davi, pois, lhe chama Senhor, como é seu filho? (Mateus 22.42-45) e Filho do Homem (BÍBLIA, Mateus 9.6; Marcos 2.10; Lucas 5.24).

Quando se tornou parte do ser humano, ou seja, se tornou humano, Jesus se qualificou para ser o redentor, como representante do próprio homem (Romanos 5.12,18).

Provou de tudo o que um ser humano prova: sentimentos, necessidades e limitações. Lemos em Hebreus 4.15 que por causa disso pode nos compreender melhor e demonstrar compaixão como nosso Sumo sacerdote, ou seja, alguém que é mediador do sacrifício para perdão dos nossos pecados.

Mostrou o que era ser verdadeiramente humano. Algumas vezes resistimos à ideia da humanidade autêntica de Cristo porque sempre ligamos humanidade a erro e imperfeição. Mas Jesus, assim como Adão (antes da queda), era um exemplar perfeito da humanidade sem pecado. Tornou nosso exemplo. Orou, dependeu de Deus e se sujeitou à vontade do Pai, ainda quando isso incluiu sofrimento (1 Pedro 2.21).

O Senhor Jesus Cristo, também chamado de Emanuel, foi Deus no meio de nós. Foi exemplo vivo da transcendência de Deus que veio viver no meio dos homens. Essa verdade nos dá confiança do interesse que ele tem de ainda agir em nosso meio (João 1.14).

“Jesus Cristo, que é eternamente a segunda pessoa da trindade e compartilha de todos os atributos divinos, tornou-se plenamente humano. Ao entrar no mundo como ser humano, Jesus assumiu características humanas, ainda que escolhesse voluntariamente exercer seus poderes divinos apenas de modo intermitente a fim de cumprir sua missão redentora” (IBADEP, 2005, p. 67)⁸.

A DIVINDADE DE JESUS

Muitos grupos religiosos negam a absoluta divindade de Cristo. Os teólogos modernos muitas vezes ensinam que Jesus era um grande homem, um mestre maravilhoso e um grande profeta, mas não Deus na verdade. A Bíblia ensina que Jesus é Deus. Quando se diz que Jesus é Deus, não está se dizendo que ele é o pai. Como já é de se notar, há diferenças entre o pai e Jesus, pois cada um tem seu papel.

Dentro deste estudo, observar-se que Jesus aceitava ser adorado e sendo que somente Deus deve ser adorado, pois se se adorar a criatura é um pecado chamado de idolatria.

Este estudo não tem a pretensão de expor o ato da religiosidade e nem como ela acredita a respeito da deidade de Jesus, nem tampouco, defender à bandeira teológica cristã. Igualmente, procura identificar quem foi esse homem dando ênfase à sua humanidade e divindade.

⁸ IBADEP, **Trindade**, Teologia, 2005.

O que significa divindade? Divindade é, geralmente, uma referência a um ser que está no estado de ser Deus. Ao dizer que um ser é divino, está-se dizendo que este ser possui a natureza de Deus, ou está no estado de ser Deus. A bíblia se refere a Deus como aquele que “fez o mundo e tudo que nele existe” (BÍBLIA, Atos, 17,24).

Dados e amostras da divindade de Jesus aparecem nas declarações singulares do “Eu sou” do Evangelho de João e em particular na declaração que Ele fez sobre sua existência eterna quando se confrontou com os Judeus, “Disse-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que, antes que Abraão existisse, eu sou” (BÍBLIA, João 8,58). Nele habita corporalmente toda plenitude da divindade, pois, uma vez que Ele foi o único componente da divindade a encarnar. Logo, sendo ele Santo livre de toda mácula do pecado, era digno de carregar sobre si a culpa dos nossos pecados e expiá-los. Sem um Salvador perfeito e sem pecado, não poderíamos jamais obter a redenção.

Filho de Deus ou apenas “Filho” também é um título messiânico extraído do Antigo Testamento. Todavia, ele recebe uma posição mais elevada quando usado por Jesus ou em relação a ele. Significa que Jesus possui as qualidades da natureza divina. Isso ficou bem evidente quando a voz celestial disse bem alta a Jesus, por ocasião do seu batismo, que ele era amado e depois foi reiterada na transfiguração.

“E, sem dúvida alguma, grande é o mistério da piedade: Aquele que se manifestou em carne foi justificado em espírito, visto dos anjos, pregado aos gentios, crido no mundo e recebido acima, na glória” (BÍBLIA, 1 TIMÓTEO 3.16).

Quanto mais se busca informações a respeito de Jesus de forma histórica, menos se conhece a essência dele. Pois quando se trata da humanidade é material e se consegue esses dados, porém, na esfera espiritual é necessário crê que ele é o Salvador e se entregar a eles confiando em sua Palavra e usando a fé que transpõe barreiras e é suficiente para ter paz na alma.

ATRIBUTOS DA DIVINDADE

Para ficar mais claro nosso estudo, adicionamos alguns atributos no que se refere à divindade Dele.

a) **Ele é Eterno** – Desde a fundação do mundo ele já existia com Deus pai, como por exemplo, na criação do ser humano. “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (BÍBLIA, João 1,1). Verbo aqui quer dizer *palavra*, ou seja, ele era a palavra de Deus no início desde o momento que o pai inicia o processo de criação do mundo, ordenando a ação dos movimentos nele envolvidos. Deus dizia, *haja*, pela sua da palavra e o universo era criado e começara a ter forma. Logo, se ele (Jesus), estava com Deus no início, é fácil entender que ele é Eterno.

Existe diferença entre imortalidade que é o conceito de início sem fim e eternidade que é uma condição estabelecida sem início e sem fim. Jesus é eterno.

b) **Ele é Onisciente** – Não existe como refutar a onisciência de Jesus. Quando estava na terra, houve várias ocasiões que ele sabia dos pensamentos de seus amigos, admiradores e opositores. É bem sabido que quando se tem saber absoluto, ou conhecimento infinito, foge aos poderes humanos e nesse caso somente um ser divino poderá ter esse atributo. “Agora, vemos que sabes todas as coisas, e não precisas de que alguém te pergunte; por isso, cremos que de fato, viste de Deus” (BÍBLIA, João 16,30).

O objetivo deste estudo é mostrar que não se trata de telepatia que é o ato de duas pessoas se comunicarem pela mente. Estamos falando de saber pleno, não só da mente, mas de tudo. “Jesus, porém, conhecendo os pensamentos, disse: por que cogitais o mal em vosso coração” (BÍBLIA, Mateus 9,4).

Outro texto nos faz compreender melhor: “Contudo, há descrentes entre vós. Pois, Jesus sabia, desde o princípio, quais eram os que não criam e quem o havia de trair” (BÍBLIA, João 6,64).

c) **Ele é onipotente** – Como Deus encarnado, Jesus é onipotente. Seu poder é visto nos milagres que realizou, em suas numerosas curas, na alimentação de cinco mil pessoas (Marcos 6,30-44) em acalmar a tempestade (Marcos 4,37-41) e na incrível manifestação de poderio na ocasião da ressurreição de Lázaro e a filha de Jairo (João 11,38-44, Marcos 5,35-43). A verdade que

podemos compreender sobre seu poder sobre a vida e a morte. Para enfatizar, ele tinha o poder de invocar doze legiões de anjos que poderiam livrá-lo da prisão e, conseqüentemente, da prisão. Em sua trajetória na terra ele poderia ter feito muito mais em demonstração de sua força e poder, contudo, o seu poder segue a naturalidade da sua vontade, ou seja, cumprir sua missão específica e por este motivo não poderia e não perdeu o foco.

d) **Ele é onipresente** – Ele está presente em todos os lugares. Ele mesmo disse “Porque, onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mateus 18,20). Isso comprova que ele e não somente o Deus pai está presente, mostrando a sua identidade humano e divino. Nessa ocasião ele estava se referindo a sua natureza divina e não humana.

Antes de Jesus retornar ao céu, deixou claro quanto a informação de seus atributos aos seus discípulos, porém, não revelou a todos, pois, não poderia ser entendido que ele era o messias que destronaria o império romano que na época dominava em Israel.

d) **Missão divina** – Desejada por todos os judeus, o Ungido ou Cristo, visto como descendente de Davi era aguardado como o grande libertador que resgataria a soberania de Israel. Após a prisão de João Batista, Jesus aparece pregando o Evangelho do Reino de Deus. Na verdade, essa era a principal mensagem do Mestre e mesmo de seus discípulos e apóstolos. Mensagem essa aguardada, pois se pensava que ao soar dela se acabariam todos os problemas pelo simples fato de eles serem descendência de Abraão. Os que esperavam o Messias, diziam serem filhos de Abraão, e anunciavam que seguiam os mesmos padrões de fé dele. Na verdade, todos os que eram ou são filhos do patriarca, esperavam a chegada do Filho de Deus com temor e amor.

A principal missão do Redentor era anunciar o Reino de Deus. O conceito do Reino de Deus é: Essa é uma expressão nova em relação ao novo testamento, pois nos remete a ideia de um governo ideal, teocrático que só existira no paraíso, um lugar perfeito e original onde existia plena harmonia entre a humanidade e o Criador. O Reino de Deus quer dizer reinado ou governo de Deus sobre todas as coisas, pois o pecado nos privou de desfrutar dessa governabilidade. Para que aconteça a chegada desse reino na vida das pessoas, é necessário e isso em todos os tempos, que o ser humano se submeta a égide ou direção de Deus.

Determinado no cumprimento de sua missão, até mesmo Jesus Cristo enfrentou severas dificuldades em seu caminho para fazer a vontade do Pai. Quando criança foi perseguida por Herodes que atentou contra sua vida e não poucas vezes foi ameaçado por integrantes de outras religiões que não aceitavam seus ensinamentos. Ele teve alguns embates com o próprio satanás conforme as escrituras (BÍBLIA, Mateus, 4,1-11).

A chegada de Jesus não invalidava a lei dos judeus, mas, fez com que o mesmo a cumprisse e também anunciasse o evangelho, a mensagem de Deus pela graça.

Jesus Cristo, querendo mostrar e provar a chegada do reino dos céus realiza sinais, mostrando o que significa desfrutar, ainda que de maneira passageira, de um mundo onde Deus governa de forma indistinta. Em outras palavras, os sinais efetuados por Jesus Cristo apontam para um mundo onde não há lugar para doenças, tristezas, angústias ou dor.

É preciso ter em mente que o reino dos céus ou reino de Deus não é terreno e sim do céu.

Iniciando seu ministério, Jesus escolheu doze seguidores de um grupo enorme para formar um grupo mais próximo de discípulos. Conforme ele os fez recordar posteriormente, o fato de se tornarem parte integrante desse grupo mais íntimo devia-se ao fato de ele os ter escolhido e não de terem feito uma escolha. Tinham dois propósitos principais: estar com Jesus, como seguidores e também para que eles os enviasse a pregar, como representantes de Jesus. Tinham de estar com seu mestre durante todo o seu ministério para ouvir a mensagem e aprender sua forma de viver.

UNINDO AS NATUREZAS.

Através da doutrina Cristã afirma-se que Jesus era, e é plenamente Deus e plenamente homem. Essas duas naturezas não transformam Jesus em duas pessoas e, sim, numa pessoa.

Ninguém normalmente humano teria duas naturezas se não fosse divino. Além da dos atributos apresentados, Jesus é Deus, pois para ser, não pode haver alteração de caráter, moral ou na sua forma de ser, pois sua essência é própria de si.

Analisam-se isoladamente passagens que provam tanto a humanidade quanto a divindade de Cristo. Agora é necessário analisar algumas passagens que nos dão indicação das duas naturezas atuando juntas em uma única pessoa.

Apresenta-se a primeira passagem em João 17.21-22. Nesse texto, o homem Jesus declara ser um só com o Pai. A referência nada declara sobre a humanidade de Jesus, mas o fato Dele mesmo declarar Sua divindade mostra que tinha o entendimento de que, mesmo sendo homem, possuía uma natureza em comum com o Pai, ou seja, a natureza divina.

Há dois textos importantes que requer atenção (João 3.13 e 1 Timóteo 3.16). Em João temos o uso do termo Filho do Homem (humanidade de Cristo) com a referência sobre ter descido do céu (divindade). Em Timóteo encontramos uma referência a Cristo no céu antes de Sua encarnação (contemplado por anjos – divindade), Sua encarnação como homem (manifestado na carne – humanidade) e depois na Sua ressurreição e ascensão aos céus (recebido na glória – divindade e humanidade). Os dois textos sugerem harmonia e plenitude das duas naturezas. Nem esses e nem outros textos bíblicos sugerem revezamento, contradição ou mesmo luta entre elas.

Na história da igreja, teólogos e intérpretes das Escrituras têm tentado propor soluções. Algumas delas boas, mas outras se tornaram desvios da doutrina bíblica de Cristo. O assunto é complexo, pois as duas naturezas têm características completamente opostas. Veja um resumo rápido de algumas delas.

“Quando olhamos para Jesus, vemos o pleno homem Jesus e também afirmamos que ele é Deus. O homem Jesus Cristo não somente vive através de Deus e com Deus, mas Ele mesmo é Deus. A confissão da Igreja Cristã tem sustentado que Cristo é uma pessoa que possui duas naturezas, uma divina e outra humana” (IBADEP, 2005, p. 67) ⁹. “Esse é o grande mistério da piedade, Deus manifestado em carne” (BÍBLIA 1 Timóteo 3.16).

Ele não mudou, continuou o que era, tornou-se o que não era. Eternamente Deus quando se encarnou, Jesus continuou sendo Deus e se tornou humano. Ele era verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

No Evangelho o fundamento está na afirmação de que Jesus é o divino filho de Deus e por isso alcançou a salvação para o ser humano por meio da morte dele na cruz do calvário.

Como homem ele deveria sentir dores, necessidades, se entregar para morrer por toda humanidade, para isso cumpriria assim a vontade divina.

Somente alguém divino poderia salvar perdoando pecados e não ceder a tentação para continuar sua peregrinação terrena. Ele foi o único que obedeceu e conseguiu cumprir a lei.

Como ter o nome de filho de Deus, sendo apenas, homem. Com esse nome, que era um dos vários títulos que ele tinha e tem, foi à representação real de Deus.

Foi divino o nascimento, pois, Maria não teve contato com o homem algum, porém também humano nasceu de uma mulher.

Sacerdote eterno, pois, ofereceu o sacrifício perfeito, ele próprio para a redenção da humanidade ser completa.

A MORTE E RESSURREIÇÃO DE JESUS

Jesus submeteu-se a morte e aflição de forma espontânea, humilhou-se até a morte e morte de cruz. Sua morte foi verdadeira e sem dúvida, o profeta Isaías tinha em mente o cordeiro de Deus, oferecido em lugar dos israelitas pecadores. Ele sofreu muito em sua morte. Ele foi levado ao matadouro e com muita brutalidade. Não é de admirar que a natureza envolvesse a cruz em um ambiente de trevas, cobrindo assim, a maldade dos seres humanos.

José de Arimatéia, como assim era conhecido, conseguiu liberação de Pilatos para tirar o corpo dele da cruz e leva-lo para um sepulcro em que ninguém havia sido posto. Ali puseram Jesus. Sepultar os mortos era um ato de piedade e também era comum sepultar os mortos no mesmo dia de seu falecimento e dessa forma fora sua morte e sepultamento.

⁹ IBADEP, A Trindade, 2005.

Quanto à ressurreição é válido dizer que é a ousada proclamação, ao universo de que a morte foi eficaz, que as forças do mal haviam sido conquistadas e que o triunfo vitorioso de Cristo garante nossa ressurreição no futuro.

Com muita propriedade, ressaltamos que a sua ressurreição foi corpórea e genuína, e o fez sair do estado da morte real, é o milagre de suma importância da bíblia, sobre o qual repousavam a fé e a salvação. Àqueles que não acreditam em milagres no universo tentam uma resposta para a ressurreição, inclusive, alguns negam que ele tenha morrido e afirmam que simplesmente desmaiou, recuperando-se da umidade do túmulo. Mas, Jesus meio morto, a arrastar-se para fora do sepulcro dificilmente teria inspirado os apóstolos a arriscarem suas vidas na proclamação do evangelho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todo o contexto histórico sobre Jesus Cristo Humano e Divino, concluímos, através de todos os argumentos e instrumentos utilizados neste artigo que Ele de fato existiu, pois a própria história universal comprova isso.

Ele foi enviado e ungido por Deus para exercer tudo aquilo que, através dos profetas, havia sido prometido. Logo após o início de seu ministério com 30 anos de idade, Ele recebeu um revestimento de poder, e o Espírito Santo, em forma corpórea de uma pomba veio sobre Ele. Esta unção divina proporcionou os meios para que Jesus exercesse os ministérios de profeta, sacerdote e rei.

Sendo enviado ao mundo por meio de um milagre, e vivido uma vida miraculosa, a razão central da encarnação era a sua morte. A vida e morte de Cristo foi um exemplo de amor divino e exerceram uma benéfica influência, provendo um modelo de serviço e de sacrifício.

Após sua morte, seus discípulos ficaram muito entristecidos, contudo, ao terceiro dia Ele ressuscitou (BÍBLIA João 20,1-10). A ressurreição afirma-nos que o Deus que levantou Jesus dentre os mortos, existe e, além disso, foi confirmado que de fato Jesus era o Senhor divino, pois, quem pode ressuscitar por si mesmo sem ser Deus? E, diga-se de passagem, o verdadeiro Deus.

Terminada a fase associada à humilhação e à morte, sua ressurreição e ascensão ao céu inaugura o começo de um reino de exaltação o que o coloca na categoria de Senhor das nações, do tempo, dos séculos e de todos.

O Sumo Sacerdote encontra-se agora assentado à direita de Deus no céu, o que evidencia o cumprimento das profecias e de sua missão na terra.

“E ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele. E ele é a cabeça do corpo da igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência, porque foi do agrado do pai que toda a plenitude nele habitasse e que, havendo por ele feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, tanto as que estão na terra como as que estão nos céus” (BÍBLIA, Colossenses 1,17-20).

Observa-se que a vida de Jesus é parte total da história da humanidade, tanto quanto a fundação de Roma ou a derrota de Napoleão em Waterloo. O evento pertence à história, porém o seu significado pertence à teologia.

REFERÊNCIAS

IBADEP/ **Trindade** / Teologia / 2005.

Bíblia de Estudo DAKE o **Antigo e o Novo Testamento**. Texto bíblico traduzido por João Ferreira de Almeida. Georgia, EUA: Dake Bible Sales. 1963.

Bíblia Sagrada contendo o **Antigo e o Novo Testamento**. Traduzido em português por João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

Bíblia de Estudo Pentecostal contendo o **Antigo e o Novo Testamento**. Traduzido em português por João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1995.

CORBIN, Alain / **História do Cristianismo** / 2009.

PACKER, J. I / Guia Cristão de Leitura da Bíblia. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2014.

PHEIFFER, F. Charles / **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2006.

Lições Bíblicas CPAD / **O nascimento de Jesus** / Lição 2 / 2015.

Lições Bíblicas CPAD / **Discipulando** / Lição 6,7,8 / 2015.

Lições Bíblicas CPAD / **Jesus, o home perfeito** / lição 2,5 / 2015.

Lições Bíblicas CPAD / **Jesus e o seu tempo** / lição 3,5 / 2015.

Lições Bíblicas CPAD / **O caráter do Cristão** / lição 13 / 2017.

A RELEVÂNCIA DO PAPEL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GONÇALVES COUTO LOCALIZADA NA CIDADE DE MURIAÉ – MINAS GERAIS

Lima, Geanini Augusto Pires¹⁰

RESUMO:

O presente projeto de pesquisa denominado a relevância do papel do supervisor pedagógico, visa apresentar de forma restrita a importância da função desse profissional em uma escola da rede pública de ensino localizada na cidade de Muriaé – Minas Gerais. Contudo, é imprescindível destacar que para a produção dessa dissertação foi necessária à utilização de obras de autores que abordam temáticas semelhantes com clareza e coesão como Daolio (1977) e Anjos (1988). Diante desse contexto a presente pesquisa possui os seguintes objetivos: abordar a síntese histórica da supervisão pedagógica no território brasileiro bem como deixar evidente a real importância da atuação desse profissional dentro dos estabelecimentos educacionais e por fim realizar uma entrevista com 10 profissionais do turno vespertino da escola para buscar compreender a efetividade do supervisor dentro do contexto daquele colégio, transformando os resultados em tabelas e por fim buscar tratativas para auxiliar o supervisor a melhorar consideravelmente o seu desempenho dentro do colégio, fazendo-o entender que uma de suas principais funções é atuar como ponte entre corpo docente, discente, pedagógico e família dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Supervisor. Educação. Docente. Pedagógico. Colégio

INTRODUÇÃO:

Rosa (2012) entende que o sucesso de uma equipe pedagógica em âmbito escolar está atrelado direta e indiretamente à relação entre o grupo gestor do colégio, o corpo docente, discentes e os funcionários da escola. A autora ainda destaca que o equilíbrio da relação social entre os componentes da escola aumenta o índice de atingir bons resultados no campo pedagógico o que reflete em uma melhoria contínua no processo de ensino aprendizagem dos educandos.

“ O trabalho de supervisão vai além da visão que o superior deve ter sobre o processo escolar. Ele tem a função de coordenar o trabalho de todas as pessoas envolvidas no processo pedagógico. Sua função não é de “fiscalizador” que fora construída historicamente, mas na concepção atual de supervisão escolar, seu papel é de articulador das ações técnico-pedagógicas entre professores, família, órgão central, obedecendo a um conjunto de normas, diretrizes e práticas das atividades. ” (ROSA, 2012, p.1)

Dessa forma, o tema proposto nesse artigo visa analisar de forma coerente e clara qual a importância desses profissionais nas escolas estaduais da

¹⁰ Licenciado em Ciências Biológicas e Pós Graduando em Coordenação e Supervisão Escolar pelo Instituto Souza

cidade de Muriaé – Minas Gerais, bem como deixar exposto o papel de um dos agentes mais expressivos no âmbito pedagógico, o Supervisor.

Vasconcelos (2002) afirma outrora que é evidente que podemos possuir ensino de qualidade somente com os docentes, contudo, diversas pesquisas educacionais apontam que os colégios que possuem ensinos de melhor qualidade apresentam em seu quadro de funcionários uma liderança pedagógica podendo ela ser exercida pela direção, orientação, supervisão e até mesmo a coordenação.

Diante desse cenário, o autor menciona que a atuação do Supervisor nas instituições de ensino é totalmente expressiva, pois, possuem papéis altamente significativos dentro do contexto educacional.

Alonso (2003, p.175) menciona que a supervisão possui caráter relacional e ela deve ser construída no dia a dia do colégio extrapolando as barreiras de um trabalho que se limita aos aspectos técnicos e pedagógicos, pois, essa função implica em uma tomada de ver e agir organizada e previamente planejada a partir de objetivos coesos que devem ser assumidos pelo supervisor, equipe pedagógica e gestora da instituição.

Para Vasconcelos (2002) o supervisor é responsável pela coordenação do trabalho pedagógico, portanto, deve assumir o papel de líder e responsável na mediação dos saberes entre os docentes com a proposta de trabalho para aquela escola em específico.

Diante desse contexto torna-se necessário enfatizar que a Resolução 7150/93, que norteia e define as funções dos Especialistas de Educação da rede Estadual de Ensino. Sendo elas:

Art. 1º - É papel específico do Especialista de Educação (Supervisor Pedagógico ou Orientador Educacional) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos coordenadores de área dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família. 1 - Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento da Escola [...]. 2 - Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola [...]. 3 - Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo [...] (MINAS GERAIS, 1993).

Perante a resolução fica explícito que as funções do especialista englobam o real papel prático do supervisor dentro da escola, pois, ele é o articulador do trabalho pedagógico e de todas as questões que abrangem o colégio. Através disso, fica evidente que o papel desempenado por esse profissional nos estabelecimentos de ensino é totalmente imprescindível para que a escola atinja os seus objetivos em relação ao desempenho dos discentes.

Assim sendo, o presente trabalho justifica-se pelo fato de que conforme esclarece Alonso (2003) o superviso, na atualidade, é um ser capaz de pensar e tomar atitudes inteligentes e equilibradas, além de ser uma figura que exerce liderança e possui autoridade para atuar de forma eficaz, coletiva e comprometida.

Em suma, o presente projeto teve a finalidade de entrevistar funcionários aleatórios do quadro efetivo dos colégios através de um questionário de

múltipla escolha com o intuito de recolher informações sobre como consideravam a atuação do supervisor pedagógico e qual a relevância desse agente dentro do ambiente escolar.

SÍNTESE HISTÓRICA DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO:

Com o intuito de compreender integralmente todos os processos que cercam a Supervisão Pedagógica, torna-se imprescindível realizar uma busca histórica sobre o assunto em pauta, contudo, esse tópico será limitado a realidade do território brasileiro.

Daolio (1977) afirma que a supervisão teve sua gênese devido a necessidade do controle na fábrica, com a finalidade de garantir melhor e maior produção num curto espaço de tempo. Dentro desse contexto, utilizando-se de uma visão fordista, o autor acredita que a supervisão nasce como resposta à necessidade de orientar profissionais para executarem novas funções dentro da empresa. Sendo assim, para Daolio (1977) esse papel constitui um trabalho que oportuna contribuição e permanece com a especificação das funções do administrador, como: planejar, coordenar e controlar.

Anjos (1988) menciona que o primeiro registro embasado legalmente que mencionava a respeito da função do Supervisor Escolar no território brasileiro apareceu na década de 1930, período em que os profissionais exerciam normas prescrita por órgãos superiores sendo eles chamados de orientadores do colégio, possuindo uma básica função de inspecionar o serviço dos docentes.

Ainda sob a perspectiva do autor ao findar a década de 50 ocorreu um acordo entre o país latino americano (Estados Unidos da América) com o sul-americano (Brasil) com a finalidade de implantar um programa de Assistência Brasileiro – Americana (PABAE), onde o supervisor aparecia com a função exclusiva de controlar e inspecionar.

Diante do contexto dissertado por Anjos (1988) no início da década de 70 ocorreu os estudos legais que revelavam uma ação tradicional, conservadora e estreita que era atrelada ao Supervisor Pedagógico com ênfase ainda em controlar e executar.

Diante desse cenário chega-se a conclusão que o Supervisor Pedagógico conseguiu se sustentar como atividade sistematizada que busca contribuir com o funcionamento educativo do colégio, atuando como ponte entre os diversos setores educacionais.

“ A ação supervisora passa da condição de função para a de profissão, pela mediação da ideia de supervisão. Com efeito, para que uma função seja organizada como profissão é preciso que ela seja destacada do âmbito em que opera, o que implica um processo de abstração no qual a ideia é construída. Nesse processo a função é definida, isto é, identifica-se o que é próprio dela e que a distingue das demais especificando-se os seus atributos. ” (SAVIANI, 2003, p.14)

Sendo assim, Saviani (2003) afirma que a função de supervisionar no aspecto da educativo, perpassa por diversos momentos históricos da educação, sendo que essa função era exercida direta e indiretamente por administradores ou até mesmo docentes que mal eram preparados para

executar todas as tarefas que devem ser atribuídas a profissão do supervisor pedagógico.

O PAPEL DO SUPERVISOR ENQUANTO MEDIADOR NOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS:

Conforme descreve Moreira (2012) os supervisores já foram denominados como orientadores pedagógicos ou de escolas tendo como função primordial oferecer um norte para todo o processo educacional. Ou seja, o autor esclarece que se pudéssemos simplificar e atribuir a função desse profissional em um papel mais claro podemos afirmar que o supervisor pedagógico é a pessoa que entende e ajuda a otimizar, aprimorar e melhorar todos os processos que envolvem a aprendizagem do colégio.

“ O supervisor é um profissional de visão ampla, que entende como funciona todo o processo escolar e que tem autocrítica para descobrir onde ele deve ser melhorado. Portanto, não é exagero afirmar que o planejamento feito por este profissional fará com que a sua instituição ande no caminho certo e que consiga oferecer tanto aos alunos quanto aos funcionários as melhores condições para aprender e ensinar. Para que o planejamento escolar realizado por esse profissional seja efetivo, ele deve avaliar todo o cenário da instituição e definir em quais pontos deve focar primeiro na hora de organizar a casa. ” (MOREIRA, 2012, p.1)

Moreira (2012) ainda afirma que os docentes e os responsáveis pela gestão do colégio estão sempre envolvidos com as diversas atividades que são demandadas pela instituição, dessa forma, eles nem sempre possuem tempo para organizar e/ou preparar os próximos passos e definir quais as tarefas devem ser taxadas como prioritárias.

Diante desse cenário o autor acredita que o supervisor possui força e autonomia para nortear a equipe pedagógica além de ajudar no auxílio da gestão. Dentre essas atribuições podemos destacar as seguintes:

- 1 – Supervisionar os programas da escola;
- 2 – Supervisionar o currículo e a grade da instituição;
- 3 – Supervisionar as séries;
- 4 – Cumprir o planejamento do desenvolvimento do ensino;
- 5 – Supervisionar o processo de ensino e aprendizagem;
- 6 – Orientar o processo das avaliações;
- 7 – Organizar o quadro de horários;
- 8 – Marcar, coordenar e dirigir as reuniões pedagógicas;

Além disso, é de total responsabilidade do supervisor listar as atividades do calendário da escola como: recuperação, reforço, avisos, reuniões entre outras. Moreira (2012) ainda menciona que todo esse material deve ser exposto em local estratégico para que todos os funcionários da escola tenham acesso ao que está sendo postado no muro de gestão a vista.

Por outro lado, Saviani (2003) acredita que o supervisor conheça a necessidade pedagógica dos discentes e docentes, além de oferecer atenção ao que está saindo fora do planejado, como por exemplo uma matéria em que os estudantes não estejam conseguindo se familiarizar, diante desse contexto uma ótima alternativa que surge ao supervisor é organizar grupos de estudo para reforço.

FORMAÇÃO DO SUPERVISOR: UMA AÇÃO EDUCATIVA:

Steffens (2013) menciona que na atualidade a educação passa por diversas mudanças de cunho significativo, entretanto, é necessário repensar a escola e o

quadro técnico em função das transformações que estão ocorrendo. Diante desses aspectos surge a formação do profissional.

Formação é uma palavra que possui significado remetente a processos sistemáticos de educação de profissionais.

Dalmonico (2000, p.40) aponta que o supervisor surge como facilitador de desenvolvimento de projetos coletivos na escola, sendo ele agente responsável por prática democrática que envolve corpo discente e docente.

Sendo assim, sua contribuição embasa todo o processo de ensino e aprendizagem oferecendo assoreamento aos docentes no campo das variáveis psicossociais e político, contudo, é imprescindível destacar que a formação desses profissionais possui sua gênese nas universidades, preferencialmente nas graduações do curso de licenciatura em Pedagogia ou nas licenciaturas em disciplinas específica, entretanto a complementação se concretiza no pleno e efetivo exercício dessa profissão.

A LDB de 1996 trata a formação desses profissionais no artigo 64, sendo:

“ Artigo 64 - A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação a base comum nacional. ” (BRANDÃO, 2007, p. 139).

Contudo, Steffens (2013) menciona que antes da LDB a Constituição Federal de 1988 já abordava a temática da formação no seu Artigo 206 estabelecendo que o ensino devesse ser ministrado apresentando como embasamento os princípios: “ Valorização dos profissionais do ensino”. (BRANDÃO, 2007, p.140)

Diante desse cenário, o autor acredita que a formação continuada dos profissionais atuantes na educação vem ganhando um espaço cada vez maior no contexto da política educacional.

“ Acredita-se que isso se deva ao fato de a formação continuada dos profissionais da educação representar uma das possibilidades de intervenção, pois se sabe que o trabalho, exitoso ou não, de um profissional está diretamente ligada à sua profissionalização. Esta, por sua vez, é compreendida como resultado da "formação inicial e continuada nas quais os profissionais aprendem e desenvolvem as competências, habilidades e atitudes profissionais " (LIBÂNEO, 2008, p 75).

Diante desses aspectos Steffens (2013) acredita que o investimento na formação continuada aliado à consciência política em relação a função social apresentada pelo segmento educacional deve contribuir de modo efetivo para que ocorra uma acentuação dos indicativos no cenário educativo

Dessa forma, o autor aponta que existe um consenso entre teóricos da educação que a profissionalização dos docentes e especialistas em educação deva exigir um maior profissionalismo por parte dos educadores, pois, somente assim conseguiremos atingir melhorias significativas para a educação.

Por fim, nos tópicos abaixo serão abordados a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Nessa seção serão dissertados detalhadamente todos passos que foram utilizados para aplicar a pesquisa de campo, bem como as dificuldades encontradas, possíveis soluções para melhorar a atuação do supervisor pedagógico dentro das cinco escolas entrevistadas.

Contudo, é imprescindível destacar que a natureza da pesquisa foi restrita a somente a um colégio da rede Estadual de ensino da cidade de Muriaé-Mg. Portanto, os resultados se limitam somente a essas escolas.

CRONOGRAMA:

Atividades	Ago/Set	Out/Nov	Dezembro	Jan/Fev
Introdução				
Desenvolvimento				
Elaboração da pesquisa				
Aplicação do Questionário				
Análise dos Resultados				
Conclusão do Trabalho				

MATERIAIS E MÉTODOS:

Para a desenvoltura dessa pesquisa foi necessário à utilização de um questionário. Sendo que, sua aplicação ficou restrita aos funcionários da escola, onde professores e auxiliares que prestam serviços no turno vespertino foram escolhidos pelo autor do projeto, sendo eles submetidos a responder as perguntas presentes no questionário que se encontra em anexo nesse artigo.

Diante desse contexto torna-se imprescindível destacar que o colégio se trata da Escola Estadual Professor Gonçalves Couto, localizada na cidade de Muriaé-Mg, bairro do porto, na rua Coronel Pereira Sobrinho e número 915.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Através da pesquisa de campo obtiveram-se os seguintes resultados:

Figura 1: Critérios Avaliativos Sobre Atuação do Supervisor

RELEVÂNCIA DO PAPEL DO SUPERVISOR ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GONÇALVES COUTO					
Entrevistados	CRITÉRIOS				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfatório
Prof 1					
Prof 2					
Prof 3					
Prof 4					
Prof 5					
Prof 6					
Prof 7					
Auxiliar 1					
Auxiliar 2					
Auxiliar 3					
Auxiliar 4					
Auxiliar 5					
Auxiliar 6					
Auxiliar 7					

Fonte: Próprio autor

Através da tabela ficou claro que o supervisor pedagógico que atua na Escola Estadual Professor Gonçalves Couto possui extrema relevância mediante o processo de ensino e aprendizagem e nas mediações das questões que englobam o colégio como um todo.

Pois, através do resultado das entrevistas tornou-se evidente que o corpo docente juntamente com funcionários da instituição está amplamente satisfeito com o papel que o profissional em questão vem desenvolvendo no estabelecimento.

Contudo, ainda existem aspectos onde o supervisor precisa aperfeiçoar para melhorar o seu desempenho enquanto mediador escolar, pois, ainda que possua amplo índice de satisfação, dois funcionários do colégio acreditam que podem existir melhorias na mediação entre supervisor e família do discente, portanto, classificaram suas decisões apenas como sendo boas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante de tudo o que foi exposto nessa obra fica evidente que o Supervisor Pedagógico é um profissional que possui a possibilidade, potencial e autonomia para transformar a escola deixando-a comprometida com uma proposta política com objetivos propostos e não apenas com um papel alienado e sem planejamento.

Contudo, antes de qualquer coisa, é necessário que o supervisor plante boas sementes e esteja engajado em lutas justas para conseguir melhorias para a educação.

Sendo assim, a caracterização dos aspectos de Supervisão necessita ser definidas e assumidas pelos educadores e supervisores. Pois, exercer essa função exige responsabilidade e tranquilidade.

Torna-se importante destacar que o supervisor educacional deve ser capaz de desenvolver, criar e constituir metodologias de análises que visam detectar a realidade em que ele está inserido para posteriormente elaborar estratégias de ação, sendo capaz de criar e adotar esquemas conceituais e autônomas que o permita a ajudar todo o corpo do colégio a alcançar com eficácia o processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, devemos afirmar que o supervisor possui uma função globalizadora no que diz respeito ao conhecimento através da integração dos mais diversos componentes que compõe o currículo escolar, sendo que, sem a ação de integrar o estudante acaba recebendo informações soltas que não possuem relação uma com a outra.

Portanto, acredita-se que uma das funções mais específicas do supervisor é trabalhar em prol da socialização do saber docente e discente estimulando de forma significativa a troca de experiência entre os mestres do colégio, a discussão e o modo de sistematizar as práticas pedagógicas.

Ou seja, não cabe ao supervisor impor diversos critérios ou soluções, e sim ajudar direta e indiretamente na construção de uma conscientização necessária da luta para construir uma educação libertadora no contexto e na realidade em que ele está inserido. Sendo assim, torna-se claro e evidente que o supervisor pedagógico possui uma função relevante e de destaca no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALONSO, Myrtes. **A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor**, in: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANJOS, A. **Relação entre a função de liderança do supervisor escolar e a satisfação de professores**: estudo de caso na 1ª Delegacia de Ensino de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: PUCRS, 1988.

BRANDÃO, Carlos. **LDB – Passo a Passo. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, comentada e interpretada, Artigo por Artigo**. 3 ed. Atual. São Paulo. 2007.

DAOLIO, Waldenir Agenor. **Novos rumos na supervisão**. São Paulo: Estrutura, 1977.

LIBÂNEO, Carlos. **A Avaliação Escolar**. In didática. São Paulo, 1994.

LIBÂNEO, Carlos. **Pedagogia e Pedagogos Pra Quê?** 6 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MOREIRA, Carlos. **Gestão Escolar – A Importância do Supervisor no Planejamento Escolar**. Disponível em:

<https://blog.wpensar.com.br/gestao-escolar/a-importancia-do-supervisor-no-planejamento-escolar/>> Acesso em: 06 de março de 2019.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza et al . **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

PRZBYLAKI, Edy. **O supervisor escolar em ação**. Porto Alegre: Sagra, 1991.

ROSA, Aparecida. **A Importância do Supervisor Pedagógico na Organização Escolar** Disponível em: <<http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/192396/A++import%C3%A2ncia+do+supervisor+pedag%C3%B3gico.pdf>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2019.

SAVIANI, Dermeval. **A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia**, in: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Supervisão para uma escola de qualidade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

STEFFENS, Karina. . **A Importância da Supervisão Escolar**. Disponível em: <<http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com/2015/01/a-importancia-da-supervisao-escolar.html>> Acesso em: 06 de março de 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002. 213 p.

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO À GESTANTE QUANTO A AMAMENTAÇÃO NO TRABALHO

Ignácio, Ione Cavalcante¹¹

RESUMO

Nos dias atuais, a frequência e durabilidade com que as mães ofertam o leite materno a seus filhos vêm contrariando o esforço dos profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros no incentivo ao aleitamento materno. Este índice eleva-se quando a mulher tem que retornar ao mercado de trabalho. Este estudo tem por objetivo descrever as ações do enfermeiro do trabalho na orientação à gestante quanto à amamentação após o retorno ao trabalho. Trata-se de uma revisão de literatura com o intuito de descrever as ações do enfermeiro do trabalho na orientação à mulher no que tange à amamentação após o seu retorno ao trabalho. Conclusão: O aleitamento materno após o retorno ao trabalho é possível e o enfermeiro pode e deve incentivar e orientar as mães trabalhadoras a manterem o aleitamento materno a seus filhos.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermeiro. Trabalho. Amamentação.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a frequência e durabilidade com que as mães ofertam o leite materno a seus filhos vêm contrariando o esforço dos profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros no incentivo ao aleitamento materno. Este índice eleva-se quando a mulher tem que retornar ao mercado de trabalho (BRASILEIRO et al, 2012).

Por lei, a puérpera tem o direito a licença maternidade de 120 dias, equivalente a quatro meses quando a mesma trabalha em regime celetista. Quando a mulher é servidora pública tem direito a seis meses de licença maternidade (BRASIL, 2008).

Brasileiro e colaboradores (2012) afirmam que a prática de amamentar é uma experiência que exige tempo e dedicação por parte da mãe e aumenta o seu vínculo afetivo com seu filho. Contudo, a necessidade no que tange às questões financeiras faz com que a mulher retorne para o trabalho e isto compromete a amamentação do recém-nascido. Muitas gestantes não sabem como proceder nesta situação.

Hoje, um dos grandes desafios do profissional de saúde, e da equipe multiprofissional, para alcançar os objetivos dos projetos e programas de incentivo ao aleitamento materno, reside na dificuldade de compreender os reais motivos pelos quais muitas mulheres deixam de amamentar seus filhos (BRASILEIRO et al, 2012).

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura com o intuito de descrever as ações do enfermeiro do trabalho na orientação à gestante no que tange à amamentação após o seu retorno ao trabalho.

¹¹ 1Enfermeira. Pós-graduanda em Enfermagem Obstétrica pelo Instituto Souza. Email: <ione.cavalcante@hotmail.com>.

Lakatos e Marconi (2010) afirmam que a revisão de literatura serve para fornecer ao pesquisador embasamento teórico, a fim de que o mesmo possa ter subsídios necessários para a conclusão de uma análise crítica e consistente do tema abordado.

Para a fundamentação teórica deste estudo buscou-se artigos científicos publicados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), assim como em sites como *SciELO* e *Bireme*. Como critério de inclusão, os artigos escolhidos foram publicados no idioma português, no período de 2008 a 2019, salvo as publicações de livros publicadas em anos anteriores ao período escolhido. Tendo como palavras-chaves: enfermeiro, trabalho, amamentação.

ALEITAMENTO MATERNO

O aleitamento materno nos primeiros meses na vida de um recém-nascido é fundamental para seu desenvolvimento físico, nutricional, além de que aumenta o vínculo com sua mãe. Mesmo nos dias atuais, onde diversos meios de comunicação e políticas públicas voltadas para o incentivo a amamentação, o índice de mães que não ofertam este alimento a seus filhos vem crescendo (BUENO, 2013).

Isto acontece por diversos motivos. Segundo Bueno (2013) existe diversos programas que estimulam a amamentação exclusiva aos recém-nascidos. Contudo, a realidade financeira de algumas mulheres pode influenciar na sua decisão em amamentar ou não, visto que muitas mulheres estão no mercado de trabalho e muitas delas são as únicas fontes de renda de sua família.

A garantia da saúde da criança em países em desenvolvimento como o Brasil é uma das metas mais importantes da sociedade, onde a desnutrição e a mortalidade infantil representam problemas de saúde pública de grande relevância, o aleitamento materno constitui medida fundamental de proteção e promoção da saúde infantil. O leite materno atende plenamente aos aspectos nutricionais, imunológicos, psicológicos e ao crescimento e desenvolvimento adequado de uma criança no primeiro ano de vida, período de grande vulnerabilidade para a saúde da criança (ABDALA, 2011 apud BUENO (2013, p.13)).

De acordo com Mangabeira (2014), o índice de mães que ofertam leite materno aos seus filhos nos primeiros meses de vida no Brasil é considerado insatisfatório devido a vários motivos. Um deles é o retorno precoce ao trabalho. Muitas mulheres não recebem informações sobre seus direitos no que tange a amamentação nem em seu ambiente de trabalho e nem nas unidades de saúde e/ou consultórios particulares.

O leite materno contém todos os nutrientes necessários para um bom desenvolvimento ao lactente, sem necessidade de água ou introdução de outro tipo de alimento, desde que o seja alimento exclusivo. A Organização Mundial de Saúde incentiva todas as mães a amamentarem seus filhos, contudo, as mesmas devem ser preparadas no decorrer de toda a gestação (MANGABEIRA, 2014).

O leite humano é um composto de nutrientes, enzimas, hormônios, fatores de crescimento essenciais para um recém-nascido. As mamas produzem 4 tipos de leite: colostro, leite de transição, leite maduro e leite pré-termo segundo Bordalo (2008).

O colostro encontra-se nas células alveolares. Manifesta-se na mulher nos últimos meses de gravidez e é o líquido ingerido pelo recém-nascido logo

após o parto e os primeiros dias de vida. Contém vitamina A, zinco, eletrólitos, imunoglobulinas e peptídeos antimicrobianos. Tem por objetivo além de alimentar o bebê, atua no desenvolvimento do sistema imunológico e maturação do trato gastrointestinal (BORDALO, 2008).

O leite de transição apresenta alterações tais como: menor concentração de imunoglobulinas, porém apresenta aumento de aporte calórico e lipídios. O leite maduro é a continuação do leite de transição, seguindo para o leite maduro. O leite materno tem 88% de água concomitante com proteínas, lipídios, vitaminas, carboidratos (SILVA, 2014).

A prática da amamentação exige paciência e dedicação por parte da mãe. Muitas mulheres apesar de estarem preparadas para a amamentação, não conseguem realizar tal gesto devido a problemas com as mamas, como veremos a seguir (CAPUCHO et al, 2017).

OBSTÁCULOS PARA A AMAMENTAÇÃO

Embora a sociedade brasileira tenha conhecimento sobre a importância do aleitamento materno para o bem desenvolvimento de um recém-nascido, o índice de amamentação vem declinando no decorrer do tempo. Essa realidade ocorre por diversos fatores, pois, a decisão de amamentar é complexa. Como é um processo que aumenta o vínculo da mãe com o seu filho, o ato em si deve ser em um ambiente calmo e tranquilo, sem a interferência de familiares e amigos (CAPUCHO et al, 2017).

Capucho e colaboradores (2017) afirmam que muitas mulheres sofrem influências negativas quanto à amamentação. Outro fator importante que atrapalha a amamentação é quando a mulher apresenta o quadro de depressão pós-parto, ou torna-se ansiosa e angustiada quando encontra dificuldade para amamentar seu filho.

A mulher deve ser orientada durante todo o pré-natal sobre o preparo quanto à amamentação, pois nos primeiros dias, muitas mulheres queixam de lesões nos mamilos e pega incorreta do bebê, provocando dor na mãe. Problemas como bicos invertidos, curtos; sem falar em bebês que apresentam disfunção oral dificultando a sucção, e conseqüentemente, a amamentação (BRASIL, 2009).

Essas são algumas dificuldades físicas encontradas pelos profissionais de enfermagem que trabalham com orientação a amamentação. De acordo com Brasil (2009), algumas dificuldades patológicas colaboram com o insucesso do aleitamento materno.

Dentre as dificuldades encontradas estão estas: ingurgitamento mamário. O ingurgitamento fisiológico não precisa de intervenção. Entretanto, o ingurgitamento patológico pode vir a desencadear compressão dos ductos lactíferos, impedindo a saída do leite. O acúmulo de leite faz com que as mamas sofram pressão e o leite fica "empedrado", provocando dor e desconforto na mãe (SILVA, 2014).

Brasil (2009) afirma que a Candida SP é um tipo de infecção que pode atingir as mamas, em decorrência da lesão dos mamilos, uso de antibióticos, uso de chupeta pelo bebê. A chupeta costuma ser o alvo transmissor do fungo para a mãe. As mamas passam a apresentar sintomas tais como: prurido, fisgadas nos mamilos.

A mastite também é um dos problemas que surgem para dificultar o ato de amamentar. Nada mais é do que processo inflamatório de uma ou ambas

as mamas, que pode evoluir para uma infecção bacteriana. Alguns fatores favorecem o surgimento da mastite, como: excesso de leite; esvaziamento incompleto das mamas; uso de mamadeiras; mamadas com horários regulares (BRASIL, 2009).

Conforme Silva (2014) existe fatores não físicos e sim emocionais que interferem de forma negativa no que concerne a amamentação. A insegurança é um fator emocional que atrapalha o aleitamento materno, visto que muitas mulheres acreditam não ter leite suficiente para alimentar seu bebê.

Esta insegurança é reforçada pelas pessoas que estão envolta da mãe falando que a mesma não tem leite, induzindo-a a ofertar a mamadeira. Isto aumenta a vulnerabilidade da mãe que muitas vezes acaba interrompendo a amamentação segundo Junges e colaboradores (2010).

Todos os fatores citados acima servem como obstáculos para que a mulher não sinta-se preparada para o ato de amamentar, visto que acima de tudo necessita de um ambiente favorável, apoio familiar como incentivo. Outro fator importante: a ausência de conhecimento sobre o que é aleitamento materno, como acontece o processo, as fases do leite, a pega correta do bebê, o tempo de cada mamada, o aleitamento a livre demanda são pontos cruciais, que muitas mulheres não têm noção de como ajuda após o parto (CELESTE, 2014).

Outra questão é a preocupação com o retorno ao trabalho, como será esse retorno, quem ficará com o filho. Isto gera mais angústia e preocupação atrapalhando um momento tão importante que é a sua relação com seu bebê. A maioria das mulheres tem duvidas quanto a lei brasileira em relação a licença-maternidade e aleitamento materno, como veremos a seguir. (CELESTE, 2014).

LEI BRASILEIRA FRENTE À AMAMENTAÇÃO

A prática da amamentação deve ser estimulada desde o momento que a mulher descobre que está grávida. Contudo, muitos gestores de empresas não tem a concepção da importância de tal ato para um recém-nascido e sua mãe. Hoje em dia, muitas destas empresas têm um serviço médico instalado e uma medicina do trabalho atuante, com a presença de um profissional de enfermagem. Seja um técnico em enfermagem, seja um enfermeiro (SILVA, 2014).

A amamentação é uma das dimensões de cuidado contínuo, cuja natureza intimamente familiar não pode ser suprida pela atuação do Estado. Embora historicamente a prática do aleitamento tenha sido atribuída a mulheres fora do círculo familiar, a amamentação é reconhecida como uma relação exclusiva entre a mãe e sua criança. Em que pese o necessário papel do poder público, na garantia e proteção à amamentação, a família desempenha papel central e indispensável na dinâmica de proteção à criança (LIMA; LEÃO ALCÂNTARA, 2014, p. 70).

Conforme a lei brasileira, a mulher tem direito a manter-se no emprego desde o momento da concepção até cinco meses após o parto. No art. 209 diz que a mulher empregada tem o direito de uma hora de descanso ou meia hora em dois descansos, durante sua jornada de trabalho, com o

intuito de amamentar seu filho. Algumas empresas liberam a funcionária uma hora mais cedo, ou a mesma chega ao local de trabalho uma hora mais tarde (BRASIL, 1988).

Uma empresa ao ter um profissional desta competência faz com que pensemos em medidas preventivas de saúde ao trabalhado. Pensando no bem-estar das mães trabalhadoras, conforme a Consolidação das Leis de Trabalho no art. 389, as empresas têm que garantir um local para que as mães possam amamentar seus filhos (BRASIL, 1988).

Em âmbito infralegal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, por meio da Portaria MS/ANVISA nº 193/10, a nota técnica conjunta nº 01/2010 Anvisa e MS, para orientar a instalação de salas de apoio à amamentação em empresas públicas ou privadas e a fiscalização desses ambientes pelas vigilâncias sanitárias locais. Condições adequadas de amamentação no local de trabalho estão entre os fatores favoráveis à decisão das mães de continuarem amamentando, quando retornam ao trabalho (LIMA; LEÃO ALCÂNTARA, 2014, p. 80).

Neste aspecto entra o papel do enfermeiro no que tange ao incentivo ao aleitamento materno a mãe, mesmo após o retorno ao trabalho, garantindo uma alimentação adequada e saúde para o bebê, além de manter o vínculo mãe-bebê (CELESTE, 2014).

PAPEL DO ENFERMEIRO DO TRABALHO FRENTE À AMAMENTAÇÃO NO TRABALHO

As primeiras horas após o parto são de extrema importância na relação mãe-bebê, visto que é nesta ocasião, em que estabelece-se o primeiro contato entre os dois, através da lactação (BUENO, 2013).

Neste momento faz-se necessário a figura do profissional enfermeiro, pois o mesmo está apto a identificar todo e qualquer obstáculo que possa vir a atrapalhar, o processo de aleitamento materno, tanto por parte da mãe quanto do bebê (CELESTE, 2014).

As primeiras dificuldades surgem logo após o parto, em que a mulher encontra-se fragilizada e cansada. Ou pelo trabalho de parto ou pelo efeito anestésico, proveniente do parto cesariana. Com isto, o enfermeiro deve ser o profissional a auxiliar esta mãe dando-lhe apoio, para que a mesma possa amamentar seu filho imediatamente. Através deste auxílio, a mulher terá condições de ofertar o leite materno ao seu bebê durante sua licença-maternidade (BUENO, 2013).

Porém, após o término da licença-maternidade, muitas mulheres lidam com a questão do retorno ao trabalho e como ficará a amamentação. Seguindo a lei brasileira, as empresas devem investir na criação de espaços específicos, para as mulheres amamentarem seus filhos no ambiente de trabalho (MAGALHÃES, 2016).

Na concepção de Magalhães (2016), o enfermeiro do trabalho deve orientar as mães no que concerne a retirada correta do leite e seu armazenamento em casa, visando dar condições de ofertar o mesmo ao bebê quando estiver trabalhando. Outra pessoa terá meios de oferecer este leite sem qualquer problema, seja no copinho ou chuquinha.

O enfermeiro pode orientar a futura mamãe a iniciar o estoque de leite 15 dias antes do seu retorno ao trabalho. A ordenha é feita de forma manual ou com auxílio de uma bombinha. Para realizar a ordenha, a mãe deverá lavar

bem as mãos e braços até os cotovelos em água corrente e sabão. Os cabelos deverão estar cobertos evitando que caia algum fio dentro do recipiente onde ficará o leite (MAGALHÃES, 2016).

Os recipientes devem ser lavados e fervidos. Depois colocados para ser naturalmente em panos limpos. Após esse processo, a mãe será orientada pelo enfermeiro a retirar o leite, fechar o frasco, anotar a data e a hora da coleta no frasco preenchido e guarda-lo na geladeira. A validade varia de 24 horas a 15 dias (MAGALHÃES, 2016).

Para descongelar o leite materno, a mãe deve retirar o frasco da geladeira e colocar em banho-maria desligado. Basta ferver um pouco de água, desligar e colocar o frasco com o leite coletado. O melhor mesmo é que a mãe retire o leite pela manhã, assim será mais fresco. Mas também pode realizar a ordenha durante o expediente, em sua hora de folga ou no momento de seu almoço (CELESTE, 2014).

O mais importante de tudo é que o enfermeiro deve estimular a mãe a continuar a amamentação em casa, pois sabe-se que quanto mais o bebê alimentar-se do leite materno, mais leite a mãe produzirá. Desta forma, o bebê receberá essa fonte de alimento por mais de seis meses, ajudando-o a tornar-se mais saudável e evitando complicações futuras que possam colaborar com o afastamento de sua mãe ao trabalho (CELESTE, 2014).

METODOLOGIA

Este estudo apresenta-se como uma revisão de literatura no que tange a descrever as ações do enfermeiro do trabalho na orientação à gestante quanto à amamentação, após seu retorno ao trabalho.

Lakatos e Marconi (2010) afirmam que a revisão de literatura consiste em um meio para que o pesquisador tenha um desconhecimento mais amplo sobre o assunto escolhido, com o intuito de formar uma opinião concisa sobre o tema abordado.

Os artigos utilizados para o embasamento teórico deste estudo foram extraídos de sites científicos como Bireme, publicados em idioma português nos últimos 10 anos, tendo como palavras-chaves: enfermeiro, trabalho, amamentação.

RESULTADOS

Segundo Mangabeira (2014), o leite materno é o melhor alimento que uma mãe pode oferecer ao seu filho em seus primeiros meses de vida, visto que é um alimento completo em nutrientes. Porém, muitas mulheres desistem do ato de amamentar em consequência de diversos fatores.

Dentre estes fatores estão inclusos problemas com bico invertido, problemas como as fissuras e mastites, falta de apoio familiar quanto ao ato de amamentar, incentivo por parte de familiares da introdução da mamadeira e retorno precoce ao trabalho (BRASIL, 2009).

As condições financeiras da mãe e/ou família em geral colaboram com o retorno ao trabalho em tempo mais curto. A mulher empregada em regime celetista tem 120 dias de licença maternidade, enquanto que a mulher que é servidora pública tem 180 dias. Ou seja, tem uma vantagem no que concerne ao tempo de dedicação ao seu filho e principalmente quanto à amamentação (BRASIL, 1988).

Os enfermeiros e profissionais de enfermagem que atuam em saúde pública e enfermagem do trabalho devem apoiar a iniciativa do aleitamento no ambiente de trabalho, visando um índice menor de afastamento por parte das mães em consequência da introdução precoce da mamadeira e seus efeitos negativos como o surgimento de alergias nos lactentes; índice de infecção intestinal devido à má higienização das mamadeiras, pois ao ter certeza da saúde de seu filho, a mulher não afasta-se do seu trabalho e seu desempenho é muito melhor (CELESTE, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aleitamento materno conforme a literatura estudada é o melhor e mais completo alimento que uma mulher pode proporcionar ao seu bebê, nos primeiros seis meses de vida do recém-nascido.

Infelizmente muitas mulheres não têm este conhecimento e por diversos motivos abandonam a prática da amamentação e/ou nunca tentam amamentar seus filhos. Dentre os motivos para a ocorrência do desmame precoce é o retorno ao mercado de trabalho em consequência de dificuldades financeiras.

O enfermeiro do trabalho que atua na promoção a saúde dentro de uma empresa deve proporcionar a mulher trabalhadora as informações necessárias, no que tange a amamentação, a pega correta do bebê, o tempo de cada mamada, orientar a mãe quanto aos seus direitos por lei em relação à licença-maternidade e seu retorno ao trabalho, além da forma de retirar e armazenar seu leite, a fim de que seu filho possa alimentar-se dele enquanto a mesma encontra-se no trabalho.

O enfermeiro está apto a orientar o gestor da empresa quanto à necessidade de realizar a instalação de um ambiente propício para as mães que ainda amamentam ou que pretendem amamentar após o retorno ao trabalho. Visto que a mãe trabalhadora evitará faltar o serviço e beneficiará quanto à saúde do bebê, evitando o afastamento da funcionária.

Conclui-se que o aleitamento materno após o retorno ao trabalho é possível e o enfermeiro pode e deve incentivar e orientar as mães trabalhadoras a manterem o aleitamento materno a seus filhos.

REFERÊNCIAS

BORDALO, J. D. **Aleitamento Materno: relactação e lactação induzida.** 2008. Disponível em: <http://www.fcsaude.ubi.pt/thesis/upload/118/724/joanabordalo_aleitam.pdf>. Acesso em abril 2019.

BUENO, K. C. V. N. A importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade para a promoção de saúde da mãe e do bebê. 2013. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4276.pdf>>. Acesso abril 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** *Constituição [da] República Federativa do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASILEIRO, A.A.; et al. A amamentação entre filhos de mulheres trabalhadoras. 2012. **Rev Saúde Pública** 2012;46(4):642-48. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/200120/1/pmed_22832805.pdf>. Acesso abril 2019.

CAPUCHO, L. B.; et al. Fatores que interferem na amamentação exclusiva. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, 19(1): 108-113, jan-mar, 2017.

CELESTE, L. A. **Aleitamento materno: orientações para puérperas.** 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172940/LUCR%C3%89CIA%20ALVES%20CELESTRE%20-%20MATERNO%20%20TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso junho 2019.

JUNGES, C. F; et al. Percepção de puérperas quanto aos fatores que influenciam o aleitamento materno. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, 2010.

LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica** - 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, M. S. O.; LEÃO, T. M.; ALCÂNTARA, M. A. R. Proteção legal à amamentação, na perspectiva da responsabilidade da Família e do Estado no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, v. 14, n. 3, 66-90.2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v14i3p66-90>>. Acesso maio 2019.

MAGALHÃES, G. Como organizar a amamentação na volta ao trabalho. 2016. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/VOCE-E-A-MELHOR-MAE/noticia/2016/06/como-organizar-amamentacao-na-volta-ao-trabalho.html>>. Acesso junho 2019.

MANGABEIRA, S. B. **Benefícios e importância do aleitamento materno.**

Disponível em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4610.pdf>>.

Acesso maio 2019.

SILVA, N. M. D. **Enfermagem na assistência à mulher com dificuldade de amamentar.** 2014. Disponível em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4693.pdf>>.

Acesso maio 2019.

A BASE DE CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA INCIDENTE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO DA CIDADE DE CAXIAS DO SUL – RS

Silva, Keila Graciele Teles da¹²

RESUMO

O presente artigo objetivou analisar a base de cálculo das taxas incidentes sobre a utilização de veículos de divulgação, bem como sua constitucionalidade. Para tanto, serão levantados os aspectos gerais sobre princípios tributários Constitucionais, entendendo o conceito de taxa de licença. A seguir questionou-se a legalidade de se utilizar a metragem quadrada como base de cálculo da taxa de licença, constatando que esta forma de aferição da exação tributária é legal ou ilegal. Adotou-se na pesquisa a metodologia referencial bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e legislação municipal e nacional que versam a respeito do assunto escolhido.

PALAVRAS-CHAVE: Taxa. Base de Cálculo. Veículo de Divulgação. Constitucionalidade. Razoável Equivalência.

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende analisar a legalidade da base de cálculo instituída para efetivar a cobrança da taxa dos contribuintes que se utilizem de veículos de divulgação na Cidade de Caxias do Sul - RS. A matéria ganhou importância a partir da regulamentação do uso dos veículos de divulgação, pela Lei Complementar nº 412, de 12 de junho de 2012. Em razão dessa nova atividade que passou a ser efetivada pelo Município de Caxias do Sul, inseriu-se pela Lei Complementar nº 501/2015, os elementos para a cobrança da taxa de licença, incidente sobre os veículos de divulgação, no Código Tributário da Cidade, Lei complementar nº 12, de 28 de dezembro de 1994.

Dentro desse contexto, Moraes (1968, p. 70) entende que: “A taxa objetiva remunerar atividade estatal dirigida ao contribuinte.” Em seguida, o referido Autor sustenta que a taxa encontra-se vinculada ao uso de um serviço público, ou à sua disponibilidade, sendo devida àquele contribuinte que recebeu determinada atividade específica (MOREAES, 1968, p. 70).

Por definição, as taxas aplicadas sobre veículos de comunicação visual, podem ser classificadas, como taxas para o exercício regular do poder de polícia do Município, pois conforme Moraes (1968, p. 94), esse poder se presta ao seguinte:

Eis o “exercício regular do poder de polícia”.

Esse exercício regular do poder de polícia, eu tem por fim assegurar o bem-estar geral, através de ordens ou proibições, é um dos fatos geradores genéricos da taxa. No exercício de certas atividades, em decorrência de suas atribuições, o Poder Público, para exercer seu poder de polícia, pode exigir taxas para atender a certos cursos.

Não se discute a necessidade, bem como a possibilidade de o Município instituir a taxa de publicidade, contudo, o que se esta a estudar, é a legalidade da base de cálculo eleita para a aferição do tributo ora em comento, qual seja, a metragem quadrada do anúncio, multiplicado por 50% da VRM.

A importância desse estudo atende a uma dúvida de todos os comerciantes da Cidade, dentre estes àquelas empresas que exploram somente esta atividade, de locar seus espaços para o anúncio de outras empresas. Logo, de vital importância, especialmente

¹² Graduada em Direito e Pós-graduanda em Direito Tributário pelo Instituto Souza.

neste momento atual da história, em que a recessão toma o país, mostrando-se relevante, para estas empresas, a recuperação de um tributo cobrado indevidamente. Entendendo que a taxa deve possuir valor que seja razoável ao serviço prestado ao contribuinte, a dúvida é plausível ao questionar se o tamanho do anúncio implica em um serviço diferenciado por parte da municipalidade, a fim de que se justifique a cobrança por uma taxa maior.

Ao estabelecer a fórmula de metragem quadrada, para o cálculo da referida taxa de licença, dúvidas relevantes surgiram com relação à sua legalidade, haja vista as taxas indicarem uma relação de troca entre o Estado e o contribuinte, pois o contribuinte troca o serviço público específico e divisível, concernente ao exercício do poder de polícia. Diante disso, se pretende provar a legalidade ou não dessa forma de calcular a taxa incidente sobre os veículos de divulgação dessa Cidade, sob a ótica dos princípios norteadores do direito tributário, contidos principalmente na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Essa troca de um serviço por uma atividade necessária ao contribuinte deve obediência ao se chamou de razoável equivalência (FERNANDES, 2000, P. 83-84), no qual o serviço a ser prestado à população deve ser razoável com o custo do serviço realizado.

Para entender a legalidade ou não da base de cálculo atribuída à taxa incidente sobre os veículos de divulgação nesta Cidade, pretende-se fazer uso da pesquisa qualitativa com característica jurídico-dogmático, com uso do método interpretativo sistemático, bibliográfico, com consulta a fontes legislativas e jurisprudenciais.

O trabalho será desenvolvido com a exploração legal Constitucional, bem como fazendo uso dos princípios norteadores do direito tributário encontrados na Constituição Federal e Código Tributário Nacional, embasando os argumentos traçados com o estudo de doutrinadores renomados, bem como confirmando com a pesquisa da jurisprudência aplicada sobre o assunto debatido.

A BASE DE CÁLCULO E SUA CORRELAÇÃO COM O SERVIÇO PRESTADO PELA MUNICIPALIDADE

A taxa incidente sobre os veículos de divulgação na cidade de Caxias do Sul – RS, esta regulamentada no Código Tributário dessa Cidade, pela Lei Complementar nº 501/2015, que incluiu o inciso III do Art. 118, bem como inseriu a tabela 05 o item 2, à Lei Complementar nº 12, de 28 de dezembro de 1994.

A regulamentação da taxa de licença para utilização de veículos de divulgação, previu que a incidência dessa, decorre do poder de polícia, devendo ser exercido em relação a qualquer atividade, que pretende restringir uma liberdade pessoal (art. 117, parágrafo único e art. 118, III, da LC nº 12/1994).

Na sequência da Lei Complementar nº 12/1994, no art. 121, traz o seguinte:

As taxas de licença ambiental terá seu valor apurado de acordo com a natureza da atividade ou do ato praticado, serão calculadas em conformidade com as tabelas respectivas, anexas a este Código.

Nessa tabela extraiu-se que o cálculo da taxa de licença para o uso de veículos de divulgação será 50% da VRM do Município, multiplicado pela metragem quadrada do veículo de divulgação, trazendo as suas variedades existentes, e ainda elencando as isenções aplicáveis.

As taxas instituídas pelos Municípios, assim como para os demais entes da federação, devem observância aos princípios e às normas tributárias que regulam essa matéria, pois estas definem o limite para os legisladores ao editarem normas tributantes, conferindo, dessa forma, garantias aos cidadãos, de que os tributos serão cobrados de

forma justa e equânime a todos, sem o qual haveria o abuso de direito e com isso a ilegalidade de sua cobrança.

Logo, a Constituição possui papel fundamental nesse grande limitar inicial, de forma que nela está contido todos os principais elementos que os tributos devem possuir, bem como todos os princípios que devem observância, para que a legalidade seja mantida.

O Art. 145, II, da Constituição Federal, assim como o Art. 77, do Código Tributário Nacional, diz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir as taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Assim como, o Código Tributário, em seu art. 3º, refere que: "toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada" (Lei nº 5172, de 25 de out. De 1966).

Os princípios encontrados na Constituição Federal são limitadores do poder de tributar do Estado, dentre os quais está o princípio da legalidade, anterioridade, da igualdade, da capacidade contributiva, da vedação ao confisco, indelegabilidade da competência tributária, da não limitação do tráfego de pessoas ou bens, da irretroatividade da lei tributária da não discriminação tributária, basicamente encontrados no art. 150 e seguintes da Carta Magna. (CARVALHO, 2000, p. 10-11)

Os princípios limitadores do poder de tributar do Estado são reforçados por Moraes (1968, p. 57-58), ao reforçar que "A inobservância de tais princípios torna a taxa inconstitucional e, portanto, inexigível".

Observados esses princípios basilares, para serem legais, as taxas devem, ainda, conter alguns requisitos, que é a prestação de um serviço/atividade pelo ente Estatal, de forma direta e dirigida a um contribuinte específico (CARVALHO, 2000, p. 10), que no caso em estudo decorre do poder de polícia, em razão de limitar o uso irrestrito de veículos de divulgação, logo, a licença solicitada ao ente Municipal se presta a verificação do atendimento dos limites quanto ao tamanho e conteúdo de tais divulgações.

Em essência, a instituição de taxa deve conter o fato gerador, nesse caso, o exercício do poder de polícia, consistente no serviço prestado ao particular, de caráter vinculado (CARVALHO, 2000, p. 40-41), ou seja, será devida a taxa na medida em que o Município preste sua atividade de fiscalizar a utilização dos veículos de divulgação.

Na análise da Lei Complementar 12/1994, art. 118, III, indica o fato gerador; no art. 120 é descrito o sujeito passivo, obrigado ao pagamento da taxa, e o art. 121 traz a base de cálculo, ainda que de forma genérica, indicando que a tabela 5 irá atribuir valores e forma de cálculo.

Na referida tabela são listados os tipos de veículos de divulgação e, quando da sua cobrança, incidirá em 50% da VRM multiplicada pelo metro quadrado do anúncio, de forma anual.

Contudo, importante fazer a análise pela ótica do princípio da razoabilidade, para a conclusão da adequação da base de cálculo adotada pela municipalidade, permitindo assim, fazer uma relação entre o serviço prestado e o valor instituído pela taxa.

Nesse linear, exemplifica-se para tornar palpável o entendimento, o serviço de fiscalização efetivado pelo ente municipal é o mesmo no caso hipotético de uma empresa como um painel de anúncio de 30m², e outra empresa com uma placa de 10m².

Diante disso, Janczeski (2002, p. 33) expõe a existência, como não poderia ser diferente, de duas correntes para solucionar esse problema, conforme se observa:

Duas grandes correntes procuram regular o valor da taxa. Uma defende a fixação do quantum, em elemento irrelevante para a conceituação de sua hipótese de incidência, inserindo-se inadmissível exigir-se equivalência entre o valor da taxa e o custo da prestação do Estado. Outra defende uma razoável equivalência entre o valor da taxa e a necessidade financeira do serviço público correspondente.

A primeira corrente (JANCZESKI, 2002, p. 33) sustenta não ser possível a correspondência entre o valor da taxa e o custo do serviço executado pelo Estado, sustentando que a fixação do seu valor, observaria a uma política com finalidades fiscais ou extrafiscais, sendo limitado unicamente pela vedação ao confisco, justificando haver uma dificuldade na apuração do custo efetivo desse serviço fiscalizatório, pois não haveria fórmula para que a taxa guarde correspondência com o contribuinte.

Por outro lado Janczeski (2002, p. 33-34) conduz as explicações com relação a possibilidade e necessidade de que a taxa guarde relação com o seu custo para a administração pública, conforme se denota do trecho a seguir:

A segunda teoria entende que, apesar de não se exigir limitação da taxa ao exato custo do serviço, impositiva a presença da razoável equivalência. Este princípio vem sendo acolhido pela jurisprudência argentina e uruguaia, exigindo-se uma proporção razoável entre o produto da taxa e o seu custo total, coibindo-se taxas que o arrecadado exceda notoriamente aos gastos que o serviço demanda. Esta teoria vem sendo majoritariamente acolhida na América Latina, entendendo-se ainda que, em caso de conflito, o ônus da prova da razoável equivalência deve corresponder à administração.

A criação da taxa com a finalidade de fiscalizar o uso de veículos de divulgação é nova na Cidade de Caxias do Sul, entretanto, o assunto é maduro com relação ao entendimento da possibilidade e necessidade de o valor da taxa ter relação com o custo da máquina administrativa.

Possível extrair a maturidade do assunto, em razão da pauta estar presente no XII Simpósio Nacional de Direito Tributário, ocorrido em 1985, no qual o Centro de Estudos de Extensão Universitária – São Paulo, já possuía posição contrária a falta de relação entre o serviço e o produto da taxa praticada (JANCZESKI, 2002, p. 33).

O autor Janczeski (2002, p. 34) ainda em 2002, reconhecendo os argumentos tecidos pelas duas correntes do assunto, já podia prever, os rumos do entendimento pelos Tribunais, veja-se:

Apesar dos fundamentos das duas teorias referentes ao valor da taxa, a tendência hodierna é pela adoção de razoável equivalência, entre o custo da atividade estatal e o produto da arrecadação. Fundamental, nesse contexto, que a Administração, quando da edição de taxa, esteja munida de informes técnicos-econômicos, onde se demonstre a previsível cobertura dos custos da atuação estatal, a fim de que não exceda de uma razoável equivalência entre o seu produto e o custo global do serviço vinculado.

Em 2008, o Superior Tribunal Federal, no julgamento de matéria de repercussão geral, no RE nº 576.321, o Ministro Dr. Carlos Britto, refere sobre a razoabilidade e isonomia das taxas:

Agora, confesso aos Senhores que todas as vezes que paro para refletir sobre a cobrança da taxa de lixo experimento um desconforto cognitivo. Ou seja, sem querer fazer trocadilho, hermeneuticamente, essa taxa não me cheira bem. Todas as vezes fico em dificuldade para compreender como se pode, sem artificializar a mensuração, dividir e quantificar o consumo. E, às vezes, chego a conclusão de que, não raras vezes, a cobrança se torna uma ofensa ao princípio da razoabilidade porque, com frequência, há casas e apartamentos

menores habitados por muita gente. Então a produção de lixo não guarda relação com o tamanho do imóvel.

Em atenção ao conteúdo jurídico trazido pelo Dr. Ministro Carlos Britto, fica claro a necessidade de que a taxa guarde relação com o serviço prestado e sua quantificação, dada a importância do princípio da razoabilidade e da isonomia ao instituir as taxas.

A inobservância da razoabilidade e da isonomia daria permissão para que o Município lançasse mão de bases de cálculos sem razão de ser, ou seja, dado o mesmo serviço de fiscalização, mas cobrando mais dos empresários que tem placas maiores e menos daqueles que possuíssem placas menores. Veja-se que a administração pública estaria se locupletando ilicitamente por cobrar a mais de um dos contribuintes, mesmo não tendo uma contra prestação na mesma proporção.

A importância dada aos princípios da razoabilidade e da isonomia esta presente na ADI nº 2.551, com a relatoria do Ministro Dr. Celso de Mello:

O poder público, especialmente em sede de tributação, não pode agir imoderadamente, pois a atividade estatal acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade, que traduz limitação material à ação normativa do Poder Legislativo. O Estado não pode legislar abusivamente. A atividade legislativa está necessariamente sujeita à rígida observância de diretriz fundamental, que, encontrando suporte teórico no princípio da proporcionalidade, veda os excessos normativos e as prescrições irrazoáveis do poder público. O princípio da proporcionalidade, nesse contexto, acha-se vocacionado a inibir e a neutralizar os abusos do poder público no exercício de suas funções, qualificando-se como parâmetro de aferição da própria constitucionalidade material dos atos estatais. A prerrogativa institucional de tributar, que o ordenamento positivo reconhece ao Estado, não lhe outorga o poder de suprimir (ou de inviabilizar) direitos de caráter fundamental constitucionalmente assegurados ao contribuinte. É que este dispõe, nos termos da própria Carta Política, de um sistema de proteção destinado a ampará-lo contra eventuais excessos cometidos pelo poder tributante ou, ainda, contra exigências irrazoáveis veiculadas em diplomas normativos editados pelo Estado.

[ADI 2.551 MC-QO, rel. min. Celso de Mello, j. 2-4-2003, P, DJ de 20-4-2006.]

O Ministro Dr. Celso de Mello explana que o tributo, gênero a qual pertence as taxas, devem obediência a limitação do princípio da razoabilidade, a fim de que o Estado não incorra na abusividade e, dessa forma, passe a incorrer em ilegalidade e inconstitucionalidade.

Uma das características das taxas é ser retributiva, porque se baseia no princípio custo/benefício, e, em complemento o contribuinte fica obrigado a pagar a taxa em relação ao serviço concedido pelo Estado, ao utilizar o mesmo (CARVALHO, 2015, p. 41-42). Carvalho (2015, p.42-42) aduz, que a retributividade é importante para que o contribuinte tenha certeza de que esta pagando de forma legal a taxa que esta sendo cobrada.

Sabbag (2014, p. 455) refere em seu livro, trecho da ementa da ADI-MC nº 1.772/MG (Pleno), da Relatoria do Ministro Dr. Carlos Velloso, julgado em 15/04/1998, que materializa que as situações práticas, mostram a importância da razoabilidade na cobrança da taxa, conforme se observa:

[...] IV. Necessidade de existência de limite que estabeleça a equivalência entre o valor da taxa e o custo real dos serviços, ou do proveito do contribuinte. Valores excessivos: possibilidade de inviabilização do acesso de muitos à Justiça, com ofensa ao princípio da inafastabilidade do controle judicial de lesão ou ameaça a direito [...]

A imposição de limites pela Constituição Federal, esta embutida na própria norma definidora da taxa, conforme se extrai do art. 145, II, de onde se extrai o caráter

retributivo para o ato fiscalizatório, próprio do poder de polícia. Inclusive tal entendimento esta nos arts. 77 e 78 do Código Tributário Nacional, de forma que valor atribuído à taxa deve relação com o custo da atividade do Estado, não se admitindo critérios alheios.

Esse entendimento é majoritariamente repetido pelo Tribunal de Santa Catarina, conforme se extrai:

arguição de inconstitucionalidade. direito tributário. taxa de expediente. confecção e remessa de carnês. atividade da administração tributária. ausência de prestação de serviço público ou de exercício do poder de polícia. art. 145, ii, da cf. exação indevida. taxa de licença de publicidade. base de cálculo variável em função das proporções do anúncio publicitário. ausência de correlação entre valor cobrado e custo da atividade estatal. art. 145, §2º, da cf. inconstitucionalidade configurada. incidente julgado procedente. apelação desprovida. 1. "Se o único fundamento da causa é a inconstitucionalidade de texto de lei, inexistindo matéria remanescente a ser decidida, é desnecessário que a Corte Especial devolva os autos ao órgão julgador que a suscitou, para completar-lhe o julgamento, devendo, desde logo, decidir o feito, a fim de evitar procrastinação incompatível com os princípios que regem o processo moderno' (EDArgI no RMS n. 1.178, Rel. Min. Pádua Ribeiro)" (ARGINC em AC em MS n. 2005.003669-1, Rel. Des. Francisco Oliveira Filho). 2. "A Taxa de Expediente - TE, por não representar nenhuma contraprestação de serviço público, não é exigível pelo Município de Florianópolis, posto que a confecção de carnê para a cobrança de tributos é despesa insita aos seus misteres habituais de órgão arrecadador, não gerando ensejo, por isso mesmo, ao lançamento de mais esta taxa." (ACV n. 50.457, da Capital, rel. Des. Eládio Rocha)" (ADIn n. 99.003828-9, de Fraiburgo, Rel. Des. Sérgio Paladino). 3. Modalidade tributária com fato gerador vinculado ao exercício do poder de polícia ou à prestação de serviço público específico e divisível, inspirada no princípio da correspectividade, a taxa tem como objetivo justamente custear essa atividade pública direcionada especificamente ao sujeito passivo da obrigação tributária. Tal qual em todo e qualquer tributo, há correlação entre o fato gerador e a base de cálculo das taxas: aquele, o aspecto material da hipótese de incidência, vê nesta sua perspectiva dimensível, de forma que, se o fato gerador é uma atividade estatal específica, a base de cálculo deve corresponder, na medida do possível, ao dispêndio público estimado nessa atividade, repartido entre os particulares a que especialmente dirigida. Significa, assim, que na quantificação das taxas não entram, em princípio, fatores próprios do dimensionamento dos impostos (art. 145, §2º, CF), como o patrimônio e a renda do contribuinte. Nesse balanço, é força reconhecer que "A Taxa de Licença de Publicidade não pode ter como base de cálculo 'o espaço ocupado pelo anúncio na fachada externa do estabelecimento', porque o trabalho de fiscalização independe do tamanho da placa de publicidade (CTN, art. 78)" (STJ. REsp n. 78048/SP, Rel. Min. Ari Pargendler). 4. Incidente julgado procedente. Apelação desprovida. (TJSC, Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível n. 2005.029040-8, da Capital, rel. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, j. 20-12-2006i).

TRIBUTÁRIO - TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE - INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE Por força de expressa disposição de lei, "as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição" (CTN, art. 77). É constitucional lei que prevê a exigência de "Taxa de Licença para Publicidade" que tem por fato gerador licenciamento para instalação de "placas indicativas de nomes de estabelecimentos ou profissão"; nesses casos, presta-se a taxa para remunerar os custos dos serviços do agente público que presumivelmente se deslocará até o estabelecimento do requerente para averiguar se o pedido de licença atende aos requisitos legais. Todavia, é inconstitucional lei que

prevê a exigência anual da taxa, pois os serviços relacionados com a fiscalização das "placas indicativas de nomes de estabelecimento ou profissão" encontram-se compreendidos naqueles que autorizam a cobrança, anualmente, da Taxa de Localização e Fiscalização. (TJSC, Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível n. 2007.043714-3, da Capital, rel. Des. Newton Trisotto, j. 28-04-2010).

A base impositiva do tributo em estudo deve ter equivalência com a atuação estatal, devendo ser afastada a possibilidade de eleição de qualquer fato ou grandeza não relacionada com o efetivo serviço para tal fiscalização (JANCZESKI, 2002, p. 52).

Janczeski (2002, p. 53) refere que:

Mizabel Derzi assevera que, no caso das taxas, a base de cálculo deve mensurar o custo da atividade estatal, ou seja, a sua intensidade em relação ao contribuinte, refletindo o caráter sinalagmático, que lhe é inerente. A graduação nas taxas não se opera tecnicamente, de acordo com os rendimentos do contribuinte, seu patrimônio, ou capacidade financeira em geral, elementos estranhos. Tecnicamente, as taxas devem ser graduadas segundo a intensidade da utilização do serviço pelo contribuinte ou dos gastos provocados. A mesma autora conclui: a base de cálculo compõe-se de uma ordem de grandeza (e o método de conversão), a qual dimensiona um elemento material da hipótese normativa. Da conjugação desses dois fatores resultam as três funções por ela exercidas: a quantificação do dever tributário; a adaptação do dever à capacidade contributiva do sujeito passivo; a definição da espécie tributária.

A matéria chegou ao Superior Tribunal de Justiça, ainda em 1997, quando o entendimento sobre a matéria sedimentou-se, no sentido de que a base de cálculo da taxa de publicidade, não pode considerar o espaço ocupado na fachada do estabelecimento comercial, pois claro que o serviço de fiscalização independe do tamanho da placa a ser instalada, conforme REsp 78.048 SP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base de cálculo da taxa incidente sobre os veículos de divulgação na Cidade de Caxias do Sul, em razão da Lei Complementar nº 412/12, inserida no Código Tributário da Cidade pela Lei Complementar nº 501/2015, na tabela 5, como sendo a multiplicação de 50% da VRM pela metragem quadrada do anúncio, se revelou inconstitucional por eleger base de cálculo que não guarda relação com o serviço público desenvolvido pela administração.

Percebeu-se pelo estudo da doutrina e da jurisprudência sobre a matéria, que apenas a legislação sobre a regulação da utilização de veículos de divulgação é nova na Cidade de estudo, uma vez que a base de cálculo da taxa sobre anúncios de publicidade já encontrou a maturidade para pacificação do entendimento nos Tribunais Superiores, ainda em 1997, encontrando-se julgados muito recentes sobre a mesma questão e com conclusão no mesmo sentido.

Neste interim, o estudo sobre a base de cálculo incidente sobre anúncios deve ser aprofundado, para que a fixação da base de cálculo, para a cobrança de sua taxa, possa ocorrer de forma mais objetiva, a fim de que o valor dessa seja assertiva e se aproxime do real valor do custo gerado para a administração pública.

A eleição por uma base de cálculo para a taxa inconstitucional fere os direitos dos contribuintes, gerando a necessidade da correção das cobranças indevidas, por meio dos mecanismos jurídicos postos à disposição da população para a correção de ilegalidades cometidas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Tributário Nacional, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1994. INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/receita/legislacao/leis-complementares>. Acesso em: 3 jul. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 412, de 12 de junho de 2012. Disciplina o uso de veículos de divulgação no Município de Caxias do Sul e da outras providencias. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-complementar/2012/41/412/lei-complementar-n-412-2012-disciplina-o-uso-de-veiculos-de-divulgacao-no-municipio-de-caxias-do-sul-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 501, de 17 de dezembro de 2015. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 12, de 28 de dezembro de 1994 (Código Tributário Municipal). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-caxias-do-sul-rs>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Decreto n. 3.847, de 30 de mar. de 2017. IPI incidente sobre os produtos que menciona. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3847.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 78048 SP 95 55741-0. Relator: Ministro Ari Pargendler. DJ: 09/12/1997. JusBrasil, 2019. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/521051/recurso-especial-resp-78048-sp-1995-0055741-0>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: ADI nº 2.551MG. Relator: Ministro Celso de Mello. DJ: 13/02/2009. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266148>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 576.321SP. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. DJ: 13/02/2009. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=576025>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CARVALHO, Carlos Renê Pinto de. **Manual prático de direito tributário**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FERNANDES, Edison Carlos. **Direito Tributário Municipal**. Curitiba: Juruá, 2000.

JANCZESKI, Célio Armando. **Taxas**. Curitiba: Juruá, 2002.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. **A taxa no sistema tributário brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E AS OCORRÊNCIAS DAS QUEIXAS ESCOLARES: O OLHAR DOS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Barros, Mariá de Fátima Ferreira¹

RESUMO

As questões relacionadas aos problemas de aprendizagem despertam o interesse de muitos pesquisadores, e atualmente são realizadas inúmeras pesquisas que visam esclarecer as causas das dificuldades de aprendizagem. Porém, ainda existe uma lacuna significativa, onde são poucos os trabalhos que evidenciam a situação do docente com relação a essa problemática. É nesse ponto que este estudo insere. A presente investigação tem por objetivo descrever a ocorrência das queixas escolares relacionadas às dificuldades de aprendizagem em sala de aula do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública. A metodologia é qualitativa, descritiva, exploratória. Os participantes foram cinco professoras efetivas do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental. Os dados foram obtidos através do Questionário semiaberto com 8 questões: 1 de identificação pessoal, 5 questões abertas sobre os conceitos de aprendizagem e dificuldade de aprendizagem; as explicações para as dificuldades de aprendizagem dos alunos; as medidas adotadas em sala de aula para minimizar tais dificuldades e efeitos das mesmas; sugestões de temáticas sobre dificuldades de aprendizagem e 2 fechadas sobre frequência e área(s) da(s) dificuldade(s) de aprendizagem dos (as) alunos (as). Os resultados revelam o perfil das docentes, todas são pedagogas e pós-graduadas, com uma vasta experiência na área de atuação. As principais queixas relatadas foram: dificuldades de leitura e escrita, omissões, raciocínio lógico, atenção e concentração, faltam de hábito de estudo, compreensão, interpretação, omissões e substituições de letras, erros ortográficos, matemática (montar e executar operações matemáticas, compreender o significado de sinais de operações).

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldade de aprendizagem. Educação pública. Queixas escolares.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo relatar as queixas escolares de professores frente aos problemas e distúrbios de aprendizagem de alunos dos anos iniciais do ensino Fundamental. Na atualidade problemas e distúrbios estão cada vez mais sendo estudados e

¹ Lic. Em Artes \ Desenho (UFMA). Bach. Psicologia (UFMA); Bach. Fonoaudiologia (UniCEUMA); Esp. Psicopedagogia \ Neuropsicologia (Intervale). Esp. Informática na Educação (UFRPE); Psicóloga no Centro Social Padre Dehon; e no Centro Comunitário S. João Batista. E-mail: mariahffb@gmail.com

investigados por educadores contemporâneos, pois outrora o “fracasso escolar” era imposto sempre ao sujeito de aprendizagem, como único responsável. Porém com investigações e estudos, tem-se mostrado que a responsabilidade por tais dificuldades podem ser orgânicas (distúrbios), emocionais, ambientais ou ambas. Saravali e Guimarães (2007) comentam sobre esse novo fenômeno: “Ao mesmo tempo em que o uso dessa terminologia aumenta, cresce também o número de encaminhamentos e de busca por apoio proveniente da ação de outros profissionais que não os próprios professores, tais como: psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, neurologistas, entre outros” (SARAVALI; GUIMARÃES, 2007, p.118).

Kirk, no seu livro *Educação da Criança Excepcional*, considerava dificuldade de aprendizagem como O termo referia-se a: “[...] um atraso, desordem ou imaturidade num ou mais processos da linguagem falada, da leitura, da ortografia, da caligrafia ou da aritmética, resultantes de uma possível disfunção cerebral e/ou distúrbios de comportamento [...]” (KIRK, *apud*, CORREIA, 2007, p.1).

Assim, questões sobre as dificuldades escolares não se restringem mais a intervenção única da escola, mas em um conjunto de profissionais que proporcionam o seu saber para minimizar tais distúrbios e problemas. O foco agora não é mais no “aluno que fracassou”, mas sim verificar e analisar em que circunstâncias este problema se instalou e se manteve. Circunstâncias essas em que a escola, a família, o ambiente sócio-cultural e até mesmo aspectos de ordens orgânicos devem ser considerados.

Este estudo busca retratar a forma de como as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos (as) alunos (as) do ensino fundamental em uma unidade básica de ensino público da rede municipal da região metropolitana de São Luís (MA) interfere no processo ensino aprendizagem, refletindo em outros fatores tais como: rendimento escolar, evasão, etc... A natureza desta pesquisa é essencialmente qualitativa e descritiva cujos critérios possam servir de base para um entendimento sobre as dificuldades de aprendizagem de crianças e adolescentes atendidos numa escola pública de ensino fundamental.

O estudo se inicia com uma síntese relacionada às principais dificuldades de aprendizagens, e a seguir, apresentamos os resultados e discussão dos dados, com a expectativa de desvelar as principais queixas escolares apontadas pelos docentes, assim como suas opiniões acerca da problemática. Por fim, apresentaremos as considerações finais da pesquisa, enfatizando os aspectos mais relevantes e algumas recomendações para estudos futuros.

SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

A aprendizagem é definida por inúmeros autores dentre eles temos, Jean Piaget, que acredita que o desenvolvimento é construído a partir de quatro determinantes básicos: a maturação do sistema nervoso central (SNC), a estimulação do ambiente físico, a aprendizagem social e a tendência ao equilíbrio (OTIS, 2004). Nesse sentido, Piaget *apud* Davis; Oliveira (1994, p. 30), considera que o desenvolvimento é um processo contínuo, caracterizado por quatro estágios ou etapas distintos e universais - etapa

sensório-motora (0 a 2 anos), etapa pré-operatória (2 a 7 anos), etapa operatório-concreta (7 a 12 anos) e etapa operatório-formal (12 anos em diante), os quais seguem uma ordem seqüencial e invariável, possuem características próprias e são marcados por acomodação e assimilação de determinados conhecimentos. A passagem por tais etapas constituem um processo de equilíbrio sucessiva (um esforço constante para manter equilíbrio) em que cada etapa é definida por uma estrutura de conjunto que determina todos os novos comportamentos característicos de cada etapa (OSTI, 2004).

A partir disso, para Piaget, segundo Osti (2004), a aprendizagem é um dos aspectos do desenvolvimento, ou seja, está subordinada a ele. Ainda segundo a mesma autora, a aprendizagem é “[...] um processo necessariamente desequilibrante, produto de conflitos cognitivos que o ser cognoscente vivencia e procura resolver, e é nesse processo de resolução que o indivíduo cria alternativas e os instrumentos intelectuais necessários para atuar na situação em questão” (OTIS, 2004, p.55). Evidencia-se, assim, na teoria piagetiana, a importância da experiência, da interação com o objeto no processo de aprendizagem.

Da mesma forma, Stefanini & Cruz (2006), em sua análise de Piaget e Grécco apresentam uma distinção entre aprendizagem no sentido estrito e no sentido amplo, como segue: “No primeiro caso, aprendizagem compreende o conhecimento adquirido através da experiência, podendo ser do tipo físico ou lógico matemático, ou mesmo ambos. No sentido amplo, a aprendizagem é um processo adaptativo que vai se desenvolvendo no tempo [...]” (STEFANINI; CRUZ, 2006, p.87).

Para Piaget (1975), o conhecimento evolui progressivamente, através de estruturas de raciocínio que substituem umas as outras por meio de estágios. A lógica e o pensar de uma criança são completamente diferentes da lógica de um adulto. Uma criança pode escrever a palavra formiga com uma letra bem pequena e boi com letras garrafais e isso para ela fazer todo o sentido. Um (a) professor (a) precisa saber reconhecer essas etapas do desenvolvimento da criança e diferenciá-las de problemas reais de raciocínio, pois caso esta capacidade não venha a ser eficazmente desenvolvidas, suas conseqüências podem gerar serias dificuldades para o indivíduo no futuro quando ele se deparar com níveis cada vez mais elaborados de situações onde devera agir de forma lógica e organizada.

No entanto, Vygotsky (1998), assim como Piaget, defende a idéia da criança como ser ativo em seu desenvolvimento. Para Vygotsky, a partir de estruturas orgânicas elementares, determinadas basicamente pela maturação, formam-se novas e mais complexas funções mentais, a depender da natureza das experiências sociais (DAVIS & OLIVEIRA, 1994, p.49). Um conceito bastante difundido por Vygotsky é o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) que segundo Stefanini & Cruz (2006) é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através de solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração de companheiros mais capazes. “Tal conceito é de extrema importância para um ensino efetivo.

Apenas conhecendo o que as crianças são capazes de realizar com e sem ajuda externa é que se pode conseguir planejar as situações de ensino e avaliar os progressos individuais" (DAVIS; OLIVEIRA, 1994, p.54).

Conforme Vygotsky (1991), as aprendizagens geralmente iniciam muito antes do ingresso da criança na escola. "O aprendizado das crianças começa muito antes delas freqüentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta tem sempre uma história prévia" (VYGOTSKY, 1998, p.94).

A temática e os questionamentos acerca dos problemas de aprendizagem despertam o interesse de muitos pesquisadores, e atualmente são realizadas inúmeras pesquisas que visam esclarecer as causas das dificuldades de aprendizagem, apresentando novos conceitos, controvérsias e esclarecimentos. Nesse contexto, o pesquisador português Correia (2007), considera que: "A área das dificuldades de aprendizagem, talvez por ser ainda bastante jovem, é aquela que tem experimentado mais crescimento, mais controvérsia e é, porventura, a mais confusa de todas aquelas que se inserem no espectro das necessidades educativas especiais (NEE)" (CORREIA, 2007, p.1). Para o autor, as dificuldades de aprendizagem começaram a ser identificadas através do termo (DA), criado por Samuel Kirk, no início da década 60, do século passado nos Estados Unidos da América "[...] para descrever uma série de incapacidades relacionadas com o insucesso escolar que não deviam ou podiam ser atribuídas aos outros tipos de problemas [...]" (CORREIA, 2007, p.1).

Atualmente existem inúmeros conceitos relacionados às dificuldades de aprendizagem, para Correia (2005^a), as dificuldades de aprendizagens específicas dizem respeito às manifestações em algumas áreas que não foram ocasionadas por deficiência mental, problemas motores, déficit de atenção, perturbações emocionais ou sociais ou de privações sensoriais. Pois "[...] As dificuldades de aprendizagem específicas dizem respeito à forma como um indivíduo processa a informação - a recebe, a integra, a retém e a exprime, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações [...]" (CORREIA, 2005^a, p.1).

No entanto, Marquezan (2000), considera a dificuldade de aprendizagem como uma alteração no sistema de trocas entre o organismo e o meio, ao afirmar que: "A dificuldade de aprendizagem é uma alteração no sistema de trocas entre o organismo e o meio. A alteração no sistema de trocas pode ocorrer em função de comprometimento do organismo, em função do meio ou pela combinação de ambos" (MARQUEZAN, 2000, p.7).

Um exemplo de definição de dificuldade de aprendizagem seria o de García *apud* Stefanini e Cruz (2006) no qual: "Dificuldade de aprendizagem (DA) é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas [...]". (CRUZ & STEFANINI, 2006, p. 89).

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa em questão é um estudo descritivo e de caráter qualitativo, planejando e expondo às informações obtidas através de um questionário de pesquisa semi estruturado, composto por 8 questões: abertas e fechadas,

realizadas com docentes. Nossa opção pela investigação descritiva se justifica partindo da realização do estudo de uma questão problema que aparece constantemente no ambiente escolar, e de descrevê-lo com exatidão.

O estudo foi realizado numa Unidade de Ensino Básico da rede pública municipal na região metropolitana de São Luis, envolvendo as classes iniciais, no turno matutino. Os sujeitos participantes da pesquisa são cinco professoras: duas atuam do 1º ano, uma no 2º, uma no 3º e uma no 4º ano do Ensino Fundamental. A escolha da escola se deu de forma aleatória. As docentes escolhidas como sujeitos da investigação foram aquelas que aceitaram participar e colaborar com suas informações, pela experiência que as mesmas possuem e também por possuir em suas turmas crianças que apresentam alguma(s) dificuldade (s) de aprendizagem.

Para alcançar as respostas satisfatórias relacionadas às questões do nosso estudo, utilizou-se como instrumento um questionário semiestruturado constituído por oito questões: uma de identificação pessoal, cinco questões abertas sobre os conceitos de aprendizagem e dificuldade de aprendizagem; as explicações para as dificuldades de aprendizagem dos alunos; as medidas adotadas em sala de aula para minimizar tais dificuldades e efeitos das mesmas; e sugestões de temáticas sobre dificuldades de aprendizagem para maior conhecimento e; duas fechadas sobre frequência e área(s) da(s) dificuldade(s) de aprendizagem dos alunos. A utilização do questionário semiestruturado foi à estratégia que se escolheu para coletar os dados, como forma de averiguar as principais queixas escolares relacionadas as dificuldades de aprendizagem das crianças apontadas pelas professoras. Isto permitiu a oportunidade de aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos pesquisados, a qual aconteceu por meio da realização de 04 (quatro) encontros que ocorreram entre os meses de março e abril de 2018, uma vez por semana.

Em um primeiro momento, buscou-se às informações básicas sobre a escola, e a seguir foi feito contato por telefone com a diretora da escola, a fim de informá-la sobre a natureza da pesquisa e solicitar autorização para aplicação dos questionários. Após a aceitação da participação no projeto, houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pela diretora da escola. Concedidas às devidas autorizações, a pesquisadora, entrou em contato com as participantes da pesquisa, apresentando-lhes os objetivos do presente estudo e indagando sobre seu interesse em participar do mesmo. Àquelas docentes que se mostraram interessadas, foram entregues questionários (individualmente) a serem respondidos em um horário de sua disponibilidade. No total, cinco professoras aceitaram participar da investigação do referido estudo. Depois de respondidos os questionários devolvidos à pesquisadora, e as informações foram tabuladas. Seguiu-se à realização da análise das respostas, verificando as alternativas mais marcadas. Foram analisadas também as respostas discursivas, retirando das falas os aspectos considerados mais relevantes. Por fim, relacionaram-se os resultados a referenciais teóricos, com o intuito de aprofundar o entendimento do fenômeno pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, observamos as respostas do questionário semiestruturado aplicado com as participantes do estudo acerca das queixas escolares relacionadas às dificuldades de aprendizagem, professoras que atuam no ensino fundamental anos iniciais de uma Unidade de ensino Básico da rede municipal na região metropolitana de São Luis, na expectativa de se obter as principais queixas escolares apresentadas pelos alunos do 1º ao 4º ano que possuem algum tipo de dificuldades de aprendizagem.

Para a descrição e análise das características relevantes do conteúdo estudado, agrupou-se as informações da seguinte forma: inicialmente realizou-se a caracterização das professoras que regem as turmas dos anos iniciais da referida unidade de ensino básico. Verificou-se a trajetória profissional como docente, tempo de trabalho no magistério e também os tipos de queixas escolares relacionadas às dificuldades de aprendizagem das crianças apresentada pelos docentes, de acordo com a concepção de cada uma. A seguir, levantou-se às informações sobre as concepções das dificuldades de aprendizagem, suas dificuldades no seu fazer pedagógico e suas queixas escolares com relação à clientela com quem trabalha.

A fim de preservar o anonimato da amostra, cada participante recebeu um nome fictício que servirá para identificá-las no estudo. Os nomes escolhidos foram: Rosa, Margarida, Dália, Violeta e Bromélia. No Quadro 1 destaca-se o perfil das docentes, no que tange à idade, gênero, tempo de graduação, tempo de serviço na instituição. Os dados revelam que a faixa etária das mesmas varia de 33 a 42 anos, média de idade de 37anos. Quanto ao Gênero, todas pertencem ao feminino. Com relação à caracterização da formação profissional das participantes todas são licenciadas em Pedagogia, e todas elas possuem especialização na área de educação básica. Com relação à idade, varia de 29 a 45 anos de idade. No que se refere ao tempo de atividade à média é de 15,8 anos. O Tempo de graduação em Pedagogia varia de 7 a 23 anos (7, 10, 18, 20 e 23). Quanto ao tempo de serviço na instituição varia de 9 a 21 anos, portanto, uma experiência bem significativa na área de atuação.

Identificação	Idade	Gênero	Tempo Formação	Tempo Serviço	Pós graduação	Turma (Ano)	Alunos \ turma	Alunos com DA	% Aluno DA
Bromélia	39	F	18	17	sim	4º	30	6	20.0
Dália	29	M	7	12	sim	3º	30	5	16,7
Margarida	40	F	20	20	sim	1º	25	8	32.0
Rosa	45	F	23	21	sim	1º	25	10	40.0
Violeta	35	F	10	9	sim	2º	30	7	23.3
Média	37	---	15.6	15,8	---	----	140	36	

Quadro 1: Perfil das participantes

Autoria própria

CONCEITOS DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

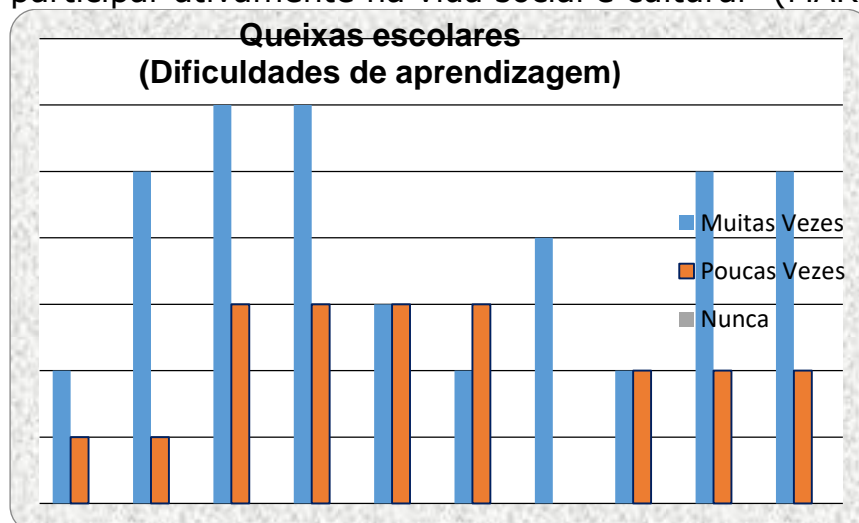
Quanto à concepção do que seriam as dificuldades de aprendizagem as participantes identificam como um bloqueio na capacidade da pessoa de

internalizar os saberes construídos. Para a participante Rosa, essas dificuldades podem ser de origem interna e/ou externa; enquanto a participante Dália enumera algumas possíveis causas citadas em suas queixas escolares.

É sabido que durante muito tempo as origens das dificuldades de aprendizagem eram difíceis de serem diagnosticadas com exatidão, constituindo-se em verdadeiras incógnitas. Mas, após décadas de estudos na área promovidos por pesquisadores que se debruçaram na temática, contribuindo para o clareamento de idéias e concepções e se chegaram a inúmeros fatores desencadeantes das DA. Nesse contexto, citamos a colaboração de Correia e Martins (1999) sobre DA: “[...] numa perspectiva orgânica, as DA são desordens neurológicas que interferem com a recepção, integração ou expressão de informação, caracterizando-se, em geral, por uma discrepância acentuada entre o potencial estimado do aluno e a sua realização escolar.” (CORREIA; MARTINS, 1999, p.6). Enquanto “[...] numa perspectiva educacional, as DA refletem uma incapacidade ou impedimento para a aprendizagem da leitura, da escrita ou do cálculo ou para a aquisição de aptidões sociais” (*ibid.* p.6).

Observamos que, cada autor que se refere às dificuldades de aprendizagem tem sua própria definição para esta e suas próprias características. Enquanto não há ainda um consenso, fundamentado nas várias definições correntes. Para Correia e Martins (1999), pode-se inferir quando um (a) aluno (a) não terá dificuldades de aprendizagem, quando seus problemas de aprendizagem são resultantes de: deficiência mental, perturbações emocionais, privação sensorial, fatores ambientais ou diferenças ambientais. Portanto, as opiniões das participantes:

A importância da interação com o ambiente para a aprendizagem é explicitada pela fala das participantes: “Aprender é saber fazer. A aprendizagem é a concretização de saberes adquiridos a partir de participação e interação com a realidade” (ROSA, 2018). “É muito importante que os professores participem do processo de aprendizagem” (VIOLETA, 2018). E, nesse ínterim, as participantes Dália e Margarida acreditam que a aprendizagem leva o educando à sua autonomia porque a “Aprendizagem é construção de nossas próprias verdades que nos permitem participar ativamente na vida social e cultural” (MARGARIDA, 2018).



Com base na tabela acima, podemos perceber que a maior queixa das professoras em relação aos alunos estar nos quesitos raciocínio lógico, atenção/concentração, falta de hábitos de estudo, interpretação, compreensão e escrita. A falta combinada desses fatores gera uma grande dificuldade para decodificar, compreender e internalizar aquilo que está sendo ensinado causando um déficit considerável na aprendizagem escolar. A atenção é um pré-requisito da aprendizagem, pois a mesma refere-se à seleção de estímulos dentre os vários utilizados no processo de aprendizagem, a fim de a ele associar a resposta adequada (KASTRUP, 2004). A criança precisa dispor da atenção seletiva para discernir dentre tantos estímulos àquele que leva a uma resposta apropriada.

Atualmente o problema da atenção/concentração tem ocupado lugar de destaque nas discussões e uma das possíveis causas é os excessos de novidades e estímulos a que estamos submetidos e a atenção torna-se passageira mudando constantemente de foco. Devido a essa acentuada dispersão que vem dominando a sociedade contemporânea, comumente se ouvi falar, nos diversos problemas de atenção, entre eles, o TDAH muito comum dentro do contexto escolar.

Os docentes costumam culpar a falta de atenção de seus alunos como motiva de sua dificuldade de aprendizagem o que em parte pode ser verdade já que a atenção/concentração é um requisito importante. O problema se encontra quando esses docentes passam a categorizar todo educando que apresenta dificuldade de atenção como portador de algum distúrbio, como o TDAH por exemplo. Com já mencionado nos itens anteriores e necessário levar em consideração toda a história de vida do educando e perceber que nessa fase, a capacidade de concentração de fato ainda é muito dispersa, qualquer estímulo que seja mais interessante desviará a sua atenção. É de vital importância também que o processo de aprendizagem seja estimulante para que o (a) aluno (a) consiga catalisar sua atenção para aquilo que está sendo ensinado.

Muitos alunos em conjunto com a dificuldade na atenção possuem dificuldades em compreender e raciocinar sobre o que está sendo proposto em sala de aula, o que demonstra uma dificuldade no raciocínio lógico. O ensino da lógica geralmente é abordado nas primeiras fases da aprendizagem, Conforme Rauber (2003) existem três habilidades básicas que devem ser adquiridas pelos estudantes na fase de alfabetização: aprender a ler, aprender a escrever e aprender a resolver problemas matemáticos, esses três pontos podem ser alcançados através do desenvolvimento do raciocínio lógico. No entanto, o que acontece e o que algumas das participantes chamam de "falta de pré-requisitos", e que os alunos são sendo passados de uma etapa para outra sem estarem totalmente prontos para isso, sem terem desenvolvido toda a estrutura necessária para iniciar um nível mais complexo de aprendizagem.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM OBSERVADAS

Existem vários tipos de dificuldades que os alunos apresentam: leitura, escrita, raciocínio lógico, entre outras. Com o intuito de saber minuciosamente sobre as dificuldades, colocaram-se alternativas bem específicas, para a partir daí, obter uma noção descritiva das dificuldades de aprendizagem que os alunos mostraram, segundo as professoras participantes.

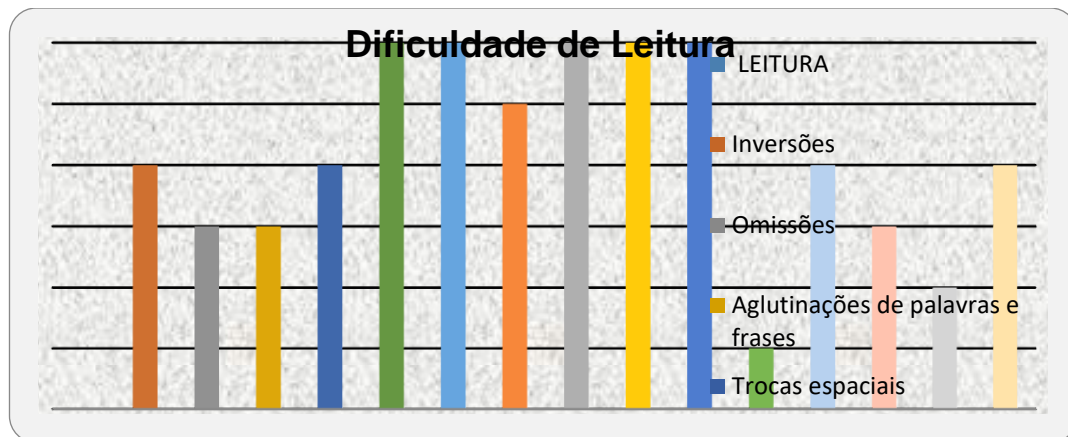


Gráfico 02: Dificuldades na Leitura
Autoria própria

No tópico leitura, foi percebido que os dois itens mais destacados foram à dificuldade na leitura de palavras, confusão e a própria compreensão da leitura, troca de letras surdas e sonoras, substituição de palavras, substituição de letras, inversão de letras. Esses processos apontados são bem semelhantes e um compromete de certa forma aos demais. A leitura é uma habilidade incentivada pela escola por ser essencial para a vida em nossa sociedade, onde acontecimentos importantes e cotidianos estão imersos no mundo da leitura. Nesse sentido, Cezar et al (2002) afirma que: "Segundo Travaglia (1996), a falta de compreensão por parte dos alunos sobre o ensino de Língua Portuguesa deve-se ao fato das metodologias de ensino serem baseadas predominantemente em uma abordagem tradicional empobrecida e reducionista [...]" (CEZAR ET AL, 2002, p.1).

Já às professoras Violeta, Brumália e Rosa, apontaram como explicação para essa e outras dificuldades a falta de pré-requisito para o ano em curso, isso implica o porquê o educando é conduzido aos anos mais elevadas sem mesmo saber ler. Reiteramos que, com relação à questão se há necessidade de reprovar ou não os alunos é uma questão que gera muita polêmica, não será aprofundada aqui, mas não podemos negar que a reprovação afeta diretamente o processo de ensino aprendizagem.

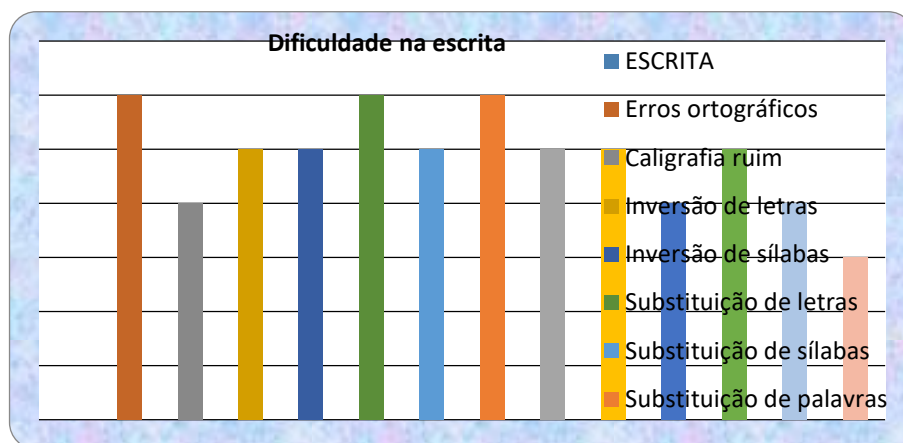


Gráfico 03: Dificuldades de Escrita
 Autoria própria

No tópico escrita, obteve-se como a alternativa mais apontada os erros ortográficos, omissões de letras, substituição de sílabas, substituição de palavras, substituição de letras. A escrita é outra habilidade intrinsecamente relacionada com a leitura, embora seja adquirida apenas depois do estabelecimento habilidade de leitura. A escrita, assim como a leitura, consiste em um conjunto de habilidades complexas, cujo processo requer que o indivíduo opere em diversos níveis de representação, sem deixar de lado o motor ["...]" (ZUCOLOTO; SISTO, 2002, p.157).

Na língua portuguesa ainda existem exceções da escrita e algumas grafias que não correspondem ao som, por isso sendo demorado o domínio da escrita. É considerado dificuldade de aprendizagem quando aparecem acima do esperado, geralmente concomitante com outros indícios.

No que se refere à questão sobre Matemática as dificuldades em matemática, obteve-se com maior número de marcações a dificuldade em construir operações matemáticas, lembrar as seqüências, montar e executar e compreender o significado dos sinais de pontuação. As operações matemáticas são bases para o raciocínio. Dificuldades no raciocínio permeiam simplesmente todas as áreas em que o educando necessita usar seu pensamento. Novamente o método escolar se mostra problemático, com a fragmentação do conhecimento e a descontextualização dos saberes, o interesse dos educandos pela matemática se mostra bem aquém do esperado. Dessa forma, Santos, França e Santos (2007) opinam que: "É preciso desde as séries iniciais educar levando em conta o raciocínio lógico e dedutivo do aluno para que os conhecimentos sejam assimilados como parte natural da linguagem e do pensar cotidiano como algo importante para o desenvolvimento intelectual [...]" (SANTOS; FRANÇA; SANTOS, 2007, p.16).

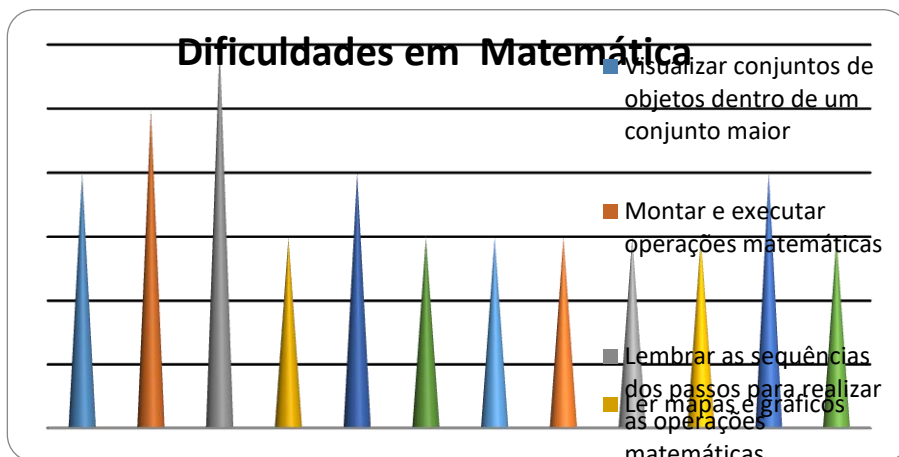


Gráfico 04: Dificuldades de Escrita
 Autoria própria

Nestes casos, de certa forma também se tem um processo de interpretação dirigindo-se diretamente a leitura e compreensão de enunciados. Não é nosso objetivo de analisar as respostas, mas sim, fazer um encadeamento nas dificuldades mais apontadas, remetendo a uma dificuldade geral de interpretação. Não se pode e nem se deve remeter a um único fator como sendo o desencadeador da dificuldade de aprendizagem, apenas se aponta aqui uma semelhança nas dificuldades de aprendizagem, apesar dos tópicos serem diferentes.

POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES PARA AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Na pergunta sobre as possíveis explicações para a ocorrência destas dificuldades, as participantes, de um modo geral, atribuem essas dificuldades à falta de acompanhamento familiar. Acompanhamento este que deveria ser realizado tanto na escola, quanto em seu próprio ambiente familiar. A questão do envolvimento familiar na vida escolar da criança é uma idéia amplamente difundida por psicólogos, pedagogos e educadores, porém se constitui num dos grandes desafios para muitas escolas. O acompanhamento das atividades escolares dos filhos pelos pais é um importante recurso que a escola tenta recorrer para ajudá-la a amenizar histórias de problemas e queixas escolares. Ainda que haja indícios de que algumas causas das dificuldades de aprendizagem estejam situadas na família tais como: psicopatologias parentais, dificuldades conjugais, problemas sócio-econômicos, dentre outras; também há reconhecimento de que tanto o envolvimento quanto o auxílio dos pais do aluno no lar, podem colaborar no "sucesso escolar".

Carvalho (2000), em estudo realizado em âmbito nacional e internacional descreve a importância desse suporte e acompanhamento familiar: "Assim, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a fórmula da relação família-escola seria a seguinte: mais envolvimento dos pais em casa equivale à maior aproveitamento e permanência na escola por parte dos alunos; mais participação dos pais na escola resulta em melhores escolas [...]" (CARVALHO, 2000, p.148).

Tal acompanhamento vem se tornado cada vez mais difícil no seio familiar, devida a própria estrutura familiar moderna, onde os pais cada vez mais se voltam ao trabalho e outros afazeres e raramente dão atenção e tempo necessários às necessidades afetivas e escolares que um filho requer. “A família que está por trás do sucesso escolar, salvo exceções, ou conta com uma mãe em tempo integral, ou uma supermãe, no caso daquelas que trabalham muitas horas exercendo o papel de professora dos filhos em casa, ou contratando professoras particulares [...]” (CARVALHO, 2000, p.148).

Além do ambiente familiar, foi ressaltada também a importância do ambiente sócio-cultural no qual a criança está inserida: “Sabemos que inúmeros fatores contribuem para isso, por exemplo, o meio cultural, a comunidade em que vivem, o estímulo da família, entre outros” (VIOLETA, 2018). Outro aspecto enfatizado pelas docentes no que se refere às dificuldades de aprendizagem, que estas provem de problemas decorrentes nos anos antecedentes, ou seja, pré-requisitos fundamentais, por exemplo, criança que nunca frequentou escola de educação infantil e nem mesmo foi estimulada em casa. As respostas revelam que faltam “pré-requisitos para ano em curso e mais empenho dos pais” (ROSA, 2018). Tal motivo constantemente é atribuído aos problemas de aprendizagem. Mas, a professora Margarida considera que em sua turma tem alunos “atrasados”, às vezes por repetir o ano, por abandono, evasão, mudança de local, escola distante da moradia, entre outros problemas, “[...] além da questão dos pré-requisitos, há também a responsabilidade dos pais, que não cumprem a sua função na educação dos filhos, apenas fazem a matrícula por causa da bolsa família [...]” (MARGARIDA, 2018).

A escola muitas vezes se exime da responsabilidade ou culpa do temido fracasso escolar. Portanto, é preciso investigar por que as crianças não aprendem, mas, sobretudo, é preciso saber quais são os meios de que a escola pode realizar para minimizar as condições de fracasso onde esses alunos são “rotulados”. Assim, ao invés de achar que a culpa é dos docentes, tem que se esforçar em buscar estratégias de aproximação entre família e a comunidade escolar, onde cada um deve cumprir o seu papel, e assim, ofertar possibilidades para que os professores tenham condições para trabalhar essas dificuldades oriundas de problemas em anos anteriores.

MINIMIZAÇÃO DAS DIFICULDADES

Quando questionadas sobre as ações realizadas em sala de aula para amenizar as consequências das dificuldades de aprendizagem, as professoras falaram sobre trabalhar a diversidade, diversificar as atividades, mas nenhuma delas explicita que atividades são essas. As respostas foram vagas e superficiais: “Tentamos usar rotinas semanais, para implantar o hábito de estudar em casa, assim como na escola [...]” (DÁLIA, 2018); “Precisamos rever diariamente onde estamos errando pra recomeçar outra vez.” (BROMÉLIA, 2018); “É preciso mais capacitação pra que possamos ter os recursos para melhor lidar com essas crianças” (VIOLETA, 2018): Essas crianças com dificuldades precisam de um suporte extraclasse, de outros profissionais que deveriam estar na escola [...]” (ROSA, 2018).

Diante das respostas das participantes do estudo, o que não impossibilita um atendimento adequado, visto que, o próprio MEC, através dos PCN's,

oferta diversos recursos que podem ser adotados pelas docentes para auxiliar uma criança que apresenta uma DA. "As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário [...]" (MEC, 2002, p.222). Tais adaptações realizadas dependem muito da uma observação cuidadosa da dificuldade de cada aluno, para que a escolha venha a surtir efeito, porque "A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos [...]. A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças necessário, conquanto não elogie a desigualdade [...]" (MEC, 2002, p.103). Portanto, trabalhar a diversidade, como descrevem as professoras, é a base para uma atuação eficaz, mas é necessário que os docentes sejam preparados e capacitados para saber como e quando utilizar os recursos disponíveis. Por isso, Vygotsky (1998), afirma que a aprendizagem não começa na escola, mas toda situação de aprendizagem escolar se depara sempre com uma história de aprendizagem prévia. Para esse autor, o ambiente social é a fonte de todo o conhecimento. A aprendizagem e o desenvolvimento são adquiridos por modelos bem como pela motivação da criança. Ele aponta que no cotidiano as crianças observam o que os outros dizem, porque dizem, o que falam, porque falam, internalizando tudo o que é observado e se apropriando do que viu e ouviu, recriando e conservando o que se passa ao redor. Dessa forma, a sua aprendizagem se dá através das interações com outros indivíduos presentes em seu ambiente, que determinam o que por ela é internalizado. A criança vai adquirindo estruturas lingüísticas e cognitivas, mediado pelo grupo. Para Vygotsky (1998), o conhecimento acontece dentro de um contexto, para ele, as influências sociais são mais importantes do que o contexto biológico. Portanto, torna-se necessário olhar sempre para uma criança, e, principalmente na escola, como um todo, nas suas múltiplas ligações entre desempenho cognitivo e emocional. Quando uma criança apresenta alguma dificuldade de aprendizagem, geralmente o enfoque é direcionado apenas no problema em si, isoladamente, não considerando a inter-relação entre a vida escolar, familiar e social do educando. Assim, o docente por estar inserido dentro do contexto social de seu educando também se constitui num modelo para a sua aprendizagem. E torna-se necessária a interação entre ambos (professor e aluno), para que a aprendizagem de fato aconteça, e esta só terá eficácia se for levado em consideração o conhecimento da criança o qual resulta de sua história de vida. A DA um tema que deve ser investigado levando em consideração todas as esferas nas quais a pessoa, a criança está envolvida.

TEMAS PARA APROFUNDAR

A última questão ressalta sobre que temáticas as participantes gostariam de se aprofundar referente aos problemas de aprendizagem. Infelizmente nem todas responderam essa questão. Certamente houve inúmeras dúvidas. "Esse saber científico sobre as dificuldades de aprendizagem nas crianças, é somente o início para que haja uma mudança, pois há muitas coisas prá se considerar, como a realidade das escolas, as políticas de educacionais, a

realidade social e econômica das crianças” (ROSA, 2018). Entretanto, a participante Margarida acredita que só o conhecimento não basta, é necessário mudar posturas, envolver-se mais e buscar auxílio de outros profissionais para poder fazer alguma coisa por essas crianças com dificuldades. Por que essas crianças também sofrem muito. “É preciso ajudá-las para que tenham o direito de serem alfabetizadas dignamente” (MARGARIDA, 2018).

Os relatos das participantes acima demonstraram imenso interesse na aquisição de conhecimentos e aprofundamento na temática da DA que envolve uma gama de assuntos, assim como, recursos pedagógicos que possam auxiliá-las em suas atividades na sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os dados revelados no estudo, tudo nos leva a acreditar que a ocorrência de problemas e distúrbios de aprendizagem foi significativamente presente, pois por mais que a escola apresente todo o aparato humano, estrutural e pedagógico para uma aprendizagem eficiente, sempre haverá outras variáveis influenciando esta. E qual o papel dos Psicólogos, Neuropsicólogos e também de outros profissionais que integram a equipe multidisciplinar frente a estas questões? Estes profissionais estão sendo cada vez mais solicitados a resolverem e a participarem dessa problemática, portanto necessitam estar preparados para terem um novo olhar, às vezes diferente daquele que a escola tem sobre o educando que possui alguma dificuldade de aprendizagem. No que diz respeito ao psicólogo inserido na escola, ele poderá vir a ser um agente de mudança atualizada na prática pedagógica nessa escola, contribuindo em auxiliar os alunos ditos como “fracassados”, professores e familiares.

Sabemos que muitas questões continuam abertas à discussão e à investigação, em as nossas considerações acreditamos que, como educadores, psicólogos educacionais ou pesquisadores, precisam considerar todos os processos inerentes à construção do conhecimento, assim como, voltar o nosso olhar para o aluno que possui dificuldade de aprendizagem em sua totalidade, como uma pessoa que passa por sofrimentos e que precisa ser valorizado e compreendido.

REFERÊNCIAS

BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. **Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: ArtMed, 2008. 176 p.

CARVALHO, M. E. P.. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 143-155, julho/ 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf>> Acesso em: 5. Mai. 2018.

CEZAR, K. P. L.; FRANÇA, F. F; CALSA, G. C.; ROMUALDO, E. C.. **Alunos com Dificuldade de Aprendizagem em Escrita: Um Olhar**

Psicopedagógico. 2002. Disponível em: <
<http://www.profala.com/arteducesp136.htm#1>> Acesso em: 25 mai 2010.

CORREIA, L. M.. Para uma definição portuguesa de dificuldades de aprendizagem específicas. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Mai.-Ago. 2007, v.13, n.2, p.155-172. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n2/a02v13n2.pdf>. Acesso em: 2. mai.2018.

CORREIA, L. M.; MARTINS, A. P.. **Dificuldades de Aprendizagem**. Que são? Como entendê-las? Biblioteca Digital. Col. Educação. Porto, Portugal: Porto Ed, 1999. Disponível em:
<<http://www.analuciapsicologa.com/DificuldadeAprendizagem.pdf>> Acesso em: 24 maio. 2018.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GALVÃO, I.zabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 7ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Educação e conhecimento). 134 p.

KASTRUP, Virginia. **A aprendizagem da atenção na cognição inventiva**. Psicologia e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 16, p. 7 – 16, 2004.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

MARQUEZAN, Reinaldo. Aprendizagem e dificuldades de aprendizagem. **Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão**, nº37. Santa Maria - RS: LAPEDOC, 2000.

MEC/ SEF/ SEESP. **Parâmetros curriculares nacionais**: Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 1998.

OSTI, Andréia. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor**. Tese de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br>>.Acesso em: 6.Jun.2018.

PIAGET, Jean. **Genese das estruturas lógicas elementares**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

OSTI, Andréia. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor**. Tese de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br>>.Acesso em: 3.fev.2018.

RAUBER, J; ROSSETO, M; FAVERO, M. et al. **Que tal um pouco de lógica?!**. Passo Fundo: Ed. Clio Livros, 2003.

SANTOS, J. A.; FRANÇA, K.V.; SANTOS, L. S. B. **Dificuldades na Aprendizagem de Matemática.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/MATEMATICA/Monografia_Santos.pdf>. Acesso em: 25. Maio. 2018.

STEFANINI, Maria Cristina Bergonzoni; CRUZ, Sônia Aparecida Belleti. **Dificuldade de Aprendizagem e suas causas:** o olhar do professor de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Revista Educação PUC-RS, Porto Alegre, ano XXIX, a. 1(58), p. 58-105, Jan./Abr. 2006. Disponível em: <<http://docs.google.com>>. Acesso em: 12. Jan.2018.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 168p.

ZUCOLOTO, K.A.; SISTO, F.F. Dificuldades de aprendizagem em escrita e compreensão da leitura. **Interação em Psicologia**, 2002, 6(2), p. 157-166. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br>>. Acesso em: 25 mai 2018.